



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 187 - SÁBADO, 15 DE NOVEMBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)

1º VICE-PRESIDENTE

Tião Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Alvaro Dias - (PSDB-PR)

1º SECRETÁRIO

Efraim Morais - (DEM-PB)

2º SECRETÁRIO

Gerson Camata - (PMDB-ES)

3º SECRETÁRIO

César Borges - (PR-BA) (1)

4º SECRETÁRIO

Magno Malta - (PR-ES)

Suplentes de Secretário

1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)

2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)

4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maoria (PMDB) - 21 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 25 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu ⁽¹⁾ Papaléo Paes Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Antonio Carlos Júnior ⁽¹⁾ Maria do Carmo Alves ⁽²⁾ Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

1. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimuno Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 214ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 2008	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Discursos do Expediente	
SENADOR MARCO MACIEL – Cobra da Câmara votação de seu projeto, que regulamenta o lobby	45691
SENADOR HERÁCLITO FORTES – Indignação sobre matéria publicada nos jornais nacionais sobre declaração do Ministro Temporão sobre a corrupção existente na Funasa.	45691
1.2.2 – Comunicações da Presidência	
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 163, de 2008, que, aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai à sanção....	45695
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 109 e 137, de 2008.....	45695
1.2.3 – Ofícios de Ministros de Estado	
Nº 416/2008, de 4 do corrente, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 190, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.	45696
Nº 683/2008, de 11 do corrente, do Ministro de Estado da Integração Nacional, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 191, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.	45696
Nº 12.610/2008, de 6 do corrente, do Ministro de Estado da Defesa, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 790, de 2008, do Senador Arthur Virgílio.....	45696
1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR TIÃO VIANA – Leitura da Carta de Salvador, do Professor Dr. Raimundo Paraná, alertando sobre a gravidade da doença Hepatite Delta.	45696
SENADOR MÃO SANTA – Comentários a e-mails recebidos por S. Ex ^a sobre o Brasão da Re-	

pública e a situação dos aposentados. Desagravo ao Senador Paulo Paim.	45698
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro da realização, na Câmara dos Deputados, da quinta edição do Programa Parlamento Jovem. Solicita seja inserida a matéria da revista Veja sobre a jovem Lucélia, de Goiânia. Votos de aplauso: a João Faustino pelo lançamento do livro <i>A Escola que Vivi</i> ; à Igreja Adventista do 7º Dia do bairro de Cachoeirinha, em Manaus; ao Atlético Rio Negro Clube, pelo 95º aniversário; e às Organizações Rômulo Maiorana, de Belém do Pará, pelos 62 anos do jornal O Liberal . Apresentação de duas iniciativas de projeto de lei. Solicita seja feita a inclusão, nos Anais desta Casa, da entrevista do ator Juca de Oliveira à revista Playboy	45702
SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Registra os fatos mais importantes ocorridos nesses 119 anos de vigência da República.	45715
1.2.5 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União	
Nº 1.197/2008, de 14 do corrente, comunicando a publicação no Diário Oficial da União do dia 14 do corrente, pelo Exmº Sr. Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, por meio do qual é concedida aposentadoria ao Ministro Guilherme Gracindo Soares Palmeira.	45717
1.2.6 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da matéria intitulada “Para PF, Abin teve mais que 56 agentes na Satiagraha”, publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 2 de outubro de 2008. Registro da matéria intitulada “Lula afasta cúpula da Abin por causa de escuta ilegal no Supremo”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 2 de setembro de 2008.	45718
SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “FARC os e-mails que comparametem”, publicada na revista Veja , edição de 6 de agosto de 2008.....	45721
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “A candidata que não sabia”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 16 de outubro de 2008.....	45722

SENADOR CÍCERO LUCENA – Registro da matéria intitulada “Para promessa de metrô, Marta precisa de 2 PAC”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 6 de setembro de 2008. ..	45724
SENADOR GERSON CAMATA – Considerações sobre a ameaça de inflação decorrente da crise financeira mundial.....	45725
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – RETIFICAÇÃO	
Ata da 192ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 16 de outubro de 2008, e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.	45726
3 – EMENDAS	
Nºs 1 a 18 apresentadas à Medida Provisória nº 445, de 2008.	45727
4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 2.531 e 2.532, de 2008.	45754
SENADO FEDERAL	
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
– 53ª LEGISLATURA	
6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTA
12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
CONGRESSO NACIONAL
13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
16 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 214^a Sessão Não Deliberativa, em 14 de novembro de 2008

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa e Marco Maciel

(Inicia-se a Sessão às 9 horas e 8 minutos, e encerra-se às 11 horas e 42 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Há número regimental. Declaro aberta a 214^a sessão não deliberativa, nesta sexta-feira, 14 de novembro de 2008.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Convidamos para usar da palavra o primeiro orador inscrito, o Senador Marco Maciel, do Partido Democratas, do Estado de Pernambuco.

V. Ex^a poderá usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

Senador Marco Maciel, hoje é véspera da comemoração de aniversário da República.

Dr^a Cláudia, são quantos anos? São 119 anos? É um bocado de tempo! Foi proclamada a República em 15 de novembro de 1889.

V. Ex^a também tem de relembrar quando nasceu o Governo do povo, pelo povo, para o povo no Brasil: cem anos após, desesperado pelo modelo absolutista dos reis do mundo, o povo, sofrido, mas forte, foi às ruas e gritou “liberdade, igualdade, fraternidade”.

Segundo a nossa Dr^a Cláudia Lyra, que sabe tudo ou quase tudo, são 119 anos de comemoração. O mais importante, Senador Marco Maciel, é que esse grito só foi ouvido no Brasil cem anos após. Mas há um importante fato: nosso Imperador, D. Pedro II, era um extraordinário humanitário, era um sábio, de tal maneira que os brasileiros saíram satisfeitos e ganharam muito. Essa unidade, essa grandeza territorial que temos, a unidade no idioma, essa paz, o organograma administrativo, as primeiras escolas, tudo isso se deveu a Pedro II. E ele, que teve de daqui sair, embarcou e teve o gesto mais belo, ô Marco Maciel: antes de sair, tirou uma areia do solo pátrio, da nossa Pátria do Brasil, e levou para fazer um travesseiro. Ao chegar a Porto, deparou-se com uma adversidade: sua esposa, Dona Teresa Cristina – o nome de Teresina, a capital do Piauí, foi uma homenagem a ela – faleceu. Ele passou pouco tempo em Portugal e foi para o exílio.

O importante é que o Luiz Inácio e todos nós pudemos contar com muitos governadores brilhantes, entre eles, Pedro II, que faleceu em Paris e que foi velado na Notre Dame. Os republicanos da época comentavam que, se tivessem tido um rei como Pedro II, jamais teriam proclamado a República. Segundo os estudiosos do século em que Pedro II viveu, o século XIX, os dois maiores homens desta Pátria foram Pedro II, o político, e o empresário Mauá.

Senador Marco Maciel, V. Ex^a pode usar da palavra pelo tempo que achar conveniente. Sinta-se à vontade.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR.
SENADOR MARCO MACIEL NA SESSÃO
DO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2008, QUE,
RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO,
SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento e pela tese que defende, V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

Consultando a lista de oradores inscritos, está inscrito o Senador Heráclito Fortes, do Democratas do Piauí, um dos maiores líderes municipalistas do nosso Estado. Queremos cumprimentá-lo, Presidente Tião Viana, pela demonstração que ele dá de estoicismo. Eu não sei se era eu que era cauteloso ou meus dentes que eram frouxos, mas, com doze dias de operado de uma cirurgia urológica oncológica, ele estava aqui, debatendo e defendendo os interesses do Piauí numa reunião da bancada.

Que V. Ex^a continue com essa pujança! V. Ex^a é um extraordinário líder do Piauí. É o meu candidato a Governador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, agradeço esse afa-

go do Senador Mão Santa, dizendo que essas últimas palavras suas justificam o fato de eu estar aqui. Declarações como essa e esta convivência com o Senado me são cicatrizantes, daí por que eu me encontrar aqui, porque acho que o ambiente me é propício, pela convivência, pela oportunidade de aprender e por ter, vez por outra, o ego afagado de maneira carinhosa, como o Mão Santa faz agora. Como médico, e evidentemente que seguidor de Lucas, ele sabe exatamente ser médico dos homens e das almas.

Portanto, agradeço a V. Ex^a pela sua manifestação.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o que me traz aqui é um assunto que, felizmente, vou tratar na presença de dois médicos, Tião Viana e Mão Santa, e desta extraordinária figura de homem público que é Marco Maciel. Os jornais de ontem e de hoje trazem, no seu noticiário, um dos fatos mais graves que presenciei, como parlamentar, ao longo de 26 anos neste Congresso Nacional.

Briga interna e desavença em equipe, Senador Marco Maciel, elas existem, mas nunca vi um Ministro dizer que, dentro do seu Ministério, num setor específico do seu Ministério, havia ou há a prática da corrupção. Estou referindo-me às afirmações feitas pelo Ministro Temporão com relação à Funasa.

Ora, o Ministro Temporão não é um leviano. O Ministro Temporão não é um irresponsável. O Ministro Temporão é um homem que tem tido, à frente da Pasta da Saúde, coragem de abordar alguns pontos até então considerados tabus.

O Ministro, ao dizer isso, provoca um debate que precisa ser, Sr^{as}s e Srs. Senadores, analisado de maneira profunda e séria. Por que o Ministro disse isso? Será porque lhe faltam forças para enfrentar pressões políticas e furar esse tumor que ele agora acusa? Por que o Ministro disse isso? Será que ele o fez antes de comunicar ao Presidente da República, à Chefe da Casa Civil, antes de alertar o Governo para os fatos?

A verdade é que essa denúncia, Senador Mão Santa, é de muita gravidade. E quero ser justo. Não conheço o Presidente da Funasa, Sr. Danilo Forte. Não sei da sua atuação, nem sei de fatos comprometedores que ocorrem naquele órgão. Mas é preciso que se diga que as denúncias não foram feitas de maneira leviana. As denúncias foram feitas pelo titular da pasta, que tem informações, que tem acesso, que conhece os fatos.

O estranho é que, 48 horas depois, não houve ainda, Senador Mão Santa, por parte do Governo, nenhuma medida: uma sindicância, um pedido de apuração de fatos ou o afastamento dos envolvidos. Um

silêncio absoluto. O que se lê hoje, na imprensa, já é um movimento partidário – não entro nessa questão – visando a enfraquecer e afastar o Ministro da Saúde, pelo pecado de ter denunciado, de ter tido a coragem de denunciar corrupção no órgão do qual é titular.

Esse fato é de uma gravidade tal, Mão Santa, que lhe proponho, V. Ex^a como médico, que nós façamos um requerimento de convocação para que o Ministro Temporão e o Dr. Danilo Fortes compareçam à Comissão de Fiscalização Financeira e à de Assuntos Sociais para, numa audiência conjunta, prestar os devidos esclarecimentos sobre esse fato.

Na verdade, Senador Mão Santa, essa tarefa era do Governo, não era nossa. Como o Governo não assume, eu cumpro meu dever, alertando a todos para a gravidade desse fato.

Simplesmente tirar o Ministro, por questões políticas ou por queda de braço entre grupos internos do partido que lhe dá apoio, não vai resolver o caso e não vai satisfazer a opinião pública. É preciso que se saiba que tipo de corrupção se pratica na Funasa.

O segundo assunto que me traz aqui – e lamento não estar presente o Senador Paulo Paim – é a questão dos aposentados.

Senador Mão Santa, conhecemos a atuação do Paim neste Senado, e eu conheço sua atuação na Câmara, em defesa do aposentado brasileiro. Não é de hoje. É com a sua atuação que o Paulo Paim populariza o Partido dos Trabalhadores não só no Rio Grande do Sul, mas também em todo o Brasil. É inaceitável se ouvir o tratamento irônico, agressivo, que alguns setores do seu partido têm lhe dirigido. A defesa dos aposentados feita aqui pelo Senador do Rio Grande do Sul nunca foi feita às escondidas, sempre foi feita às claras, tendo inclusive o apoio, o consentimento – às vezes, silencioso, outras vezes, não – do seu partido. O argumento de que faltam recursos ao Governo não convence ninguém, Senador Tião Viana! Este Governo, no momento em que vivemos uma crise – reconhecemos –, que diz que faltam 9 bilhões para atender os aposentados brasileiros, é o mesmo Governo que manda para cá uma duvidosa e malfadada MP, a nº 244, que, num primeiro momento, já anistia entidades que praticaram atos de corrupção em R\$4 bilhões. Ora, o Governo não tem dinheiro para honrar os compromissos com o aposentado brasileiro, mas pode abrir mão de R\$4 bilhões – e os levantamentos já chegam a R\$7 bilhões? Pode abrir mão de recursos dessa natureza? Ou o Governo não quer nada com o aposentado, ou o aposentado não é sua prioridade, ou ele está achando que todos nós somos idiotas!

Não podemos aceitar, embora sejamos de partidos diferentes e tenhamos divergências, que o Senador Paim, agora, seja jogado na fogueira.

A Previdência teve tempo suficiente, Presidente Marco Maciel, para analisar os efeitos dessa medida. Aliás, Senador Tião Viana, o Governo teve tempo, inclusive, para vetá-la. Por que não o fez? Por que deixou correr frouxo? Para não se desgastar no período eleitoral e enganar a população brasileira, enganar os aposentados do Brasil? Aceitou, como se verdade fosse e quisesse, porque estávamos às vésperas de eleição? Agora, Senador Mão Santa, por meio da desconstrução da imagem de um Senador da República, tenta alegar falta de recursos? Não, de maneira nenhuma!

Este Governo, que presta um serviço à classe menos favorecida, à classe de baixa renda, por meio do Bolsa-Família – acho apenas que o programa precisa de algumas correções, mas é um projeto meritório –, está dando dinheiro de um lado e tirando dinheiro de outro. Não podemos beneficiar quem não trabalha, tirando o dinheiro do aposentado, que trabalhou a vida inteira pelo País. Isso é um contra-senso! Aliás, quem sempre defendeu a bandeira do aposentado no Brasil foi o Partido dos Trabalhadores quando oposição. Que propusesse um acordo de reposição gradativa, tudo bem! Mas simplesmente dizer que não tem recursos é inaceitável. E aí está a prova.

Presidente Marco Maciel, o Governo que não tem dinheiro para pagar os aposentados é o Governo que anistia, de cara, R\$4 bilhões de entidades filantrópicas que não cumpriram com seus objetivos e que tiveram recursos desviados. Aliás, essa questão da “pilantropia” ainda vai dar muita dor de cabeça. É só ver as entidades beneficiadas, as regiões que ocupam, os interesses em que estão envolvidas essas entidades e as campanhas milionárias de alguns candidatos, eleitos ou não, mas que tiveram o privilégio de contar, no seu bojo, com estruturas poderosas, respaldadas por algumas dessas entidades. É muito estranho, dentro de uma crise, numa recessão, no momento em que os agricultores brasileiros começam a pagar o preço da falta da circulação de dinheiro, o Governo antecipar, por meio de medida provisória, num gesto de um Papai Noel antes da hora, as entidades “pilantrópicas” do País.

Senador Marco Maciel, que sentido tem para aquele que presta um serviço, por meio de entidade dessa natureza, como as ONGs, e que, de acordo com as normas legais, procura cumprir o que manda a lei, se, de repente, ele recebe uma ducha de água fria porque vê que aquelas que nada fizeram, que não

alcançaram seus objetivos, que malversaram o dinheiro público, receberam uma dádiva pelos pecados cometidos? Isso é inaceitável!

Fiz um apelo, e o reitero, ao Presidente Garibaldi. O Presidente Garibaldi tem se notabilizado pelos protestos constantes que faz contra o uso desenfreado, contra o abuso e contra a banalização das medidas provisórias. É chegado o momento de S. Ex^a pôr em prática seu louvável discurso; e, aí, não resta outro caminho a não ser o de devolver ao Executivo, para uma revisão, para um reestudo, essa famigerada Medida Provisória nº 446. É medida que atende os aloprados, identificados e combatidos pelo Presidente Lula. É medida para atender aloprado, é o papai-noel dos aloprados. Não é medida para beneficiar gente séria, não é medida para beneficiar entidades que prestaram serviços ao País, mas que, por um deslize ali ou acolá, têm dificuldade de prestar contas, Senador Tião Viana. Nós as conhecemos, e a CPI está aí, a CPI das Ongs. São aquelas entidades periféricas, que não têm contabilidade sofisticada, mas que se vê, pelo próprio funcionamento delas e pelo conceito que têm na sociedade, na vizinhança, que atingem o objetivo. Não é contra essas que falo; refiro-me àquelas de fachada, às que não existem, às de endereços duvidosos, às aquelas que têm convênios cujo beneficiado não vemos. Com isso é que é preciso ter muito cuidado, para que não desmoralizemos uma atividade que cada dia se torna mais necessária no País, que é a participação da sociedade nesse processo.

Digo isso, Sr. Presidente Marco Maciel, na certeza de que, depois da bênção papal, o Presidente Lula retorne ao País com espírito de justiça, e não com o de privilegiar o errante. A anistia a criminosos, a presos, no Natal, é esperada todo ano. Ali se faz justiça. Mas essa anistia fiscal, sem nenhum controle, sem nenhum critério, sem nenhuma análise, é crime.

Além do mais, chamo a atenção desta Casa: no momento em que temos aqui uma comissão de inquérito instalada para apurar as mazelas cometidas pelas ONGs no Brasil, mandar medida provisória nesse sentido para cá é um desrespeito e um atentado contra o Poder Legislativo brasileiro, até porque algumas das entidades alvos das investigações – e olhem que não são poucos os indícios e as denúncias – passam a ser anistiadas, desmoralizando e enfraquecendo esta Casa. Digo isso na presença do Senador Tião Viana, que é um dos candidatos, pelo seu partido, a Presidente desta Casa e não pode, de maneira nenhuma, compactuar com ato dessa natureza.

Essa medida provisória, Senador Tião, é um desrespeito ao Congresso brasileiro, no momento em

que a base do Governo não permite sequer que as apurações contra malversações desses recursos sejam efetivadas, sejam apurados os fatos. Temos uma CPI instalada, em que a base do Governo, com o seu rolo compressor, não tem permitido que se quebrem sigilos, não tem permitido que se façam convocações, não tem permitido que os fatos, que são gravíssimos, denunciados pela imprensa, tenham uma tramitação normal nesta Casa. Daí por que, vendo a impossibilidade de uma apuração, de uma remessa desses fatos ao Ministério Público, é que estamos colhendo as assinaturas para a prorrogação dessa CPI.

Antes de encerrar, ouço, com o maior prazer, o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito, V. Ex^a faz muita falta aqui. V. Ex^a é um homem de extraordinária coragem. V. Ex^a adentrou numa denúncia muito grave de corrupção, feita por um Ministro do meu partido, da nossa profissão, da ciência médica, e a bancada desse meu partido faz pressão para o Ministro sair. Essa bancada não representa – estou sentado na cadeira do Líder do PMDB por acaso, mas Deus escreve certo por linhas tortas, eu sou hoje o melhor indivíduo desse partido –, porque uma bancada, como está na imprensa, que pede a saída do Ministro porque S. Ex^a faz uma denúncia para combater a corrupção é uma bancada que me envergonha, é uma bancada que contraria. Ulysses Guimarães, que está encantado no fundo do mar, disse que a corrupção é o cupim que corrói a democracia. Então, temos de aplaudir esse Ministro. Se ele não conseguiu matar o mosquito da dengue, pelo menos ele está tentando matar coisa pior do que o mosquito, que é a corrupção, que acaba com a nossa democracia, justamente hoje, véspera dos 119 anos que completará a República. V. Ex^a denuncia também... Eu já mudei, ia falar outra coisa, mas V. Ex^a nos lidera, Senador Heráclito. É verdade, Senador Tião, quando disse que S. Ex^a queria ser governador. Não. Eu acho que ele é extraordinário aqui. Mas, por destinação de Deus, ele ainda não o foi. Mas foi Prefeito da capital, talvez o melhor Prefeito, dinâmico. Ele fez uma ponte, lá, em 100 dias; eu fiz uma outra em 90, no mesmo rio. O Governo Federal está há nove anos tentando fazer uma, e desaparece o dinheiro por essa corrupção. Então, eu mudei, vou falar e sei, estou preparado. Aí começou – o Tião, não, ele é um bom caráter, esse é um título bom – o meu descompasso. Começou aí. Paulo Octávio, Senador brilhante, Senador que hoje é Vice-Governador do Distrito Federal – aqui, no Senado, há uma consultoria extraordinária; mas, além dessa, ele tinha a sua própria consultoria por ser um empresário vitorioso –, ele fez um trabalho,

Presidente Marco Maciel, a bem da verdade, mostrando e provando que, se o dinheiro da Previdência ficasse na Previdência e fossem utilizadas essas sofisticações de renda no emprego desses recursos nos bancos, na *trade* de juros, no banco, jamais, jamais, jamais, ela seria deficitária! Eu me encantei por isso – eu me encanto pelas coisas, eu sou puro. Aí, como eu tinha votado no Luiz Inácio, pensavam que eu era aloprado. É impressão. Pressão – e o Mercadante –, tanto que tive que dar o parecer contra os velhinhos, contra o Senador e contra a minha consciência, que é igual à sua. Eu fiz foi me apaixonar, Marco Maciel. Eu sei muito da Previdência. Está vendo, Tião? Marco Maciel, pode me colocar como Ministro da Previdência, porque eu trabalhei muito, tive muitos empregos. Eu e Heráclito criamos um instituto quando éramos Prefeitos – ele, de Teresina; eu, de Parnaíba –, porque a lei permitia. Depois, governei o Estado, tomei conta, sou aposentado pelo trabalho, daí a minha participação na Previdência. Eu me apaixonei, e vi que o Paulo Octávio tinha razão. E aí, Tião, não era V. Ex^a, o Mercadante... Chamaram até a Patrícia para eu mudar, que é uma encantadora Senadora. Eu disse: “Olha, Patrícia, não é por aí!”. “Eu vou fazer uma coisa” – porque sou leal, Marco Maciel – “diga para o líder que estou com o relatório pronto e vou faltar, para dar a chance de ele vir preparado.” Porque eu gosto de enfrentar. O Heráclito me conhece: é peito aberto; eu gosto da luta, mas é peito aberto. “É o que eu posso fazer, Senadora”, que foi a portadora. “E V.Ex^a diga lá para esse pessoal que ninguém me dobra, é consciência. Que o Líder se prepare, porque eu vou faltar à reunião da CAE.” E fomos, e votamos. Eles enterraram a matéria. Tiraram o Ramez Tebet e colocaram o Ministro Hélio Costa na presidência; deu empate, que foi decidido pelo Presidente, e fizeram uma permuta. Mas eu perdi no jogo. Então, vamos desenterrar isso. Isso é baderna! Os aloprados estão enganando o Luiz Inácio! O projeto não é meu, não, mas fui o Relator, e ele prova, matemática e científicamente. Ô brasileiras e brasileiros, o Senado é para isso, para denunciar! Eu não sei o que vai acontecer comigo amanhã, o Ministro está ameaçado. Então, o Senado é para isso: é para denunciar. A desgraceira da Previdência é porque tiram dinheiro da Previdência para os empregos fáceis, para o próprio Bolsa-Família, que nós não somos contra; é uma caridade, é uma generosidade; somos contra a maneira, porque temos que clamar isso para o trabalho. Deus disse: “Come-rás o pão com o suor do teu rosto”. O apóstolo Paulo: “Quem não trabalha não merece ganhar...”. E eu sei como fazê-lo. Eu posso orientar e servir. Aí é o PMDB, renascido de vergonha, orientando. Eu sei. Venham,

porque eu tenho a “experiencinha” de Prefeito, que o Luiz Inácio não tem, e a de Governador de Estado. Eu sei como encaminhar esse pessoal para trabalho. Eu fui Prefeitinho. Então, é isso. Mas, Heráclito, nós não podemos deixar, Tião não pode deixar, Luiz Inácio não pode deixar os aposentados aí sendo massacrados. Estou fazendo um estudo. Fui eu quem trouxe primeiro para este Senado que temos 76 impostos; que o brasileiro trabalha, em um ano, cinco meses para pagar imposto e um para banco. O Cristovam disse – aten-tai bem, Heráclito, nós honramos o Piauí, nós somos bravos! –, aqui, há uns dez dias: “Interessante, dizem que sou educador, que sou um Senador de uma nota só, candidato a Presidente de uma nota, mas o Mão Santa, que é médico, há mais de ano, disse que essa economia não ia dar certo”. Está vendo? Nós acreditamos nisso. Então, Heráclito, V. Ex^a trouxe o tema. Nós temos que resarcir. Isso que estamos fazendo com os aposentados é uma desgraça. Luiz Inácio, eu sou mais o Juscelino, o estadista. Eu li na biografia dele, que “a velhice é triste; mas, ela desamparada, é uma desgraça”. Os nossos aposentados estão desamparados!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a ainda não havia chegado ao plenário quando eu falava sobre a justiça social que o Bolsa-Família promove. Mas, raciocinemos aqui, Presidente Marco Maciel, uma cena de uma família brasileira que tem, na mesma casa, dois beneficiados pelo Bolsa-Família, e o pai, aposentado, ganhando a miséria que ganha, com a incompreensão do Governo. Fazer justiça social não é isto: tirar de um e colocar no outro; é dar a todos.

O que se quer fazer com o aposentado brasileiro é desumano. O que se fez, Senador Geraldo Mesquita, foi uma desonestade, porque esse projeto poderia ter sido vetado. O Governo não veta tudo? Por que não vetou? Era período eleitoral e queria enganar o aposentado brasileiro. Agora, vem dizer que não tem de onde tirar recurso. E eu repito: não se pode tirar recursos, não há fonte para isso, mas há fonte para abrir mão de R\$4 bilhões – que, segundo levantamento, já está em R\$7 bilhões –, para beneficiar entidades filantrópicas que malversaram recursos no Brasil afora. Durma-se com um barulho desses!

Encerro, portanto, Sr. Presidente, as minhas palavras fazendo uma modesta sugestão ao nosso colega Paulo Paim: Não baixe a cabeça! Eclesiastes diz para, mais cedo ou mais tarde, aguardar o triunfar da virtude. Acho – e o Brasil todo acha, Senador Paim – que a virtude está ao seu lado, porque a sua defesa é exatamente a defesa dos indefesos, dos mais fracos.

Não se sobre. V. Ex^a já teve vitórias nesta Casa enfrentando a mesma incompreensão, até porque V. Ex^a não mudou: defende os aposentados hoje, no Governo, como os defendia quando era oposição.

Daí por que a nossa solidariedade e a certeza de que o Governo irá reformular: em vez da “pilantropia”, olhará para os velhinhos do Brasil, cumprindo e honrando promessas de tantos anos de campanha quando estava na oposição.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– Após ouvirmos o Senador pelo Estado do Piauí Heráclito Fortes, eu vou conceder a palavra ao Senador Tião Viana, 1º Vice-Presidente do Senado Federal.

Antes, todavia, gostaria de ler alguns expedientes para conhecimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, parágrafo 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei da Câmara nº 163, de 2008** (nº 3.252/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente do Tribunal de Contas da União, que *acrescenta um cargo ao quadro de auditores do Tribunal de Contas da União*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2008** (nº 1.531/2007, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para tornar obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações*; e

– **Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2008** (nº 370/2007, na Casa de origem), que *dispõe sobre o crime de extermínio de seres humanos, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências*.

Aos projetos não foram acrescentadas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– Sobre a mesa, ofícios de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS N°S 416, 683 E 12.610, DE 2008

- N° 416/2008, de 4 do corrente, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento n° 190, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária;
- N° 683/2008, de 11 do corrente, do Ministro de Estado da Integração Nacional, encaminhando informações em resposta ao Requerimento n° 191, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e
- N° 12.610/2008, de 6 do corrente, do Ministro de Estado da Defesa, encaminhando informações em resposta ao Requerimento n° 790, de 2008, do Senador Arthur Virgílio.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

As informações referentes aos Requerimentos n°s 190 e 191, de 2008, foram juntadas, em cópia, no processado do Aviso n° 27, de 2006, que volta à sua tramitação normal e vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana, 1º Vice-Presidente da Casa, para sua manifestação.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eminentes Senador Marco Maciel, Srs. Senadores, tenho em mão uma carta intitulada Carta de Salvador, de um dos mais renomados hepatologistas do mundo, Professor Dr. Raimundo Paraná, professor livre-docente em hepatologia pela Universidade Federal da Bahia, mestre e doutor em Medicina e especialista em Gastroenterologia, que diz respeito a uma das doenças chamadas doenças negligenciadas do planeta.

Talvez eu tenha sido o único Parlamentar a tratar dessa matéria ao longo de toda a história do Senado. Com isso já demonstro que não é uma doença tratada no quotidiano da sociedade, como a dengue, a tuberculose e outras doenças. Trata-se exatamente a hepatite

delta, também chamada febre negra de Lábrea, que desde 1927 tem registro de ocorrência.

A doença afeta de maneira endêmica a Amazônia Ocidental brasileira. Afeta hoje, de maneira endêmica, países como a Turquia, a Romênia, a Bulgária e a Rússia. Era restrita, por uma concepção de controle nos países desenvolvidos, à Amazônia Ocidental, à África, ao Oriente Médio e a algumas regiões Balcãs, tendo descrições fortes no sul da Itália também. Hoje está reconhecida como uma doença presente, devido aos processos migratórios, a essas regiões européias, como me referi há pouco.

Então, essa carta retrata a necessidade de regulamentação de um tratamento no Brasil, por ser uma área de maior expressão, talvez, em número de casos, do planeta, e que não ocorreu até hoje.

A doença foi motivo também da minha tese de doutorado pela Universidade de Brasília em doenças tropicais. Acho mais do que justa essa homenagem que faço a essa chamada Carta de Salvador, de autoria do ilustre Professor Livre-Docente Raimundo Paraná.

Diz ele o seguinte:

A hepatite delta é um caso único entre as viroses humanas, pois é um vírus parasita de outro. O delta só infecta pacientes que já são infectados pelo vírus da hepatite B.

No Brasil ela está quase restrita à Amazônia Ocidental, principalmente nas comunidades do alto Purus, Vale do Javari, do Juruá, do Madeira. Alcança intensamente Rondônia e todo o Acre, porém também é endêmica do Purus e em várias localidades do Estado do Amazonas. Outros focos têm sido descrito em Mato Grosso e no Pará.

A hepatite delta, doença grave que infecta crianças e adolescentes, piora a evolução da hepatite B pré-existente, reduz sobremaneira a sobrevida dos pacientes e parece ser mais causadora de câncer de fígado nas pessoas que são vítimas da sua ocorrência.

A Europa e os Estados Unidos deixaram de se preocupar temporariamente com a hepatite delta, pois a mesma foi considerada sob controle no mundo desenvolvido. Por sua vez, a indústria também se desinteressou, daí esta ser das mais negligenciadas doenças do mundo. Ficou restrita à Amazônia, à África e a alguns bolsões do Balcãs e do Oriente Médio.

Agora, a Europa volta a se preocupar, pois a integração do Leste Europeu à União Européia descontinuou uma realidade pouco co-

nhecida. Turquia, Romênia, Bulgária, Hungria e Rússia têm áreas endêmicas para a hepatite delta. Os imigrantes trouxeram o vírus delta de volta para a Europa. Agora creio que teremos investimentos, visto que os ricos retomaram a preocupação, mas dificilmente estes investimentos chegarão ao Brasil.

Esta doença está restrita à Amazônia Ocidental. Portanto é uma doença em expansão, mas numa região de difícil logística para ensaios terapêuticos internacionais.

Ademais, o nosso vírus Delta, assim como o vírus B, nesta região são únicos no mundo. Aqui temos genótipos virais (F do Vírus B e III do Delta) jamais descritos em outros países. Nossa doença parece ser mais agressiva e causa surtos de hepatite fulminante.

O Estado do Acre – meu Estado – demonstra sua preocupação com esta doença há uma década. Em cooperação com a UFBA e o Instituto de Pesquisa Médica da França – e é bom que se diga, com a Universidade de Brasília –, avançou no conhecimento virológico das cepas virais que circulam na região. Implementou programas de assistência médica especializada e colocou para o mundo a importância do tema, através da publicação de um estudo populacional (Viana – que sou eu, Sr. Presidente – e cols. *American Journal of Tropical Medicine and Hygiene, 2006*).

Todos os anos a Funasa reporta morte de Índios e Ribeirinhos por surtos de hepatite fulminante B e D.

Digo – diz a carta – ser esta uma doença grave, talvez, a mais negligenciada no Brasil. Observem que as nossas portarias de hepatite do Ministério da Saúde, até hoje, não possuíam um único parágrafo sobre esta doença. Isso é fruto do desconhecimento que temos sobre o assunto, mesmo na classe médica. Em cada centro das regiões endêmicas, a condução dos casos se faz de forma diferente.

O cenário é triste, mas pode mudar com um pouco de vontade política e de esforço conjunto. Já temos a Biologia Molecular para Delta em Porto Velho (CEMETRON) – por meio do Centro de Medicina Tropical de Rondônia – para, pelo menos, HDV-RNA qualitativo. Colegas da Amazônia estão em Lyon – na França – para desenvolver o teste quantitativo e a genotipagem, mas precisamos avançar na capacitação e uniformização de condutas do

pessoal da linha de frente dos ambulatórios de referência da Amazônia.

A Secretaria de Vigilância à Saúde do Ministério da Saúde, esta semana, deu um passo importante no sentido de resgatar esta dívida para com os povos amazônicos que sofrem com esta doença. Sensível aos apelos dos médicos da região, da tribuna do Congresso Nacional e de poucos, mas combativos pesquisadores preocupados com o tema, a Hepatite Delta foi incluída nas discussões das diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde. Após a SVS – do Ministério da Saúde, tão bem conduzida pelo Dr. Gerson Penna – espera-se similar importância ao tema dispensada pelo DECIT (Departamento de Ciência e Tecnologia do MS) e pela CITEC (Câmara de Incorporação de Novas Tecnologias do MS).

Que o trâmite seja rápido nestes setores para fazer frente à rapidez da evolução desta doença nos milhares de amazônidas infectados.

Sr. Presidente, trago, portanto, esta homenagem ao combate a uma das doenças negligenciadas mais relevantes do mundo, pela sua ocorrência em número de casos e pela desconsideração dos países ricos. O Brasil dá um passo à frente do mundo inteiro quando uniformiza um plano terapêutico específico para os portadores da doença. Minha tese de doutorado pôde identificar que ela é mais comum em populações de índios do que em não-índios, e que está mais presente naqueles que vivem na floresta amazônica do que nos que vivem nas cidades amazônicas.

A chegada dos índios àquela região da Amazônia ocidental remonta a 2.200 anos. Segundo estudos cerâmicos antropológicos, há um processo migratório indígena que vem da região mais oeste para a região mais leste da Amazônia ocidental. A doença parece seguir esse curso de transferência junto com as populações indígenas, e hoje ocupa, de modo mais intenso, a região ocidental da Amazônia, como eu disse, algumas localidades de Mato Grosso, do Amazonas, do Pará e também regiões da África, dos Balcãs e do Oriente Médio.

Com a retomada de consideração da doença como endemia nos países do Leste Europeu, espero que haja a devida consideração para com a medida adotada pelo Ministério da Saúde.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – Após a manifestação do Senador Tião Viana, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, Senador pelo Estado do Piauí no Senado Federal.

S. Ex^a disporá do tempo previsto para produzir seu discurso e suas considerações.

Com a palavra, S. Ex^a, o nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Marco Maciel, Parlamentares na Casa, brasileiros e brasileiras que nos assistem aqui ou pelo Sistema de Comunicação do Senado.

Senador Marco Maciel, Confúcio disse que um quadro vale por dez mil palavras.

Hoje é 14 de novembro. Amanhã, completaremos 119 anos da nossa República.

V. Ex^a é um homem muito cristão. Diz a *Sagrada Escritura* que “Deus escreve certo por linhas tortas”. Então, esse quadro de V. Ex^a na Presidência do Senado da República do Brasil traduz o significado, e é nosso dever entendê-lo, do 15 de novembro, amanhã, quando completaremos 119 anos de República.

Marco Maciel, V. Ex^a é um homem que simboliza a própria República. Alguém disse – e aí ela ter nascido –: “*L'État c'est moi*”, o Estado sou eu. “*O homem é um animal político*”, segundo Aristóteles. Buscava Ferro Costa um modelo de governo ideal.

Predominavam os reis. O rei seria Deus na terra, e Deus seria um rei no céu. Muito bom para quem estava do lado do rei, para quem era da família do rei, para quem estava no palácio do rei. O povo, sofrido, abandonado, esquecido e forte, foi às ruas e gritou: “Liberdade, igualdade e fraternidade”. Caíram todos os reis do mundo. Cem anos para que caísse o do Brasil.

Tivemos – e é preciso Luiz Inácio ter humildade e conhecimento – três reis: dois portugueses (D. João VI, que trouxe muito progresso, em 1808, e seu filho Pedro I, uma extraordinária inteligência e muita coragem, um homem que foi rei aqui nas Américas e voltou a Portugal, foi rei lá, lá é o Pedro IV), e Pedro II, um homem extraordinário. Quero crer que, no século em que ele viveu, o XIX, viveram os dois maiores homens deste País.

E digo isso diante de Marco Maciel, que sabe tudo ou quase tudo, além de simbolizar a República. V. Ex^a é o símbolo. Pode dizer: “A República sou eu”. Então, houve a “partidura” do poder. O poder deixou de ser absoluto. Criaram-se estes três Poderes: o Legislativo, o Judiciário e o Executivo. E, por coincidência,

V. Ex^a pode dizer: “A República sou eu, Marco Maciel, do Pernambuco”.

A vocação primária de V. Ex^a é o Direito, é a justiça, Geraldo Mesquita. Ele, como V. Ex^a, como Rui Barbosa. E para onde se vai, leva-se a vocação primária. Então, ele é um homem do Poder Judiciário, que, além da vocação, foi Professor de Direito Internacional. É um homem do Poder Judiciário, que pode viver e que viveu aquilo que Rui Barbosa disse: “Só há um caminho e uma salvação: a lei e a justiça”.

O Senador Geraldo Mesquita concorda: Marco Maciel. No Poder Executivo, o homem fez parte de vários Governos de Pernambuco, Secretário por várias vezes; foi um extraordinário Governador. Depois, o Executivo federal adentrou como Ministro da Educação, da Casa Civil e ocupou, por mais de 70 vezes, a Presidência da República deste País. Belos dias, belas páginas escritas na história da República do Brasil. Ele foi, por oito anos, Vice-Presidente do estadista Fernando Henrique Cardoso.

V. Ex^a me lembra um padre, o Frei Higino. Na minha escala, é Cristo, São Francisco e Frei Higino – na minha escala. Eu não conhecia o Frei Galvão. E lá ele disse uma frase de que nunca me esqueço: “O barulho não faz o bem, e o bem não faz barulho”. Isso é Marco Maciel. Marco Maciel passou galhardamente pelo Executivo e, hoje, no Legislativo; já foi Deputado Estadual, Deputado Federal e Presidente da Câmara e aí está hoje, neste instante, sendo Presidente do Senado da República.

Está aí uma solução boa. Está na Bíblia – eu nasço aqui, tenho a pureza e digo com franqueza. Olhe, está aí o Sarney, está aí o Tião, a verdade está no meio. Eu acho que Marco Maciel daria um grande Presidente desta Casa. O que você acha, Geraldo?

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Mão Santa, acho muito adequadas e muito apropriadas as referências que V. Ex^a faz ao Senador Marco Maciel, que é uma figura afável, extremamente educada, de uma cultura imensa, um homem público brasileiro que já passou pelos mais altos postos, de grande responsabilidade deste País, e que exerce um mandato de Senador com a dignidade que lhe é própria. O que V. Ex^a faz é uma óbvia constatação entre os que hoje postulam ou que estão colocados como prováveis candidatos a dirigente desta Casa. Logicamente, se os fatos convergissem para a pessoa do Senador Marco Maciel, seria o caso de estarmos absolutamente tranquilos nesta Casa, por se tratar de uma pessoa que faria do exercício da Presidência desta Casa algo de que nós todos, Senadores, nos orgulharíamos. Portanto, é uma referência muito lógica a que V. Ex^a faz. V.

Ex^a também se coloca como um candidato a um dos cargos da Mesa: acho justíssima a sua postulação de assumir a 2^a Secretaria desta Casa. V. Ex^a é um dos Parlamentares que, por mais vezes, presidiu esta Casa interinamente, é um dos Parlamentares que mais contribui para os trabalhos nesta Casa. Acho justíssima a sua postulação. Sou um militante dessa sua postulação, V. Ex^a sabe disso. Com referência ao Senador Marco Maciel, nada mais justo do que a referência que V. Ex^a faz a esse digno homem público brasileiro, com quem todos nós temos o prazer de conviver nesta Casa e na vida pública brasileira.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Incorporamos ao nosso pronunciamento as sábias e firmes palavras do jurista Geraldo Mesquita, que faz um extraordinário trabalho pelo País e que extrapolou: hoje, ele se dedica ao Parlamento do Mercosul. Como a Europa fez ressurgir a sua democracia com o Parlamento Europeu, Geraldo Mesquita faz um trabalho extraordinário no Mercosul, em que acreditamos.

Mas, Marco Maciel, queria chamar a atenção, porque Senado bom é aquele de que Cícero falava e dizia: “O Senado e o povo de Roma”. O povo.

Então, aqui podemos dizer: o Senado e o povo do Brasil.

E, Geraldo Mesquita, o meu Líder do PMDB, Ulysses, que fez renascer a democracia, disse: “Ouça a voz rouca das ruas”. E nessa República é o Governo do povo, pelo povo e para o povo, assim definiu o advogado Abraham Lincoln.

Mas trago um *e-mail* – isso funciona, graças a esse sistema de comunicação – relativo à República e ao povo. Paulo Hefer, atentai bem!

Brasão da República. Veja, Marco Maciel, que ninguém mais do que V. Ex^a zela pela República e significa a República.

Meu querido Senador Mão Santa, voto em você toda vez que for candidato [ele não diz de onde é], Meu Senador, gostaria que você veja o caso do Brasão da República.

Marco Maciel, o povo, por meio desse *e-mail* de Paulo Hefer, chama a atenção para o brasão da República. Atentai bem!

O governo do Brasil faz propaganda contra o fumo todo dia e no brasão da República tem um ramo de fumo como composição de nosso símbolo. Isto é uma tristeza, uma aberração, o fumo só representa o vício, a droga e as muitas doenças provocadas pelo consumo do mesmo.

Por que não trocar pelo ramo da oliveira ou mesmo da murta, uma fruta tipicamente bíblica. No Livro de Malaquias, está escrito [ou a Carnaúba, lá do meu Piauí] que o anjo do Senhor passeava em meio às murtas de Jerusalém. A murta tem em grande quantidade no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil.

Olha, querido Senador, o café, tudo bem, mas o fumo no nosso brasão, é brincadeira. Eu assisti a um documentário sobre o brasão dos Estados Unidos e fiquei admirado com a riqueza de detalhes. O ramo de oliveira no brasão americano representa a pureza, a prosperidade do povo; a águia real representa muitas coisas; as 13 estrelas acima da águia juntas formam o formato da estrela de Davi. É algo impressionante, só vendo...

Então, Senadores, temos de meditar sobre o brasão da República, conforme observação de Paulo Hefer, que nos manda esse *e-mail*.

Mas, nesta República, Senador Arthur Virgílio, o soberano é o povo, o povo é o poder. Na República, o povo é que decide, o povo é que manda, o povo bota e o povo tira.

A República... uma das grandes, além do fim do absolutismo, foi a divisão dos Poderes, e é a alternância de poder que se avizinha. Mas esta Casa é justamente esse contrapoder.

Mitterrand, no fim de sua vida – ele, que foi Presidente da França, onde nasceu a república –, já agonizante, escreveu o livro *Mensagem aos Governantes* e dizia que o governante teria que fortalecer os contrapoderes para haver o equilíbrio. Pois é justamente aqui que isso acontece, baseado nesse equilíbrio. Nós somos povo. É preciso o nosso Presidente entender que aqui é povo. Nós aceitamos o fato de que ele venceu as eleições, que ele teve sessenta milhões de votos, e acreditamos nisso. Mas nós os temos. Se somarem a votação daqui, supera a de Luiz Inácio. Então, nós somos iguais, filhos do povo, filhos do voto, herdeiros da democracia. Essa é a verdade.

Então, estamos aqui quando o Governo erra, com essa “eqüipotência”, para poder advertir. E assim, Marco Maciel, nós temos que contrabalançar. É esse equilíbrio – eu não chamo nem poder. Na minha observação, nós devíamos ser mais humildes e nos chamarmos instrumentos da democracia. Poder, no meu entender, é Deus. Poder é o povo, que trabalha, que paga impostos e que sustenta a nós, vaidosos, instrumentos: Legislativo, Executivo e Judiciário.

Então, Marco Maciel, agora, nessa igualdade que a República nos dá, eu tenho que dizer que o Presidente Luiz Inácio está errado; não sou eu, somos nós, é o Senado da República – eu, o Senado e o povo do Brasil – quando nós, Governo – o Governo somos nós – descumprimos um contrato que fizemos. Nós fizemos o contrato da Previdência com os aposentados, que têm de ser respeitados. Nós fizemos!

Velhinhos deram a vida para construir este País. Trabalharam 30, 35 anos. Nós assumimos as suas aposentadorias e os seus valores, e agora nós não estamos cumprindo. Nós estamos sem moral, sem autoridade.

Então, nós podemos: Ó Luiz Inácio, estás errado! Volte e pague aos velhinhos o que nós, Governo do Brasil, contratamos. Sonharam, idealizaram. Os últimos anos de suas vidas viveram com dez salários mínimos. Pagaram. Nós garantimos isso. Estão recebendo cinco e quatro. Quem era cinco está dois.

Marco Maciel, *e-mail* a gente recebe toda hora. Olha um que chega do povo. Ouça a voz rouca das ruas. É o povo que nós representamos.

Ex^{mo} Senador, tendo atingido a terceira idade no mês de agosto, próximo passado, acho que adquiri o direito de fazer uma pequena, mas, acredito honesta manifestação com relação aos idosos. Não adianta fazer homenagem, o que importa [Semana de Homenagem aos Idosos] é termos ação, como diria V. Ex^a, atentai Luiz Inácio, quando vamos ter acesso à saúde, sem a necessidade de pagar plano de saúde, o que em alguns casos já é muito difícil, o que diremos com relação à saúde pública? Quando teremos uma aposentadoria honesta? Quando teremos segurança em nossas casas? Quando teremos transporte seguro e em quantidade suficiente para atender a terceira idade e as demais? Sou paulistano, mas acompanho, na medida do possível, a seus pronunciamentos da tribuna e muito me orgulho de ter um patrício ilustre do Piauí. Do Piauí, que abraçou os problemas dos idosos, principalmente dos aposentados.

Senador, sinto que no meu Estado de São Paulo os nossos nobres Senadores não estão preocupados com nossos problemas, pelo menos nunca vi nem ouvi qualquer pronunciamento a respeito. Parabéns pelos pronunciamentos, sempre ricos em detalhes históricos, e exemplo, que os marqueteiros diriam causos.

Cláudio Metello

Gostaria de receber informação sobre o andamento do projeto de aumento da aposentadoria, outros sobre terceira idade.

Cláudio Metello e Denise (esposa)

Esse quadro se repete com quase 30 milhões de brasileiros.

Nunca antes – aliás, Luiz Inácio, é nunca dantes, que o Camões já cantava lá em Portugal – os velhinhos aposentados sofreram tanto.

Arthur Virgílio, lembre-se de seu pai, da sua santa mãe, que nós fomos ao enterro no Rio de Janeiro. No passado, os velhinhos tiveram dificuldades. Olha, o negócio é sério.

O homem, um dos melhores homens que conheci na minha vida – vou citar, porque um quadro vale por 10 mil palavras – Confúcio. Geraldo Mesquita, quando cheguei em Parnaíba, formado, porque quis, em 1969, adentrou, uma comissão e essa pessoa me convidou para ser rotariano. Disse, então, que aquele ia ser o padrinho, nesse clube de Paul Harris: mais beneficia, quem melhor serve; dar, antes de pensar em si mesmo. Eu não conheci pessoa melhor. Eu sei que, na vida, ele foi uma pessoa extraordinária, um rotariano, um pai de família. Geraldo Mesquita, esse homem, que para mim foi um dos melhores que já vi na minha vida, e acho que está no céu, porque Deus sabe julgar não é por um instante, é por uma vida, e esse velhinho se suicidou, porque não pôde pagar a conta de sua esposa em um hospital.

Há mais de 60 anos casado, e como estão os velhinhos! Eu imagino, porque estou fazendo 40 anos com a Adalgizinha, ele, com 60 anos, não ter condições de pagar um internamento! Essa é a verdade.

Essa Medicina está muito boa, muito avançada, mas para quem pode pagar, para quem tem dinheiro, tem plano de saúde. Os aposentados não podem.

Os aposentados, Marco Maciel, foram enganados com esses empréstimos consignados. Salário mínimo, estão sendo descontados 40%. Eles nem leram o contrato, porque muitos sofriam da visão – as letrinhas pequenas. E agora o Governo retira, Luiz Inácio. Eles estão sem poder comprar os medicamentos. Sem cumprir o sonho. E aquele pouco dinheiro deles era para os filhos, os netos. Então, esse é o quadro.

Luiz Inácio, eu não admito. Os aloprados estão lhe enganando. Os aloprados estão mentindo. Bom sou eu! Eu sou correto com Luiz Inácio, porque eu levo a ele a verdade. Cristo falava: “Em verdade, em verdade vos digo.”

Fui relator, Arthur Virgílio, de um projeto de lei, de Paulo Octávio. Ninguém mais que Paulo Octá-

vio entende de dinheiro. Empresário, Senador e hoje Vice-Governador. E me apaixonei, mas os aloprados queriam que eu derrubasse o relatório, que era da verdade. Ele provava e provou que, se o dinheiro da Previdência fosse administrado pela Previdência, com os ganhos que a lei permite, dos juros bancários, jamais a Previdência falaria. Provou que ela estava desfalcada porque os aloprados tiram dinheiro da Previdência, dinheiro dos velhinhos, para dar os empregos fáceis, para fazer a publicidade e a propaganda para os cabos eleitorais.

Tanto é verdade, Arthur Virgílio, que eles mandaram a Patrícia me convencer a mudar. E eu digo: "Patrícia, não apresento agora porque gosto de lutar de peito aberto pela frente, mas volto daqui uma semana". Foi triste! Sete a sete, o Governo. Não, foi mais, era mais; sei que empatou. Tiveram que mudar o presidente da comissão para enterrar esse projeto.

Então, o aloprado aqui continua. Esse aloprado, José Pedro Pimentel, vá estudar, vá aprender. Estamos aqui para ensinar. Paulo Paim não é um idiota, Paulo Paim não é um irresponsável, Paulo Paim não é um imbecil, Paulo Paim é o melhor que o Partido dos Trabalhadores tem.

Desde 2003, cinco anos, ele defende o seu aloprado José Pimentel, convencendo a todos nós, na CAE, na Comissão de Justiça, aqui! E V. Ex^a tira a esperança dos aposentados.

Arthur Virgílio, Deus quis que V. Ex^a estivesse; V. Ex^a é o grande comandante das Oposições. V. Ex^a iguala-se a Rui Barbosa, quando denunciou o militarismo no nascer da República. V. Ex^a iguala-se a Joaquim Nabuco – quando minoritário, lutava pela liberdade dos escravos. Associe-se a Paim, com a sua força, com o seu comando, para resgatarmos junto aos nossos velhinhos e aposentados essa vergonha e essa nódoa.

Seu aloprado, José Pimentel! Lula, não basta o desespero de dizer que estava arrodeado de aloprados. Demita esse aloprado, que ele está mentindo; busque o projeto de Paulo Octávio, que ele ensina esse aloprado a guardar os recursos. E ainda lhe ensinaria mais, Luiz Inácio!

V. Ex^a se lembra da sua mãe? Lembra-se, Senador Arthur Virgílio? No Rio de Janeiro. Eu, da minha mãe. Coisa boa é mãe. O Sarney é feliz. Conheci a mãe dele em vida. Uma santa. Ela dizia ao filho Sarney – eu estudei o livro: "Meu filho, não deixe que persigam os velhinhos aposentados". Ela sabia que o filho, que ela tinha formado cristão, generoso, não ia perseguir. Mas tem aloprado, como José Pimentel, que mente, engana. E ela dizia: "Meu filho, não deixe que persigam".

Então, foi esse o conselho que a mãe de Sarney, a santa Kiola, deu. Como é que o Sarney, com toda a dificuldade da transição democrática, 10 mil greves, pagou os aposentados direitinho, como determina a lei, o contrato? E o Luiz Inácio, com Goebbels e o Duda, desviando os focos, iludindo, indo tomar a benção do Papa. O Papa quer é isso; a benção quem dá é Deus, e Deus: trate bem os velhinhos!

É isso! Arthur Virgílio, V. Ex^a que comandou o enterro da CPMF. Aquilo não foi CPMF; foi dizer basta, basta!, basta de explorar o povo brasileiro, que trabalha o ano inteiro, cinco meses para o Governo e um para o banco.

V. Ex^a tem que se incorporar ao Paim. Eles querem fazer do Paim o que fizeram com a Heloísa Helena: colocaram-na na fogueira. Nós a tiramos da fogueira e, hoje, graças a Deus, ela é Vereadora na sua cidade.

Estão desmoralizando o Paim.

Com a palavra esse extraordinário Senador que representa o Direito, a firmeza do Direito, Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Mão Santa, o desagravo que V. Ex^a faz ao nosso companheiro, Senador Paulo Paim, é muito apropriado e muito justo, por sinal. Denota a grandeza de V. Ex^a, até porque V. Ex^a faz esse desagravo em face de uma crítica feita por alguém que hoje exerce o Ministério da Previdência, mas que, quando na Oposição, defendia as mesmas teses que o Senador Paulo Paim. E olha a diferença: o Senador Paulo Paim, como V. Ex^a lembrou aqui, as causas que defende com muita vontade e determinação, ele as defendia quando estava na Oposição e as defende hoje, supostamente no Governo. E esse cidadão que hoje exerce o Ministério da Previdência, eu não sei o que acontece. As pessoas quando assumem um ministério desse – não sei se é prova de subserviência ou falta de personalidade –, as pessoas mudam de opinião da noite para o dia; mudam de conceitos da noite para o dia, abandonam teses e princípios antes adotados. Uma coisa de doido, Senador Mão Santa! Então, a homenagem que se faz ao Senador Paim é pela sua coerência, pela sua consistência. Aquilo que ele dizia há dez anos ele diz hoje do mesmo jeito. Governo, Oposição, não importa. O que importa são os princípios, as idéias, os conceitos, as razões pelas quais a gente luta, Senador Mão Santa. O feio é quando as pessoas mudam de situação: um dia é Oposição, no dia seguinte é Governo, e mudam completamente de conceito, de princípio, de postura. Fico estarrecido com esse tipo de comportamento. Para mim, isso denota ou subserviência, ou falta de personalidade, ou descompromisso total com aquilo

que dizia defender antigamente. Então, me associo a V. Ex^a. O Senador Heráclito, ainda nesta manhã, fez também um desagravo ao Senador Paim. Acho muito justo que a gente preserve o que há de melhor neste Senado Federal, neste Congresso Nacional. A figura do Senador Paulo Paim não pode ser violada, não pode ser tocada por quem não tem autoridade moral para fazê-lo. Nós temos autoridade moral para defender o Senador Paulo Paim por se tratar de uma pessoa da maior dignidade, da maior decência nesta Casa, e V. Ex^a está de parabéns por fazê-lo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E, aproveitando esse aparte de V. Ex^a que me inspira em defesa do Paulo Paim, eu diria apenas o seguinte: os negros foram libertos. Antes disso, um poeta, em *Navio Negreiro*: “Ó Deus, Ó Deus, onde estás que não vês tamanha injustiça?”. E eu faço, neste instante, minhas palavras as de Castro Alves, naquele desespero da escravidão: Ó Deus, ó Deus, como não vês o sofrimento que este Governo do Partido dos Trabalhadores está levando aos nossos velhinhos aposentados?

Ó Deus, resta-nos a esperança, fé, esperança e caridade – isso foi pregado pelo Apóstolo Paulo. E eu posso terminar repetindo as palavras dele: “Combatí o bom combate. Terminei a minha carreira. Guardei a fé.” E o bom combate, hoje, é resgatar os humilhados, os nossos velhinhos e aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – Após a manifestação do ilustre Senador Mão Santa, concedo a palavra, por permuta com o Senador Geraldo Mesquita Júnior, ao nobre Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, para fazer o seu pronunciamento. S. Ex^a disporá do tempo necessário para fazer a sua manifestação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, quero dizer que, observando V. Ex^a do plenário, dá para perceber como essa cadeira lhe cai bem. V. Ex^a, aliás, já presidiu o Senado em outra ocasião e presidiu muito jovem a Câmara dos Deputados. Cai muito bem em V. Ex^a essa cadeira, pela postura, pela respeitabilidade que a ela empresta.

Sr. Presidente, antes de mais nada, peço a V. Ex^a que autorize a publicação, na íntegra, de pronunciamento que passo aqui a resumir.

Acabou de se realizar, na Câmara dos Deputados, a quinta edição do Programa Parlamento Jovem, que é uma idéia do meu companheiro tucano Deputado Lobbe Neto cujo objetivo é possibilitar a alunos de escolas públicas e particulares a vivência do processo democrático. Destina-se a jovens de 16 a 22 anos de

idade, de todo o País, matriculados no terceiro ano do nível médio.

Desta vez, para felicidade do Amazonas, a presidência coube, por eleição, a um jovem conterrâneo meu: Denis Freitas, do município de Manacapuru, de 17 anos. Ele merece os meus cumprimentos não só pela investidura como pela firmeza com que se houve ao mostrar o seu entendimento da política nacional, da questão ecológica, da questão amazônica. Anunciando, inclusive, que pretende mesmo ingressar na carreira política, disputando, em 2012, a eleição para a vereança em seu município, que é vizinho de Manaus.

Sr. Presidente, eu gostaria ainda de pedir, igualmente, a publicação, na íntegra, de outro pronunciamento que passo aqui a resumir.

Nós vimos na revista *Veja* aquele caso doloroso da menina Lucélia – já pedi, inclusive, a inserção dessa matéria de *Veja* nos Anais da Casa. Volto aqui a repetir a pergunta da revista: por que tinham que levar a menina Lucélia para um comício do PT em Goiânia? Já não basta o cativeiro, já não basta a tortura? É preciso, agora, vestir uma camisa e aquela história de companheira para cá, companheira para acolá? Ela não é companheira de ninguém. Ela é uma menina que deveria ter tido os seus direitos de pessoa humana preservados e, portanto, não teria que ter passado pela situação vexatória de tortura e de rebaixamento da dignidade a que foi obrigada a suportar em idade tão tenra. E não tinha que passar por esse momento de exposição pública, quando sua privacidade é desrespeitada.

Sr. Presidente, eu ainda peço a V. Ex^a que acolha proposta de Voto de Aplauso ao Primeiro Suplente de Senador João Faustino pelo lançamento do seu livro *A Escola que Vivi* – isso aconteceu no dia 12 deste mês de novembro de 2008 na Biblioteca Luiz Viana Filho do Senado Federal. Eu aqui resumo rapidamente a biografia de João Faustino.

Graduado em Pedagogia e Matemática pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tem pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas e na Universidade de Michigan, nos Estados Unidos.

Foi Deputado Federal por quatro vezes; presidiu a Comissão de Educação e Cultura da Casa; relatou o projeto de lei que transformou as escolas técnicas em centros federais de educação tecnológica, os Cefets; integrou também o Conselho Federal de Educação.

Eu tive a honra de tê-lo como Secretário Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República ao tempo e que fui Ministro-Chefe desse órgão.

Hoje ele é, com muita competência, Senador Geraldo, Subchefe da Casa Civil do Governador de São Paulo José Serra.

Peço, ainda, Voto de Aplauso à Igreja Adventista do 7º Dia do bairro da Cachoeirinha, em Manaus, pela feliz idéia de consagrar seu culto de amanhã à comemoração da data da Proclamação da República, ou seja, 15 de novembro.

Peço também – aí com muito afeto – Voto de Aplauso, pelo 95º aniversário, ao Atlético Rio Negro Clube, que, além de ser meu time de futebol de preferência em Manaus, foi o clube pelo qual disputaram torneios minha mãe, em atletismo, e meu pai em voleibol – meu pai foi da Seleção Amazonense de Voleibol.

O Atlético Rio Negro Clube, que é quase centenário, é um dos clubes mais tradicionais e respeitados do Estado do Amazonas. Por isso, endereço a ele o meu Voto de Aplauso, que sei que será do Senado também, e o meu carinho.

Sr. Presidente, tenho aqui duas iniciativas de projeto de lei que apresento ao Senado.

O primeiro dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia na educação básica. Eu o justifico.

A dislexia, como sabemos, é uma disfunção neurológica que afeta a aprendizagem na área da leitura e da escrita. Não é considerada uma doença. É, porém, dificuldade no processamento da linguagem para reconhecer, reproduzir, associar e ordenar os sons e as letras, de modo a organizá-los. A pessoa com dislexia, em maior ou menor grau, tem dificuldades, é incapaz de compreender o que lê, apesar de possuir inteligência, audição e visão consideradas normais.

As causas da dislexia são ainda muito debatidas. Fatores socioafetivos, neurológicos, fonológicos e até visuais e auditivos são apontados. No entanto, fala-se também com muita força científica do caráter hereditário da maioria dos casos. Além disso, um indivíduo pode passar a ser disléxico a partir de um acidente vascular cerebral, um AVC.

Deficiências no aprendizado da matemática, por exemplo, podem ter origem na dificuldade de leitura dos enunciados das questões apresentadas ao estudante e não na inabilidade de raciocínio lógico. Ou seja, facilidade para raciocinar tem, a dificuldade é ler o que está proposto ali.

A criança com dislexia, devido às suas dificuldades de acompanhar o processo de aprendizagem dos demais alunos, tende a sentir-se frustrada e, pelo menos uma parte delas, pode desenvolver problemas emocionais e comportamentais anti-sociais, como, por exemplo, a agressividade e o retraimento.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes Básicas da Educação, popularmente chamada LDB, determina a integração preferencial dos estudantes com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino, mas admite que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (art. 58).

Para que as crianças com dislexia tenham o devido apoio, este projeto de lei que ora apresento à Casa e à análise dos meus pares e desta Nação determina que o Poder Público mantenha programa de diagnóstico e de tratamento de estudantes da educação básica com essa disfunção.

O diagnóstico e o tratamento serão feitos por equipe multidisciplinar com a participação de educadores, psicólogos, psicopedagogos e médicos, entre outros profissionais. O projeto também assegura às crianças com dislexia o acesso aos recursos didáticos adequados ao desenvolvimento de sua aprendizagem. Por fim, estabelece que o Poder Público garanta aos professores da educação básica cursos sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia, de forma a facilitar o trabalho da equipe multidisciplinar em questão.

Eu não consigo imaginar, Senador Geraldo Mesquita, uma só razão para haver demora, ou seja, para que nós não aprovemos isso com muita rapidez. Não vejo constitucionalidade. Ao contrário, o projeto me parece perfeitamente constitucional. Então, deveria ter e, dependendo do Presidente Marco Maciel será assim certamente, uma imediata designação de relator na Comissão de Justiça, uma imediata aprovação no plenário do Senado a seguir e, depois, uma tramitação igualmente rápida na Câmara.

Isso é algo que compete ao Congresso, e não tem por que nós esquecermos as crianças com dislexia por quaisquer razões, de ordem partidária ou o que for. Eu espero que coisas miúdas não atrapalhem o andamento de um projeto que tem real interesse por parte de um segmento da população que não tem sido olhado com respeito pelo Poder Público tradicionalmente.

O outro projeto de lei que apresento acrescenta dispositivos à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência para incluir as definições de deficiência e estabelecer que a Síndrome do Escrivão constitui modalidade de deficiência física.

O projeto de lei que proponho aos meus Pares decorre de clamor que recebo da Srª Veraci Torres da Silva, residente na cidade satélite de Taguatinga, no

Distrito Federal. Ela é portadora de um tipo de distonia focal, conhecida como “câimbra do escrivão”. É moléstia já diagnosticada pelo modelar Hospital Sarah Kubitschek, de Brasília. Como a Srª Veraci, muitas outras pessoas são portadoras dessa deficiência que impede a escrita e, portanto, eu depreendo que impede essas pessoas de exercitarem uma vida normal.

A proteção às pessoas portadoras de deficiência está expressa na Constituição Federal e, especialmente, na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que a regulamenta. O art. 1º, § 2º, considera que as normas dessa lei:

(...) visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.

Embora a sociedade brasileira tenha apresentado significativa evolução no tratamento das pessoas portadoras de deficiência, no momento existe uma categoria especial de portadores de deficiência que está à margem dos benefícios legais. São os indivíduos que têm, eu repito, a chamada Síndrome do Escrivão, uma distonia focal – repito – que ocorre durante o ato de escrever e que embora restrita ao membro que está sendo utilizado, causa intenso desconforto e dificulta a escrita, que pode torna-se irregular e ininteligível.

Com o tempo, as contrações musculares anormais tornam-se mais freqüentes e intensas e podem ocorrer durante a realização de outros movimentos ou mesmo durante o repouso. Nessa fase, podem ocorrer episódios de dor nos músculos acometidos e, embora, quase sempre, os sintomas permaneçam focais, às vezes, podem progredir e acometer outros músculos.

Na maioria das vezes, o início dos sintomas ocorre na idade adulta, geralmente após os trinta anos de idade, quando essas pessoas já estão inseridas no mercado de trabalho, em que sofrem preconceito e encontram severos problemas para exercer sua atividade laboral. Como não se encaixam, de forma expressa, nos critérios legais de definição da deficiência, encontram muitas dificuldades em exercer os direitos já garantidos por lei a esse segmento da população.

Como as definições das várias formas de deficiência estão expressas no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que não pode ser alterado pelo Poder Legislativo, pretendemos trazê-las para a Lei

nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, acrescentando, de forma explícita, a Síndrome do Escrivão como uma categoria de deficiência. Dessa forma, os portadores dessa síndrome não mais necessitarão procurar a via judicial para exercerem seus limites legais.

Portanto, entendo, Sr. Presidente, que temos duas matérias que, brevemente, estarão, sob sua Presidência, sendo analisadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E eu não consigo entender razão para não sermos céleres, para nós não darmos uma satisfação muito expressa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em primeiro lugar, do Plenário do Senado, a seguir, e, logo depois, dos órgãos respectivos da Câmara dos Deputados, resgatando os portadores da Síndrome do Escrivão e dando tratamento justo às crianças que sofram de dislexia.

E, finalmente, Sr. Presidente, sei que o Senador Flexa Ribeiro já o fez, mas faço questão de esboçar o mesmo gesto: o Voto de Aplauso às Organizações Rômulo Maiorana, de Belém do Pará, pelos 62 anos do jornal *O Liberal* – do qual, aliás, sou colunista dominical, com muita honra para mim –, a ser comemorado amanhã, dia 15 de novembro de 2008.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Srª Lucidéia Maiorana, Diretora-Presidenta das Organizações; ao meu amigo Rômulo Maiorana Júnior, Diretor-Presidente Executivo; aos demais membros da família, bem como a todos os jornalistas – Ronaldo, Roberta, queridos amigos – e demais funcionários que fazem de *O Liberal* motivo de orgulho para o Pará e para a Imprensa Brasileira.

Ainda, Sr. Presidente, hoje foi um dia de desobriga muito feliz para mim. Eu peço ainda que V. Exª acolha, nos Anais da Casa, a notável entrevista concedida pelo diretor de teatro e ator de televisão e de teatro Juca de Oliveira à revista *Playboy*. É realmente notável a entrevista, que merece ser endereçada a todos os Senadores. Nela está a figura irreverente do Juca, aquele que não poupa erro de ninguém, como, aliás, deve fazer o verdadeiro artista. Aquele que não escolhe lado na hora da crítica política; que não se cinge a limites ideológicos. Se tiver que criticar a mim, ele o fará. Se tiver que criticar o Presidente Lula, ele o fará, – aliás, ele faz bastante isso –, assim como criticava o Presidente Fernando Henrique. Ele é simplesmente o artista, o homem sério e que não aliena a sua liberdade de produção intelectual. Não a aliena. Ele diz o que o seu coração manda, e as pessoas julgam-no, aceitando ou não as suas idéias. Mas o fato é que ali está o exemplo de um intelectual independente, que, inclusive, prefere as agruras de fazer teatro da forma

independente como faz a certos confortos pelos quais outros optaram abrindo mão de antigos sonhos.

Eu rendo aqui a minha homenagem ao Juca de Oliveira, querido amigo, e faço questão de ter a sua notável, repito, entrevista concedida à revista *Playboy* inserida nos Anais da Casa, até porque amanhã nós todos já teremos passado, os mais jovens haverão de saber que nem todo intelectual no Brasil se dispunha a satisfazer os caprichos do poder. Esse, não. Esse não agiu de maneira cabisbaixa diante do Governo do Presidente Fernando Henrique, por exemplo, do qual eu fui Líder e Ministro; não age de maneira cabisbaixa diante do Governo do Presidente Lula, tendo eu a honra de ser Líder de um partido de oposição ao Presidente Lula, enfim. Juca de Oliveira é um homem independente e eu aqui homenageio o seu talento, a sua coragem, a sua independência.

E, repito, Sr. Presidente, peço a inclusão nos Anais dessa entrevista que, a meu ver, é uma das melhores já publicadas pela revista *Playboy* em toda a série. E aí um momento de bom humor: isso é bom porque minha esposa passa a compreender que eu compro a *Playboy* para ler entrevistas, por exemplo a do Juca de Oliveira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUIM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, acabou de realizar-se, na Câmara dos Deputados, a 5^a edição do programa Parlamento Jovem.

Trata-se de programa criado, em fins de 2003, por iniciativa do nosso companheiro tucano de São Paulo, Deputado Lobbe Neto, com o objetivo de possibilitar a alunos de escolas públicas e particulares a vivência do processo democrático. Destina-se a jovens de 16 a 22 anos de idade, de todo o País, matriculados no terceiro ano do nível médio.

A escolha dos participantes se faz por meio da elaboração de projetos de lei. Os estudantes encaminham suas propostas às Secretarias estaduais de Educação e o Conselho Nacional dos Secretários de Educação as envia à Câmara dos Deputados, onde uma comissão técnica faz a seleção. Os autores dos melhores trabalhos participam do encontro em Brasília.

Dessa última edição do programa participaram 78 estudantes. Por dois dias, no plenário e em outras dependências da Câmara dos Deputados, atuaram como se fossem integrantes de uma Casa legislativa.

Como nas edições anteriores, começaram por eleger um presidente e passaram a discutir e a votar as proposições apresentadas.

Este ano, por sinal, a presidência coube a um jovem conterrâneo meu, Denis Freitas, do Município de Manaquiri, de 17 anos, que merece meus cumprimentos.

E veja-se como a experiência é salutar, por não apenas proporcionar visão e vivência da atividade parlamentar, como também por incentivar vocações políticas. É o caso desse jovem amazonense. Denis disse que pretende candidatar-se a Vereador. E faço votos de que realize seu sonho e venha a trazer o vigor e o idealismo da mocidade para renovar os quadros políticos do País.

Ao Denis e todos os jovens que participaram do encontro, meus cumprimentos, extensivos à Presidência da Câmara dos Deputados, à Comissão Executiva do Parlamento Jovem e em especial ao Deputado Lobbe Neto.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, por que a pequena Lucélia, de apenas 13 anos, foi “usada” por políticos, depois de libertada de um apartamento em Goiás, onde era submetida a abusos e torturas e que, de repente, virou ícone da luta contra a violência infantil, mas continua sem família?

O drama dessa criança está em reportagem da Revista **Veja**, de 12 de novembro de 2008. A matéria narra a triste saga de Lucélia. Ela saiu do cativeiro para as páginas dos jornais. E não faltou político para ampliar o drama da menina. “Tanto – diz a **Veja** – que na convenção do PT que antecedeu as eleições municipais em Goiânia, lá estava ela, ao lado dos candidatos, vestida com uma camiseta petista, festejada como “companheira”. Mas o que Lucélia fazia num comício?”

Não é possível que no Brasil ainda persistam métodos de horror, como o que esses políticos e pretensos empresários promovem às custas de uma inocente criança.

Para que conste dos Anais, estou anexando a este breve pronunciamento a reportagem de **Veja**. Assim, o historiador do futuro terá subsídios reais para escrever a história política de um tempo brasileiro. Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º do Regimento Interno.)

DOR SEM HORA PARA ACABAR

Libertada de um apartamento onde era submetida a abusos e tortura, Lucélia virou ícone da luta contra a violência infantil mas continua sem uma família

ANA BEATRIZ MAGNO

Lucélia Rodrigues da Silva, 13 anos, mostra quatro buracos ralhados com alicate nas laterais da língua, aperta as mãos suadas pelo nervosismo e fala sobre a marca do ferro de passar eternizada nas nádegas. A platéia de operários silencia. Um homem de macacão azul pergunta à menina sobre o futuro. A tutora da garota pega o microfone, conta que uma pop star gospel ficou comovida com o martírio da criança e revela que a empresária da artista vai adotá-la. Lucélia ri. Foi seu único sorriso na manhã da terça-feira 21 de outubro diante de um auditório apinhado de curiosos, na sede da fábrica de rosquinhas Mabel, em Aparecida de Goiânia. A firma é uma das maiores produtoras de biscoito do país. Tem 2.500 funcionários, fabrica toneladas de biscoito por dia e pertence ao deputado federal Sandro Mabel (PR-GO), o mesmo que há três anos frequentou o noticiário durante o escândalo do mensalão. A menina desconhece o passado do político. O político conhece o passado da menina. Enquanto Mabel se desdobrava para driblar as acusações de mensaleiro, Lucélia era brutalizada pelas mãos de uma empresária a quem sua mãe biológica a entregara em troca de algumas cestas básicas. Durante horas,

ela respondeu às perguntas da platéia, revivendo os piores momentos de seu martírio. O que Lucélia fazia numa fábrica de biscoitos?

"Trouxe a garota para ela dar uma arejada", explica a pedagoga Maria Cecília Machado, diretora do Centro de Valorização da Mulher (Cevam), mistura de pronto-socorro e esconderijo de vítimas de violência. Em março passado, a polícia libertou Lucélia de uma masmorra doméstica. Sílvia Calabresi Lima, a empresária que prometeu encher a criança de amor, carinho e mimos, encheu o corpo de Lucélia de hematomas. Durante quinze meses, a empresária arrancou as unhas da menina no batente das portas, socou seus dentes, obrigou-a a comer baratas, ração e fezes de cachorro. "Ela dizia que era o meu remédio e que era para eu tomar porque o diabo morava em mim", lembra a garota, encontrada pela polícia amordaçada e amarrada no teto de um cubículo. Sílvia está presa. Lucélia saiu do cativeiro para as páginas dos jornais, sensibilizou o país e virou uma espécie de celebridade — um ícone da luta contra a violência infantil. Tanto que, na convenção do PT que antecedeu as eleições municipais, em Goiânia, Lucélia estava lá, ao lado dos candidatos, vestida com uma ca-

ABUSO EM SÉRIE

A menina narra seu sofrimento a uma platéia de operários e participa de um comício do PT

misa do partido, festejada como “companheira” Lucélia. Mas o que Lucélia fazia num comício?

O juiz da Infância de Goiânia, Maurício Portfírio Rosa, mandou abrir uma sindicância para saber como e por que a menina, sob a guarda e a responsabilidade do estado, deixou o abrigo e faltou à escola para participar de uma reunião política. Maria das Dores Dolly, que trabalha há cinco anos no Cevam, autora de vários projetos sociais reconhecidos e premiados, explica: “De fato, levei Lucélia ao encontro. Foi uma mancada. A gente passou rapidamente pela convenção. Entregaram uma camiseta a ela, e ela vestiu. Dei bobeira”. O Cevam — uma organização não-governamental sem fins lucrativos que acolhe setenta crianças, mulheres e adolescentes vítimas de violência — é uma referência no estado. “O mais importante agora é que temos de encontrar uma família para Lucélia. Ela não pode mais ficar aqui. Sei meses é muito tempo. Abrigo não é casa”, completa. Lucélia, ainda assim, acredita que sua história está perto de produzir um capítulo feliz. Em agosto, a pastora e cantora evangélica Ana Paula Valadão, 32 anos, estrela de shows gospel, estava em Goiânia, soube do caso da menina e pediu para conhecê-la. Com autorização da Justiça, Lucélia foi levada a Belo Horizonte, cidade-sede da Igreja Batista da Lagoa, fundada pelo pai de Ana Paula. A garota voltou de lá convencida de que, finalmente, encontrara um lar.

“Ao abraçar aquela menina eu não queria mais soltar. Foram momentos tão preciosos para mim, tocando alguém que já sofreu tanto, ministrando

o amor de Jesus ao seu coraçãozinho. Ali, pudemos orar por ela, pois há muito a curar em sua alma. Cremos realmente que o Senhor a libertou”, escreveu depois Ana Paula em seu blog. “Vou ter uma família”, planeja Lucélia, enquanto cantarola o *Rap da Família*, uma das composições musicais da pastora Ana Paula — “Que bom é ter uma família/família abençoada por Deus/ Papai, mamãe e filhos todos sempre unidos buscando a Deus”. Em sua passagem pela capital mineira, a menina ficou hospedada na casa de Ezenete Rodrigues, também pastora e principal assessora da cantora gospel. “Ela disse para mim que ia me adotar. Eu me converti em Jesus. Preciso corrigir meu gênio”, diz a garota. A promessa de adoção, ao que parece, não é tão certa assim — e nem poderia, já que existe um longo caminho judicial antes de o processo começar. “Se eu pudesse, adotaria to-

das as crianças sofridas do mundo”, desconversa Ezenete. O que então Lucélia foi fazer em uma igreja de Belo Horizonte?

“Aqui, ela foi tocada por Jesus e conheceu nosso trabalho religioso”, explicou Ezenete. A pastora Ana Paula colocou em seu site uma foto sua abraçando Lucélia e gravou um clipe gospel com a

participação da menina, que será lançado em breve. “Aqui em Goiânia é muito difícil esquecer. Tenho medo de encontrar Silvia. Fico pensando nisso o tempo todo. A dor não sai de dentro de mim. Por isso, eu queria muito ir para Belo Horizonte. Queria ser pastora. Queria ser outra pessoa”, diz a garota, já crente de que sua tragédia não é fruto apenas da perversão humana dos adultos. “A culpada fui eu. Eu, que não estava tocada por Jesus.” No abrigo, Lucélia recebe visitas, presen-

tes, mensagens de solidariedade, mas, ao menos oficialmente, ninguém ainda se dispôs a adotar a menina. Na semana passada, o juiz Maurício Rosa autorizou Lucélia a comemorar seu aniversário de 13 anos em companhia das pastoras evangélicas mineiras. Foi uma promessa feita a ela depois da gravação do clipe. Outra notícia boa é que a Ju-

tiça condenou a madrasta torturadora a pagar uma indenização de 300 mil reais à garota. Coincidência ou não, os pais de Lucélia, aqueles que a trouxeram por comida, já se candidataram a receber a filha de volta. “Essa menina viveu vários ciclos de abandono. Foi abandonada pela mãe. Tinha uma expectativa com a madrasta e de novo foi abandonada. Depois que ela foi libertada do cativeiro, a sociedade também a abandonou. E agora, caso essa perspectiva de adoção não se confirme, há um enorme risco de frustração, e mais uma vez ela pode reviver o abandono”, diz a psicóloga Ivânia Ghetti-Galvão, doutora pela Universidade de Brasília.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, em peça que pretende escrever para o teatro, Juca de Oliveira, autor consagrado de comédias, enfoca o Presidente Lula. E observa, em longa entrevista divulgada esta semana, que só a escreverá se tiver certeza de que terá ampla liberdade.

Nela, Juca vai incluir, entre os personagens, o assessor especial de Lula, Marco Aurélio Garcia. E com seu insuperável humor, Juca situará o assessor anunciando uma solução para o apagão aéreo, aquele que irritou os brasileiros que pretendiam viajar por via aérea.

A solução: desative-se o transporte aéreo. Aí o Brasil ficaria livre do “mico” e “das críticas da imprensa golpista”. O Presidente o apoia: “Se pobre não tem dinheiro para voar, que ninguém voe”.

Humorismo à parte, a entrevista de Juca de Oliveira merece ser inserida nos Anais do **Senado Federal**.

É o que solicito.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º do Regimento Interno.)

Juca de Oliveira

Uma conversa franca com o ator e autor das comédias de maior sucesso no teatro brasileiro sobre sua mirabolante e infalível fórmula para deixar de fumar, militância comunista, fuga para a Bolívia, depressão na TV e a peça que pretende escrever especialmente para o presidente Lula

A porta do apartamento está entrebatede, como o ator e dramaturgo Juca de Oliveira não está por perto, funciona como uma espécie de convite para o repórter entrar. A decoração da sala é carregada. Mais de 30 telas, todas de pintores acadêmicos, como Pedro Alexandrino e Belmiro de Almeida, povoam as paredes do apartamento na elegante região dos Jardins, em São Paulo, onde Juca fica quando está na cidade a trabalho. Sobre a mesa, uma caixa de DVD da telessérie *Law and Order – Special Victims Unit*. Juca entra agitado. Reclama da interminável reforma no apartamento vizinho e sugere um lugar mais tranquilo para a conversa: a casa da atriz Karin Rodrigues, viúva do amigo Paulo Autran, a dez minutos de carro da sua residência.

No caminho, fala sobre os dois anos da “luta” em que ele e outros moradores se empenharam para fazer valer o

regulamento que permite obras apenas depois das 2h da tarde. A incansável “luta” travada com os companheiros de condomínio revela um pouco do passado político do ator: foi filiado ao Partido Comunista Brasileiro e, durante nove anos, presidente do Sindicato dos Atores de São Paulo (1968-1977). A desilusão com a política – macro, explicitada nas freqüentes críticas ao governo Lula, e micro, quando constata que perdeu a guerra no seu prédio com a liberação de obras a partir das 10h da manhã – iria permear toda a entrevista.

Aos 73 anos, José de Oliveira Santos, ou Juca, nome que adotou na carreira artística, é casado há 35 anos com a musicista Maria Luísa e tem uma filha, Isabel. Começou como ator no Teatro Brasileiro de Comédia, passou pelo Teatro de Arena, até assumir o posto de galã de novelas na extinta TV Tupi e, mais tarde, na TV

Globo. Há 30 anos, dedica-se a escrever peças de teatro, sobretudo comédias. Seus textos, elaboradas misturas de crítica social com piadas comportamentais, caíram no gosto do público brasileiro. *Baixa Sociedade* (1978), a primeira peça, ficou quatro anos em cartaz e foi vista por mais de 500 mil espectadores. *Meno Malo* (1987) permaneceu seis anos em cartaz, com 1 milhão e 30 mil espectadores. *Caixa 2* (1997) esteve nos palcos por quatro anos, com público de 850 mil pessoas. Na noite anterior à primeira sessão da entrevista, o espetáculo *As Favas com os Escrúpulos*, com Bibi Ferreira e direção de Jô Soares, havia completado um ano em cartaz. Outro sucesso na coleção. Juca cita a Poética de Aristóteles para dizer que não escolheu a comédia como estilo, mas que, como escreve sobre coisas que o irritam (principalmente a situação polí-

“O que deveria fazer nosso Édipo, nosso chefe de governo? A perquirição dos crimes até o fim, ainda que esbarrasse nele. Seria um herói trágico. Ele escolheu a comédia...”

“Na madrugada seguinte ao Golpe de 64, Guarnieri e eu fomos ao Centro de São Paulo organizar uma passeata de resistência. Ninguém se interessou [risos]. Estavamo sonhando!”

“Quando der vontade de fumar, tome chá e corra. Pode ser no banheiro. Levante os joelhos até o peito até acelerar a respiração e desaparecer o desejo de fumar. Funciona!”

tica do país, elas acabam se tornando comédias por causa dos personagens.

O diretor recebeu o repórter **Felipe Zylbersztajn** no quintal da casa da amiga Karin Rodrigues por duas vezes. Gesticulando muito, exibiu arrogância caipira (de quem nasceu em São Roque e não abre mão de passar parte da semana na fazenda em Itapira, interior de São Paulo) e sofisticação de homem urbano (de quem não esconde seu fascínio pela abundância de informação e cultura das metrópoles). Depois da entrevista, falou bastante sobre a arte de escrever roteiros, chegando a indicar livros técnicos e softwares específicos, além de enviar ao repórter suas peças por e-mail. Durante um café, ainda deu a receita de como parar de fumar: "Carregue sempre uma garrafa de chá consigo. Quando tiver vontade de fumar, dê pequenas corridas ao redor de uma mesa. O chá substitui as tragadas e o exercício elimina momentaneamente a vontade de fumar". Deu certo. Para ele.

Espere aí. Chá e corridas para largar o cigarro? De onde o senhor tirou essa idéia? Senhor, não. Por favor, me chame de Juca. A história é a seguinte: estávamos ensaiando *Corpo a Corpo*, do Vianinha [o dramaturgo Oduvaldo Vianna Filho], com direção do Antunes Filho, e eu não conseguia, fisicamente, realizar a marcação do diretor: eu tinha de construir uma pirâmide de módulos de plástico no meio do apartamento, subir nela e discursar aos berros lá cima. Fui à Escola de Educação Física, no Ibirapuera, e um professor se dispôs a me ajudar. Começamos pelo método de Cooper, com corridas em torno do campo de futebol. Depois de alguns dias, ele me advertiu de que eu não conseguiria se não parasse de fumar.

Você fumava muito? Dois maços e meio por dia. Acordava e saía de madrugada para comprar cigarro... O professor me disse: "Faça um chá na sua casa: erva-cidreira, macela, carqueja, nada com caféína, e bote numa garrafa térmica. Quando o Antunes der um break no ensaio, não tome café. Beba um chazinho e comece a correr no palco. À noite, na sua casa, faça a mesma coisa". Para meu espanto, dava certo!

O.k., vou tentar. Mas e se eu estiver numa festa ou num jantar, servirem um belo vinho e der aquela tremenda vontade de fumar? Bom, jamais esqueça o seu chá! Leve a garrafa numa bolsa e dê para alguém guardar. Quando der vontade, pegue a garrafa, vá para o banheiro, tome o seu chazinho e comece a correr.

No banheiro? Sim. É a corrida estacionária do Cooper. Corra, levante os joelhos até o peito até acelerar a respiração e desaparecer a vontade de fumar. Fiz isso em 1972. Dava 23 voltas na pista, mas nunca mais fumei um cigarro e jamais voltei a sentir a menor vontade de fumar... Ah, e ganhei o prêmio de melhor ator do ano com *Corpo a Corpo*.

“
Escrevi *As Favas com os Escrúculos* antes do caso do Renan Calheiros com a Mônica Veloso. O problema é que político tem pouca imaginação. Se repete
”

Sem dúvida, uma bela receita. Bom, vamos falar de teatro... Para você, que tem a política brasileira como tema das suas peças, quem mereceria o prêmio de melhor ator da política? Acho que o senador Renan Calheiros é muito bom ator [risos]. Ele foi perfeito, né? Para se manter durante tanto tempo no Senado infringindo o decoro parlamentar... Mas ele está muito mais na área da farsa do que na da comédia de costumes.

E o presidente? Ele é um bom ator? Acho que o Lula seria um ótimo ator, um ótimo profissional do teatro.

Por que escolheu a comédia e não a tragédia para falar dos nossos pro-

blemas sociais? Não é uma opção. Os críticos é que têm ojeriza à comédia. Isso é problema de cultura. Na *Poética*, Aristóteles discute a comédia. A tragédia é a história de um homem cheio de virtudes que prefere a morte a viver sem honra. Os heróis trágicos são pilares da sociedade. Você assiste à trajetória do herói e se apaixona por ele até a sua queda. Há um efeito catártico e você sai do teatro livre, leve e solto porque assistiu na tragédia dele à sua própria tragédia. A comédia é o oposto. Então, sempre que você tiver um homem vicioso, cheio de defeitos e falhas éticas, que prefere viver sem honra, mas preservar a vida - sobretudo a boa vida -, você vai estar no campo da comédia.

Pode nos dar um exemplo prático? Posso dar um muito interessante. Edipo descobre pelo Oráculo que há uma peste em Tebas, pois um crime foi cometido: alguém matou o pai e se casou com a mãe. Ele começa a investigar e acaba chegando a ele próprio. Mas, como é um herói trágico, vai ao fundo da sua pesquisa a despeito de estar se aproximando de si mesmo. É fundamental para a manutenção do seu equilíbrio a perquirição do culpado até o final. Quando descobre que o culpado é ele próprio, fura os olhos e morre. Herói trágico. Aqui, nós tivemos o mensalão. Eram "pais", amigos, correligionários do presidente. Qual deveria ser a função do nosso Edipo, do nosso chefe de governo? A perquirição dos crimes até a última consequência, ainda que esbarrasse nele. E ele seria um herói trágico. Mas ele escolhe o caminho da comédia... Entende?

Sua peça mais recente, *As Favas com os Escrúculos*, conta a história de um senador que mantém uma amante em Brasília. Alguma relação com o já citado senador Renan Calheiros? Escrevi a peça antes do caso. Não sabia de nada. O problema é que eles têm pouca imaginação e se repetem. Quando a Bibi Ferreira [atriz] me pediu uma peça, fiquei preocupado, pois teria de escrever uma história em que uma senhora da idade dela fosse a protagonista. Até que um dia, conversando com a minha mulher, me veio à cabeça a história do Bernardo Cabral [ministro da Justiça do go-

verno Collor] com a Zélia [Cardoso de Mello, ministra da Fazenda do mesmo governo]. Eu falei: "Pronto!" Lembro do baile em que ele e a Zélia dançaram "Besame Mucho". E a mulher dele lá, olhando, derrotada. Aquele quadro foi muito forte para mim. Aí comecei a trabalhar. Mas eu não tinha em vista, evidentemente, o Renan e a Mônica Veloso.

Em *A Flor do Meu Bem-Querer* (2005), você citou o caso do filho que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso supostamente teve fora do casamento. Dizem que, na época, a atriz Regina Duarte pediu para que o texto fosse alterado. Como foi isso? As pessoas não gostaram de eu ter colocado aquele episódio, mas felizmente isso passou. Continuo amigo do Fernando Henrique, sem problemas. Mas não inventei aquela história. Geralmente coloco nas peças aquilo que eu tiro da imprensa. Nesse caso, era um fato divulgado! Não tenho nenhuma posição política de favorecer este ou aquele partido. Bato bastante no governo petista por razões óbvias desse o mensalão, mas também execro aqueles que são oposição ao governo.

A Regina Duarte chegou a pedir para que os textos fossem alterados? Não, não. Não aconteceu isso.

Mas você chega a receber alguns pedidos nesse sentido? Sim, às vezes.

Pedidos vindos de políticos? [Risos] Às vezes pinta um pedidozinho. Eu prefiro não falar nesse assunto porque as pessoas ficam extremamente desagradadas. Como não mudo o texto, para que eu vou contar? Não me arrependo daquilo que escrevo. Para ter segurança, primeiro pondero muito, estudo até onde a coisa pode chegar e, às vezes, até consulto um advogado. Mas quero ter a liberdade de fazer uma peça sobre o governo, que tenha o Lula, a dona Marisa, a ministra Dilma e o assessor Marco Aurélio Garcia em cena. É um país democrático, eu posso fazer isso. Uma comédia, claro.

Que nome teria uma peça com essas personagens? Ano passado, em um simpósio, fiz uma de dez minutos

nessa linha, com o título *O Presidente*. Na época, vivíamos o pesadelo do apagão aéreo - como se ainda não vivessemos - e o assessor especial [Marco Aurélio Garcia], aquele do "top top", encontra uma solução para o problema: desativar o transporte aéreo da mesma forma como desativamos as ferrovias. Segundo o raciocínio dele, as ferrovias foram desativadas e não aconteceu nada. Extinto o transporte aéreo, ficaríamos livres do mico e, principalmente, das críticas da imprensa golpista! Aeroportos seriam convertidos em estacionamentos gigantes para desafogar o trânsito. O presidente apóia, considerando a proposta genial: "Além de eleitoral-

da. Já do ponto de vista institucional, foi péssimo. Tivemos um *downgrade* do Congresso Nacional, escândalos inomináveis - quase todos saídos dos próprios assessores do presidente, sem que houvesse por parte dele uma atitude séria no sentido de condenar a ação criminosa de um monte de gente. À medida que você legitima um ato criminoso, passa a mão na cabeça de um Severino Cavalcanti [ex-presidente da Câmara que renunciou em 2005 em decorrência das denúncias de esquemas de pagamento de propina no restaurante da Casa], diz que o cartão corporativo não tem a menor importância, que o fato de não ter transparência não tem importância, acha que ao presidente tudo se permite, que o Delúbio Soares [ex-tesoureiro do PT] é companheiro, o Silvinho Pereira [ex-secretário-geral do PT] é companheiro, o Zé Dirceu [ex-ministro da Casa Civil] é companheiro, você estimula o "Para que eu vou pagar imposto, se posso dar um golpe? Para que vou disputar honestamente uma concorrência, se posso dar uma gorjeta? Se eu puder constituir um caixa 2 para a minha vida, por que não vou fazê-lo, se o próprio presidente diz que caixa 2 é normal?"

Para você, o teatro deve ter necessariamente sentido social e político? O teatro reflete a realidade, né? Então ele sempre tem um caráter político. Você pega Shakespeare, por exemplo. Todo ele é político, discutindo os temas da realidade da Inglaterra...

Inclusive o "besteirol" é político? Sim, sim. Tudo! O que é o "besteirol"? É uma coisa absurda de uma sociedade que você não aceita. Então se extraíola, se faz um expressionismo "puxado pelos cabelos". O "besteirol" é o absurdo, mas tem conteúdo. O "besteirol" não é nada besteirol, é uma coisa séria. Então sempre é político.

Você deve ter sido o único ator do mundo a escolher a profissão por meio de um teste vocacional. Como foi essa decisão? Eu trabalhava num banco em São Paulo, e um colega fez o teste e sugeriu que eu fizesse também. Foi logo depois que servi no Exército. O teste disse que eu não deveria fazer

“
Na peça sobre o Lula, o Marco Aurélio Garcia quer acabar com o tráfego aéreo. E o presidente apóia: ‘Se pobre não tem dinheiro para voar, que ninguém voe!’
”

mente positiva, promove a justiça social. Se as populações pobres não têm dinheiro pra voar, que ninguém voe!' Não é muito mais democrático? Quem sabe eu não parta para uma peça de verdade com essas maravilhosas personagens... Se nos Estados Unidos há uma em cartaz sobre o presidente Bush, por que não encenar uma aqui com o Lula e a sua turma?

Efetivamente, o que você acha do governo Lula? Deve-se levar em conta que o governo Lula se instalou e se desenvolveu num dos momentos de maior fastígio da economia mundial. Do ponto de vista econômico, a coisa correu bem, pois seguimos uma política austera, não a política da esquer-

engenharia nem medicina. Também disse, entre outras coisas, que eu deveria fazer teatro. Um dia, vi no jornal que um grupo estava procurando atores para uma peça. Traduzi mal e porcamente um trecho do monólogo Henrique IV, do Pirandello, fiz o teste e passei. Nesse período, eu havia entrado na faculdade de direito, tive o cabelo raspado no trote e fiz a personagem careca. Depois descobri que havia uma Escola de Arte Dramática na USP (EAD) e fui estudar lá.

Da EAD você foi para o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), em 1961. Como era o ambiente político no TBC? A essa altura, nós já éramos militantes comunistas. Eu atuava no banco como líder sindical, já tinha promovido greve e sido demitido [risos]. Minha mãe tinha uma pensão perto do Teatro Oficina – que se chamava Novos Comediantes na época –, e moravam conosco 17 rapazes, todos do interior, a maioria comunista, entende? De repente, ficou uma base política na pensão [risos]! Você vê como não era sério o movimento político, e por que se deu 64! Era tudo uma fantasia, uma utopia fantástica. “Amanhã todos seremos felizes, com acesso à riqueza e cultura para todos...” Éramos jovens, né?

E isso se intensificou no teatro. É. Quando cheguei ao teatro, encontrei o Flávio Rangel e o Gianfrancesco Guarnieri [ambos dramaturgos], que já tinham feito teatro na Europa. Eles eram militantes políticos: o Guarnieri era do Partido Comunista! Quando saí do TBC, acabamos comprando o Teatro de Arena. Éramos eu, o Guarnieri, o Paulo José [ator], o Flávio Império [cenógrafo] e o Augusto Boal [diretor teatral] os detentores do Teatro de Arena a partir de 1963. Aí nós militamos seriamente. O teatro era político. As peças do Guarnieri eram políticas.

Como você ficou sabendo do Golpe de 64? Na noite do dia 31 de março, nós estávamos na Faculdade de Filosofia da USP em um ato político. A grande discussão era que João Goulart [então presidente da República] era leniente com relação ao avanço da esquerda. Veja só no que nós estávamos pen-

sando naquele momento! Perto de 1h da manhã, veio a notícia de que o governo tinha caído e pensamos que tínhamos de tentar abortar o golpe da direita. Ao Guarnieri e a mim coube ir até a Praça João Mendes [Centro de São Paulo] organizar uma passeata em defesa da legalidade com as pessoas que chegassesem de ônibus, indo para o trabalho [risos]. E nós fomos! Às 4h da manhã. Ninguém se interessou [risos]. Estábamos sonhando!

Então você decidiu se auto-exilar? A Cacilda Becker [atriz] foi chamada para um depoimento no Dops e disseram que não havia muita coisa contra o teatro, mas que algumas pessoas – Flávio

“
Ao cruzar a ponte,
me imaginava sendo
metralhado pelo
Exército. Quando
pisei na Bolívia,
abraei o Guarnieri
e brindamos com
pinga: ‘Voltaremos!’
”

Rangel, Augusto Boal, Guarnieri e eu –deveriam sumir. A informação tinha chegado pela Dina Sfat [atriz], que nos assessorava na clandestinidade. Ué, se o delegado do Dops passa o recado, você não pode ficar esperando de peito aberto, não é? O Flávio Rangel resolveu voltar para o Rio de Janeiro com o Paulo Francis [jornalista e crítico de teatro]. O Guarnieri e eu decidimos ir para a Bolívia. Tínhamos planos de ir para a Itália a partir de Cuba, e fomos para La Paz.

Como foi a ida para a Bolívia? Optamos por uma saída via Campo Grande–Corumbá. Ficamos alguns dias em Corumbá, até que passamos por uma delegacia e vimos uma placa: “Salvo-conduto para a Bolívia”. Entramos

e tinha um cara lendo Capitão Marvel em frente a uma máquina de escrever em que faltava a letra “s”. Inventamos que éramos estudantes e que gostaríamos de fazer uma pesquisa sobre cerâmica indígena na Bolívia. Ele nem olhou para a nossa cara, pediu nossa identidade e nos deu o salvo-conduto. Na ponte para a Bolívia, havia duas companhias do Exército com jipes e metralhadoras. Fomos passando. A medida que ia andando, eu me imaginava sendo metralhado, com pedaços do corpo se despedaçando na balaústrada, caindo no Rio Paraguai lá embaixo, tal o pavor daquela metralhadora apontada para nós. Mas chegamos do lado de lá sem que ninguém nos pedisse documento, nada. Nos abraçamos chorando, foi uma coisa linda. O Guarnieri gritava para o lado do Brasil: “Passamos! A gente vai voltar!” Brindamos com uma pinga brasileira que tinha lá. Em La Paz, a gente contava com certo prestígio intelectual. Estábamos com quase tudo pronto para ir a Cuba quando ouvimos pelo rádio sobre a prisão do pai do Guarnieri [o maestro Edoardo de Guarnieri], que também era comunista. Ele ficou desesperado e falou: “Eu vou voltar”. E eu, solidário, voltei junto. Foram seis meses de Bolívia.

E vocês foram presos na volta? Não! Fui preso antes de 1964, em movimentos de solidariedade aos operários, movimento bancário, panfletagem de rua. Mas, quando voltamos ao Brasil, era o período Castello Branco, que tinha interesse em entregar o poder aos civis. A coisa só piorou mais tarde, em 1968, mas o movimento que então fazíamos no meio cultural era pela volta à democracia, pelo fim da censura, pela solidariedade aos exilados, pela liberdade de expressão. Não apoiávamos a luta armada.

Você experimentou drogas nessa época? Nós não participávamos disso. Éramos da “geração birita”. O pessoal “pingaiada”, entende?

Não chegou a se sentir recriminado pelos outros artistas por ser “careta”? Nada! Cada um fazia como queria. Apesar de não engajados, não tinha

mos nenhuma restrição. Teve um período no Arena em que colegas nossos participaram de experiências com mescalina. Nós não participávamos. Éramos de uma organização política que achava que, em função de uma lucidez política, essa era uma experiência de que não se deveria participar.

Quem eram seus companheiros de copo? Eram todos da classe teatral. Nos reunimos durante 25 anos, todos os dias, no restaurante Gippetto [região central de São Paulo], da meia-noite às 4h da manhã. Guarnieri, Flávio Rangel, Antunes Filho, Paulo Autran, Cacilda Becker, Walmor Chagas, Tônia Carrero, Armando Bóguis, John Herbert, Eva Wilma, FrancCarlos Reis, Renato Consorte, para citar apenas os mais assíduos.

Lembra de algum porre homérico? Porres homéricos não cabiam – infelizmente – na disciplina rígida do partidão. Mas, por volta de 1962, 1963, o partido celebrou um intercâmbio cultural com artistas russos, que nos visitavam com freqüência. Para recepcioná-los, o ex-atleta olímpico Willy Otto Jordan ofereceu um jantar. Guarnieri e eu, paupérrimos e inexplicavelmente convidados, metemos nossa única roupeira de festa e nos mandamos para a mansão da Avenida Brasil. O jantar foi de arrepia: vodka, salmão do Mar Cáspio, caviar do melhor esturjão e champanhe da Criméia. Depois, nos postamos no bar degustando vinhos, champanhes e licores. O tempo passando, os convidados diminuindo, nenhum russo à vista, a gentileza dos garçons extinta e nós lá. Até que o morador nos mostrou que não havia mais ninguém. Guarnieri então disse, proletariamente solidário: “Não se preocupe, companheiro. Vão arrumando as suas coisas. A gente só vai tomar a saída, ficarem à vontade...” E, no que estiquei o braço para alcançar a última taça de champanhe, senti uma tenaz de aço me levantando da banqueta. Era o Willy Otto Jordan que nos levava, um sob cada braço, até a saída. Nos depositou na calçada e bateu o portão de ferro na nossa cara, nos deixando sozinhos ali na madrugada gelada. Nunca mais fui o último a sair de uma festa...

Na época mais dura do regime militar, você assumiu o Sindicato dos Atores de São Paulo (1968-1977). E investiu contra as experiências de vanguarda no teatro. Você considera que esta era uma vertente alienante? Nós éramos comunistas e tínhamos certa obediência política. Além disso, existia uma realidade concreta para que nós nos colocássemos contra: imediatamente depois do golpe e da ação da censura, houve um imenso vácuo no teatro. Aí entrou o teatro de vanguarda. Nós fazíamos uma análise política e, de repente, tínhamos um ponto de vista que considerávamos empobrecedor para a análise de uma realidade complexa como aquela sob a ditadura.

“
Ganhava bem, mas
fiquei deprimido na
TV. Minha mulher
disse: ‘Volte para o
teatro’. E eu: ‘Sair?
Mas e o scotch!?’
E ela: ‘Volte a
beber cerveja!’
”

A televisão foi uma salvação para a classe artística brasileira depois do golpe? Exatamente. Proibidos, os escritores do teatro social foram para a televisão. Todos eles: Dias Gomes, Vianinha... E, na esteira dos autores, os atores. Eu fui um dos últimos. Pessoal de teatro não queria saber de televisão. Mas, com essa situação, passaram a fazer o “teleteatro”. Um ou dois anos depois, vieram as telenovelas. Fiz telenovelas de 1964 a 1971 na TV Tupi, mas nunca deixei o teatro. As grandes peças da minha vida, os prêmios que ganhei, foram nessa época: *A Cozinha, O Edifício 200, Dois na Cangorra...*

E como foi a sua ida para a Globo? No final de 1971, recebi um convite do

Walter Clark [diretor e executivo de TV] e do Boni [José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, ex-vice-presidente de Operações da Globo] para ir para a Globo. Era impensável o que eles pagavam comparado com o que eu ganhava em São Paulo. Fui com a condição de continuar fazendo teatro. Fiquei no Rio de 1972 a 1978, quando tive um grave problema de consciência.

Foi esse problema que levou você a deixar a televisão no auge como ator [em 1978, depois de *Pecado Rasgado, de Sílvio de Abreu*]? Fiquei deprimido, pois não estava me dedicando ao teatro como queria e achava que as razões que me tinham levado à televisão já haviam cessado. Um dia me deu um estalo e falei para a minha mulher que eu iria deixar a televisão. Era difícil, pois eu tinha um dos maiores salários da Globo. Comprava um carro todo ano, tomava champanhe, whisky 12 anos... Minha mulher me ajudou muito. Ela dizia: “Se você quer sair, volte para o teatro”. E eu: “Mas como eu vou sair? E o scotch!?” [risos]. Ela então sugeriu que eu voltasse à cerveja [risos].

Foi nessa época que começou a carreira de autor? Com o teatro, eu tinha um tempo enorme para escrever. Escrevi *Baixa Sociedade* (1978), montei a peça e foi um grande sucesso. Depois fiz *Motel Paraiso* (1982), que foi um sucesso maior ainda, e assim foi. Acho que, pelo fato de eu ter rompido com a televisão para viver meio na miséria – uma opção franciscana –, devo ter sido bafejado pelas musas do teatro. Elas gostaram e inocularam na minha cabeça o talento de escritor. Eu acredito! Mandei fazer duas estátuas das musas do teatro (*Melpômene e Tália*, da tragédia e da comédia) com suas máscaras na minha fazenda em Itapira.

Foram quase 17 anos longe da televisão, até voltar, em 1994, com *Fera Ferida*, de Aguinaldo Silva. Por que voltou? Porque acho importante. Você não pode só fazer televisão. Tem de alternar as duas coisas. O teatro é a pátria do ator, é onde você afina seus instrumentos expressivos e, sobretudo, cria personagens com tempo. Quando você sai do teatro para a televisão, tem um arquivo enorme de personagens.

O que você gosta de assistir na televisão? Telejornais, jogos de tênis, filmes e séries como *Law and Order*, *CSI*, *Damages*, com a Glenn Close. De *Lost*, não gostei. Mistério não faz o meu gênero.

E novelas? Não assisto. De modo geral, não tenho tempo, pois meu horário não coincide. Quando começo a trabalhar, a novela já está passando. Quando chego em casa, já acabou. Vejo televisão de madrugada ou quando estou almoçando.

Qual foi a última novela a que você assistiu? Não assisto a novela inteira, só a uns pedaços. Essa do [Antônio] Fagundes [*Duas Caras*, da TV Globo]. Por exemplo, eu vi só uns pedaços...

E as partes que você viu foram bem escritas? De modo geral, nossos escritores são muito bons. Essa é do Aguinaldo Silva, que é ótimo escritor. Mas escrever 240 páginas de material original por semana já é bastante complicado para um datilógrafo! [Risos] Então acho esses escritores absolutamente geniais. Aguinaldo, Manoel Carlos, Gilberto Braga, Silvio de Abreu... São heróis por escreverem esse volume de material.

Você não incluiu a Glória Perez, com quem trabalhou em *O Clone*, seu último grande sucesso na TV.... *O Clone* foi um dos maiores sucessos da Rede Globo e a consagração de Glória Perez. Grande parte da novela era ambientada no Oriente Médio e, na véspera da estréia, aconteceu o atentado de 11 de setembro. A novela estreou em meio à comoção e, ao contrário do que prediziam as *Cassandras*, teve enorme audiência e aprovação. Outra criação visionária de Glória Perez foi o tema da clonagem, antecipando as polêmicas desencadeadas pelo médico italiano Severino Antinori, que anunciava a clonagem do primeiro bebê depois da ovelha Dolly. Antinori praticamente "copiava" o Dr. Albieri, o cientista que eu fazia.

Como você explica o sucesso dos reality shows hoje em dia? Seria uma reação à baixa qualidade da teledramaturgia atual? Sou suspeito para

falar, pois não assisto. O objetivo do jogo é não ser eliminado, e isso implica uma série de atitudes, que inclui a total falta de caráter. A imagem que me vem é a do circo romano e a tendência de se fascinar pela miséria humana. É claro que a 9ª Sinfonia é melhor que *Big Brother*, mas a 9ª Sinfonia tem uma audiência muito pequena. À medida que se aumenta a redundância, se aumenta a audiência. Se aumentar a informação, baixa a audiência. E TV com baixa audiência não sobrevive, né?

Você está por trás das peças com grande retorno comercial. Você não usa a redundância para conquistar seu público? De modo geral, o escritor escre-

que acreditavam. Com a Lei Rouanet, e a possibilidade de conseguir um financiamento numa empresa privada com a promessa de uma renúncia fiscal, imediatamente se estabeleceu uma imensa cobiça. Se introduziu um elemento especulador muito sério naquilo que era feito de acordo com a oferta e a procura. Um dinheiro que entra meio que... surgindo de onde?

E em que isso afetou o teatro? Todas as pessoas que participam do projeto acabam superfaturando. Isso produziu uma indústria de produtores que têm em vista apenas a Lei Rouanet, e não a bilheteria. Grande parte dos produtores de hoje quer que a peça entre e saia imediatamente. Se a peça ficar, ele vai perder dinheiro, enquanto a gente gostaria de ficar em cartaz por anos. Produtor é aquele que ama o teatro e investe o seu próprio dinheiro, como sempre fizemos. Se tínhamos bom resultado, ótimo. Caso contrário, vendíamos o próprio carro para pagar os atores. Não tenho nenhuma dúvida de apanhá uma peça e eu mesmo produzi-la.

Mas às Faves com os Escrúpulos teve dinheiro da Lei Rouanet, não? Mas a peça não foi produzida por nós!

E as outras peças? Sempre produzimos, sem a Lei Rouanet, sem benefício, sem nada. Era investimento que nós botávamos, entende? A única que eu fiz com a Lei Rouanet foi *Caixa Dós* (1997), que teve patrocínio da Volkswagen. Todas as demais, não. E em *Meno Male* (1987) recebemos apoio para a publicidade, mas não dinheiro. Ao longo desses meus 50 anos de trabalho, nunca recebi dinheiro de lugar nenhum. Nunca foi tão difícil fazer teatro como agora!

O que você achou da saída de Gilberto Gil do ministério? A pesada burocracia do Ministério da Cultura, que entravou e suprimiu um sem-número de projetos culturais importantes, deve ter atrapalhado as idéias do ex-ministro, que, conforme a gente viu, não eram muitas. Seu momento de glória foi o batuque com o então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, visto pela TV em todo o mundo. No

“ O momento de glória de Gilberto Gil no Ministério da Cultura foi o batuque com o Kofi Annan, da ONU. Seu afastamento é quase um alívio geral ”

ve sobre aquilo que o incomoda. Fico me perguntando por que as pessoas vão assistir às minhas peças... É porque eu fico indignado com a situação política em que nós estamos! A falta de escrúpulos, de integridade. Escrevo sobre isso. As pessoas acabam tendo o mesmo tipo de perplexidade e acabam assistindo. Mas não me preocupa esse problema de informação. Sou um contador de caso. Sou um caipira.

É possível viver exclusivamente do teatro hoje em dia? Acho que sim. Sempre vivi do teatro. O que acontece é que, há 20, 30 anos, o teatro era feito por produtores que investiam tendo em vista a possibilidade de viver da bilheteria. Botavam dinheiro do próprio bolso no

ministério, Gil ganhou visibilidade e isso reverteu em lucros pessoais. Seu cachê de 70 mil passou a 200 mil. Nada mau e nada contra. Um artista do nível dele merece receber o máximo pelo seu descomunal talento. Só é lamentável que tenha acontecido durante o horário de expediente. Como se viu, o ministério fez muito por Gil, mas a recíproca não foi verdadeira.

Em termos de projetos para a Cultura, qual o balanço que você faz? O projeto de uma política pública que juntasse os ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Social e das Comunicações não chegou a sair do papel. Aliás, nem ao papel ele chegou. Outra lembrança triste foi o projeto da Ancinav (Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual), que regularia as atividades audiovisuais. Felizmente o monstro não foi rejeitado pela sociedade como instrumento autoritário de inspiração stalinista. O balanço final de sua gestão ainda está para ser feito. Seu afastamento é quase um alívio geral, pois todos queríamos desvestir o burocrata e salvar o artista.

Você conhece o novo ministro, Juca Ferreira? Ele lhe agrada? Sabemos pouco das idéias de Juca Ferreira, já que, como secretário-executivo do Ministério da Cultura, esteve à sombra da impiedosa atuação de Gilberto Gil. Em entrevistas recentes, apresentou projetos em linhas muito gerais. Ele próprio nos avverte de que pretende voltar à criação da Ancinav. Há que se ficar atento. No seu discurso há um otimismo – a meu ver, exagerado – em relação à possível ampliação de recursos para a cultura em até 2% do orçamento. Ver para crer. Dia desses, fez publicar no Diário Oficial algumas mudanças na Lei Rouanet. Positivo, mas ainda muito tímido. Vamos esperar mais um pouco.

E o humor? Como anda a qualidade do humor feito no Brasil? Sempre foram ótimos. Nossos atores são relaxados.

Você gosta do Zorra Total, por exemplo? É um bom programa. Tem excepcionais comediantes. O Zorra Total se baseia muito na farsa, que é a comédia exacerbada. Muita gente confunde a farsa com a comédia.

E do Show do Tom? Adoro. Ele é excepcional. Trabalha no limite com a farsa. Mas seria indesejável que as pessoas se orientassem pelo Tom ou pelo Zorra Total para fazer comédia na novela. Às vezes você vê um ator “fazendo careta”, entendeu? É indesejável, pois a comédia de costumes se baseia na verdade. A situação é que é inusitada. Em Friends, por exemplo, eles usam a verdade.

Quando você não está em São Paulo, passa o tempo em sua fazenda de 130 alqueires em Itapira, onde, inclusive, cria gado neto para corte. Você se considera um grande produtor rural? Nós somos os maiores produtores de prejuízo, isso, sim [risos]. A fazenda tem outro sentido: a tentativa de não enlouquecer com isso aqui [facidez]. O habitat natural do homem é a floresta.

Não tem medo do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra]? O MST inicialmente era o movimento da reforma agrária. Agora não sei. É uma espécie de guerrilha, uma espécie de Farc. Tem ações agressivas, invade prédio público...

O que faria se eles invadissem sua fazenda? O que eu vou fazer!? Não poderia fazer absolutamente nada. É uma operação de guerra e eu não tenho armas. Não vou entrar em luta corporal nem barricar meus empregados. Tentaria explicar que não existe um objeto na minha fazenda que não tenha sido comprado com o suor do meu rosto.

Você voltaria a morar numa cidade? Não. Não me acostumei ainda [risos].

E na fazenda, você prefere tomar pinga de alambique ou Romanée-Conti? Pinga de alambique, pois nunca tomei Romanée-Conti e não sei que gosto tem. Mas, se você colocar uma pinga chamada Mineirinha e um Brunello di Montalcino, vou preferir a Mineirinha. Agora, isso para comer lingüicinha frita e lambari. Para uma macarronada, prefiro o vinho. Do Romanée-Conti, quem gosta é o Lula! Você tem de fazer essa pergunta pra ele. “Pinga em São Bernardo ou Romanée-Conti?” Com certeza, ele vai responder Romanée-Conti. Parece que ele é aficionado... ♫

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– Eu cumprimento o nobre Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB no Senado Federal, pela manifestação que acaba de produzir. Por oportuno, comunico a S. Ex^a que os requerimentos que solicitou fossem apensados ao seu discurso serão devidamente publicados, de acordo com o Regimento Interno.

Fique certo V. Ex^a do atendimento integral da sua solicitação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior, representante do Estado do Acre no Senado Federal.

V. Ex^a disporá, de acordo com o Regimento Interno, do tempo necessário à sua manifestação.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

A exemplo do que fez o Senador Arthur Virgílio, logo no início da sua fala, também quero registrar que, vendo V. Ex^a sentado à cadeira da Presidência do Senado Federal, a impressão que temos é a de que essa cadeira foi realmente talhada para V. Ex^a. Se os fatos ocorrerem no sentido de confluírem para uma solução como essa, creio, como já disse ao Senador Mão Santa, em aparte que proferi, que todos nós sairemos vitoriosos dessa empreitada.

Senador Marco Maciel, Senador Mão Santa, Senador Arthur, hoje me abstengo de temas regionais, locais do meu Estado, para abordar um tema, Senador Mão Santa, de cunho nacional.

Como sabe V. Ex^a, amanhã, 15 de novembro de 2008, comemoraremos 119 anos de vigência da República, proclamada em 15 de novembro de 1889. Além de comemorarmos a data, creio que o mais importante é registrarmos os fatos ocorridos de lá para cá, na busca de lições e inspirações que nos orientem nos caminhos futuros.

Em apertada síntese, são os seguintes os fatos que considero oportuno registrar nesta manhã, como homenagem aos que contribuíram com a evolução do País, Senador Mão Santa, e como compromisso pessoal da minha modesta participação nos fatos presentes e futuros.

Começo lembrando, Senador Marco Maciel, que tão bem domina a história deste País, que o Centenário da Independência, comemorado no Governo de Epitácio Pessoa, foi um momento extraordinário de reflexão sobre as origens, o desenvolvimento e os destinos do País. Entre tantas outras iniciativas, o Ministério das Relações Exteriores deu início, naquela oportunidade, Senador Mão Santa, à publicação do denominado Acervo Diplomático da Independência.

Por outro lado, montou-se, no Rio de Janeiro, a Exposição do Centenário, de que são reminiscências o prédio que abrigou a sede do Ministério da Agricultura e o pavilhão francês que, finda a exposição, foi doado pelo governo daquele país e passou a ocupar a sede da Academia Brasileira de Letras.

Como coroamento das celebrações, realizou-se, em São Paulo, a Semana de Arte Moderna, incontestável marco de nossa evolução cultural. Um episódio que Gilberto Amado classificou como “o renascer do Brasil dentro de nós”.

A Câmara publicou seu *Livro do Centenário* e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro editou o *Dicionário Histórico e Geográfico Brasileiro*. A Nação estava interessada não só em discutir o nosso passado, mas também em perquirir sobre o nosso futuro.

A despeito dos atos que ocuparam a atenção dos brasileiros naquele ano, é preciso não esquecer que essas comemorações ocorreram sob estado de sítio, um trágico e significativo indicador daquela fase perturbada da República Velha. O estado de sítio turbou as comemorações da Independência, mas despertou, também, a consciência do País para um período de sucessivas insurreições militares.

Iniciada com o levante dos 18 do Forte em 1922, essa fase teve continuidade com a Revolução de São Paulo, de 1924, liderada por Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa, e prosseguiu, em 1926, com a Coluna Prestes, na longa marcha de cerca de 20.000km, que percorreu o Centro-Oeste e o Nordeste do País, até se internar, dois anos depois, na Bolívia. O ciclo do Tenentismo, iniciado em 1922, não se extinguiu com a Revolução de 1930. Mobilizados com o objetivo de manter sua influência política, os revoltosos fundaram o Clube 3 de outubro, que só teve fim com sua dissolução em 1935, por suspeita de ligação de alguns de seus membros com a intentona desse mesmo ano, sob a liderança de Luís Carlos Prestes.

As consequências desses fatos repercutiram durante todo o quatriênio de Arthur Bernardes, eleito em 1922 e obrigado a governar durante todo o seu mandato sob estado de sítio. Era de se supor que a eleição de Washington Luís, seu sucessor, pusesse fim a essa fase de inquietação. Não foi o que ocorreu, porém. O último Presidente da República Velha terminou deposto antes do fim de seu período de governo. O regime, inaugurado em 1889 com um pronunciamento militar, terminou com a deposição do governo. Seu fim não foi diferente: também teve início com um golpe e terminou com a deposição do Presidente.

Os tenentes, que se levantaram em 1922, 1924, 1926 e 1930, foram os coronéis e generais que, em

1965, lograram, com um golpe, o que não conseguiram com sua participação nessa sucessão de quarteladas da década de 1920.

O centenário da República deveria ter sido celebrado em 15 de novembro de 1989. Naquela data, porém, ocorreu o primeiro turno das eleições presidenciais diretas, depois de 29 anos. Não se pode dizer que a restauração do pleito direto para a Presidência da República depois de quase três décadas não tenha sido uma comemoração mais do que esperada pelo povo brasileiro. Mas perdemos a oportunidade de repensar o regime que a Constituinte de 1986/1988 redesenhou, com as dificuldades, as pressões, os desafios e os conflitos que todos conhecemos.

Nas pífias comemorações dos 20 anos de vigência da Constituição em vigor, já se disse ser o mais longo período democrático vivido pelo País. Senador Mão Santa, parece-me, além de um exagero, uma contrafação histórica, comum, aliás, entre os que vêem a história política de olhos postos no próprio umbigo. Afinal, desde a eleição direta de Prudente de Moraes, em 15 de novembro de 1894, até a deposição de Washington Luís, em 1930, foram 35 anos de eleições diretas e governos legítimos.

Quando a República completou dez anos, os homens públicos do Império, decaídos em 1889 e duramente atacados pelo novo regime, reuniram-se e publicaram, em dois volumes, uma série de artigos a que deram o título de *Década Republicana*, reeditados em 1986 pela Universidade de Brasília. Divididos em 11 partes, responderam com argumentos, dados e estatísticas, que constituem a mais completa avaliação crítica da primeira década do novo regime, os pródromos da República. Trataram sucessivamente das finanças, da riqueza pública, da educação, da liberdade de imprensa e dos atentados contra ela, do Parlamento do Império e do Congresso Republicano, do Direito Privado, da Justiça, das Eleições, do Exército, da Saúde Pública e da municipalidade da capital do País. Trata-se, a meu ver, do mais valioso documento do primeiro período republicano, composto não só de uma visão comparativa, mas, em muitos casos, de uma visão prospectiva que nunca mais se fez coletivamente entre nós.

O transcurso do 20º aniversário da 6ª Constituição republicana transformou-se numa celebração que, dentro de alguns dias, Senador Mão Santa, será mera página virada em meio às centenas que, a qualquer título de menor importância, aqui realizamos. Já que essa segunda década de mais um período republicano nada significou, está na hora de convocarmos os estadistas que ainda restam no nosso País, entre eles o Senador Marco Maciel, para uma reflexão que

ao menos nos indique como, quando, em que condições e com que medidas haveremos de sobreviver à crise que, em suas primeiras manifestações, o atual Presidente da República afirmou que seria imperceptível no Brasil e que hoje parece ensombrecer o País, Senador Marco Maciel.

Com esse modesto pronunciamento, presto aqui, como disse, as minhas homenagens àqueles que, desde a República, vêm-se esforçando em construir este País, em dar-lhe uma configuração democrática justa. E, mais do que uma comemoração, aqui se faz meramente um registro desses fatos históricos que de lá para cá ocorreram em nosso País.

Aqui fica, mais uma vez, o compromisso deste modesto Senador com a necessidade de empreendermos esforços e muito trabalho na complementação disso que é uma obra histórica, a construção do nosso País, para que ele seja cada vez mais justo, democrático e para que os brasileiros se orgulhem cada vez mais de ser brasileiros.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – A Mesa se congratula com o Senador Geraldo Mesquita Júnior pelo pronunciamento que acaba de fazer, alusivo à Proclamação da República, no momento em que nos preparamos para, amanhã, celebrarmos a passagem de mais um aniversário de tão magna comemoração, e agradece também às referências generosas que fez à minha pessoa.

Estou certo de que devemos continuar a buscar aprimorar cada vez mais as instituições políticas brasileiras, fortalecendo a República e as instituições que lhe são coetâneas: a Federação, o sistema bicameral, a tripartição dos Poderes e os direitos da cidadania.

Portanto, quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento feito e dizer que, certamente, ele terá significativa repercussão, não somente aqui, no Congresso Nacional, mas em todo o País, posto que o Brasil tem, desde priscas eras, vocação republicana, mesmo antes do evento histórico de 1889.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – Nobre Senador Mão Santa, antes de conceder a palavra a V. Ex^a, eu gostaria de ler o seguinte Expediente, que a Mesa acaba de receber.

Sobre a mesa, aviso do Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 1.197-GP/TCU

Brasília, 14 de novembro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que o **Diário Oficial da União** de 14-11-2008, Seção 2, página 1, publicou Decreto, de 13 de novembro de 2008, do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, por meio do qual é concedida aposentadoria ao Ministro Guilherme Gracindo Soares Palmeira.

Esclareço, por oportuno, que o Ministro Guilherme Gracindo Soares Palmeira havia sido nomeado para o Tribunal de Contas da União por escolha do Congresso Nacional em vaga destinada ao Senado Federal.

Respeitosamente, – **Augusto Nardes**, na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Concedo, agora, a palavra ao nobre Senador Mão Santa para a manifestação que deseja fazer.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Primeiro, sei que se manifesta muito louvor ao sol que nasce. O Guilherme Palmeira está saindo do Tribunal de Contas da União, mas é uma figura política, ex-Senador, que todos nós, do Nordeste, orgulhamo-nos, principalmente pela maneira equilibrada e competente com que pertenceu ao Tribunal de Contas da União. Saiu do Senado e foi para essa instituição tão necessária e que foi fruto da inspiração do Senador Rui Barbosa, nosso Patrono.

Mas pedi para falar pela ordem.

Aprendi, no Piauí, que é mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade. Isso faz parte da nossa cultura.

Senador Geraldo Mesquita, o fato é que a situação econômica é grave, e o monstro da inflação, que foi domado e combatido pelos Governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso – e eu e todo o povo brasileiro queríamos saber qual o DNA dos dois, do Ricupero etc. –, está voltando.

Tenho, aqui, o **Diário do Povo**, um dos poucos jornais livres, de empresário livre, que traz: “Cesta básica compromete [em Teresina] 41% dos salários”. Em Teresina. Ele fez uma reportagem sobre o assunto, mas serei sintético: os alimentos são os vilões da

inflação; o tomate e as carnes são os grandes vilões. Quer dizer, de 41% é o aumento da cesta básica. Então, a família que ganha salário mínimo, que vai ter que pagar luz, água, educação, saúde, vestimenta, verá que a situação está difícil para quem trabalha neste Brasil.

E eu diria ainda mais: e o funcionário público, que não tem aumento? E o aposentado? Porque roubamos seu salário prometido; nós, todos nós – o Luiz Inácio, eu, o Senado, o Judiciário, todos. Aquilo era um contrato, e somos o Governo, somos a República que comemoramos. Então, estamos tirando o dinheiro deles, de acordo com o contrato que fizeram os aposentados e em razão do qual trabalharam tanto.

Essa notícia é do **Diário do Povo**, órgão livre do Brasil, de um empresário livre, porque, hoje, quase toda a imprensa é manipulada pelo Governo; e esse jornal é de um empresário, o Damásio, que é livre: “Cesta básica compromete 41% dos salários”. Na análise, “as maiores taxas de variação foram medidas na Alimentação. O grupo foi guindado pelo tomate”, que subiu 38,72%. E o tomate é fundamental na nossa dieta. É um dos alimentos que, hoje, os urologistas dizem que evita o câncer de próstata. Vejam o malefício que está sofrendo o povo brasileiro! O tomate aumentou 38,72%. O povo vai passar a comer menos tomate e a ter mais câncer de próstata, não é Dr. Luiz Roberto?

Carne caprina, 11,81% este mês; a carne bovina aumentou 8,53%; carne suína, 7,38%; feijão, 5,44%; farinha láctea e açúcar cristal com taxas positivas de 4,21% e 3,62%.

Estamos aqui é para ensinar, para facilitar a vida do Luiz Inácio. O preço do barril de petróleo diminuiu 50%, ele esteve quase a US\$140.00 e está a US\$57.00. Quer dizer, então, que é hora de o Governo brasileiro, de o Presidente Luiz Inácio chamar os aloprados da Petrobras, que gastam o dinheiro em propaganda, em demagogia, em time de futebol, em escola de samba, em contrato de cabo eleitoral, e baixar o preço. Quando sobe o barril de petróleo, não sobe a gasolina? Não sobe o gás de cozinha? Então, é hora de Luiz Inácio aprender com Chávez.

Senador Marco Maciel, admiro muito Simón Bolívar, **El Libertador**; mas ele admira o Chávez e é um direito que dou ao Luiz Inácio. Franklin Delano Roosevelt disse: “Toda pessoa que vejo é superior a mim em algum aspecto”. Então, o Chávez é superior ao Luiz Inácio, porque o combustível é bem barato lá.

Com R\$5,00, enche-se o tanque de gasolina – estive lá, em Isla Margarita. O gás de cozinha, no meu Piauí, está custando R\$40,00. Quem não pode está comendo frio ou estão indo contra a natureza, buscando lenha e carvão.

Que V. Ex^a, Luiz Inácio, nosso Presidente, homem de sensibilidade e caridoso, chame os aloprados da Petrobras, porque, a esta altura dos acontecimentos, Monteiro Lobato, um idealista, que foi o primeiro a dizer que o petróleo era nosso, e Getúlio Vargas, o estadista que criou a Petrobras, estão pulando na sepultura, porque o petróleo não é nosso, não. Pagamos a gasolina mais cara do mundo; pagamos o gás de cozinha mais caro do mundo, bem assim o querosene.

E, agora, é como dizia Shakespeare: não tem bem nem mal; tudo é interpretação. Nesse rolo aí da dinâmica da economia globalizada, que está problemática, tem um lado bom, caiu o petróleo, porque não há comprador, caiu em 50%.

Vejam a beleza dessas encantadoras mulheres que estão visitando o Senado, Marco Maciel! Diante dessa desgraceira da economia brasileira, com a inflação voltando a grassar na capital do Piauí, é bom ver a beleza da mulher brasileira, que está ali na tribuna de honra...

Então, Marco Maciel, essa é a minha contribuição: que o Luiz Inácio chame os aloprados da camada pré-sal e mande reduzir, já que o preço do barril de petróleo caiu pela metade. Quando sobe, sobe; quando desce, por que não desce?

Essas são as nossas palavras e os nossos cumprimentos.

Quero fazer minhas as palavras de Geraldo Mesquita, que disse que V. Ex^a fica muito bem aí na Presidência do Senado. Então, esse é um apelo, esse é um quadro que engrandece a política brasileira. Acho até que, se o Presidente Sarney e a sua bancada não estão mostrando apetite, porque já foram, V. Ex^a é a segunda bancada. Essa seria uma solução de grandeza para a República do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – Nobre Senador Mão Santa, agradeço as referências feitas por V. Ex^a a respeito da minha atuação parlamentar.

Gostaria de, antes de encerrar a presente sessão, convocar sessão não deliberativa para a próxima segunda-feira, 17 de novembro, à hora regimental.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – Os Srs. Senadores Mário Couto, Papaléo Paes, Fle-

xa Ribeiro, Cícero Lucena e Gerson Camata enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Para PF, Abin teve mais que 56 agentes na Satiagraha”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 02 de outubro de 2008.

A matéria destaca que o inquérito da Polícia Federal que investiga o grampo ilegal de conversa entre o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, e o Senador Demóstenes Torres (DEM – GO) constatou que um número superior ao de 56 agentes, divulgado pela ABIN (Agência Brasileira de Inteligência), trabalhou na Operação Satiagraha. Sem fechar com precisão o total de servidores, os Delegados Wiliam Morad e Rômulo Berredo, responsáveis pelo inquérito, concluíram também que, além de monitorar os investigados com fotos, os agentes acessaram e manusearam transcrições de gramos.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, diz respeito à matéria intitulada “Lula afasta cúpula da Abin por causa de escuta ilegal no Supremo”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 02 de setembro de 2008.

A matéria destaca que mesmo sem culpar o Diretor-Geral da Abin, Paulo Lacerda, pela espionagem nos telefones do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, o Presidente Lula determina o afastamento temporário de toda a diretoria da agência.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada também seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Para PF, Abin teve mais que 56 agentes na Satiagraha

Inquérito sobre grampo ilegal conclui ainda que integrantes da agência também acessaram transcrições de grampos telefônicos

FELIPE SELIGMAN

LUCAS FERRAZ

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O inquérito da Polícia Federal que investiga o grampo ilegal de conversa entre o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Gilmar Mendes, e o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) constatou que um número superior ao de 56 agentes, divulgado pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência), trabalhou na Operação Satiagraha.

Sem fechar com precisão o total de servidores, os delegados Wiliam Morad e Rómulo Berredo, responsáveis pelo inquérito, concluíram também que, além de monitorar os investigados com fotos, os agentes acessaram e manusearam transcrições de grampos. As imagens estão com os delegados, segundo a Folha apurou.

Ontem, data em que o inquérito deveria ser concluído, o diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa, se reuniu com Mendes no STF. Ambos não falaram sobre o teor do encontro.

Morad e Berredo encami-

nham o inquérito à Justiça Federal e solicitaram a prorrogação do prazo, já que os primeiros 30 dias foram insuficientes para se confirmar se de fato o grampo existiu e o suposto autor. O Ministério Pùblico também deve se manifestar.

Deflagrada em julho, a Satiagraha prendeu o banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity, executivos do banco, além do investidor Naji Nahas e do ex-prefeito Celso Pitta.

A Abin afirmou que não irá se manifestar até a conclusão do inquérito. O delegado que chefiou a Satiagraha, Protógenes Queiroz, não foi achado.

Os assessores da presidência do STF enviaram ontem à Procuradoria Geral da República requerimento pedindo "amplas investigações" sobre quem seria o autor da divulgação de um suposto jantar ocorrido em Brasília entre eles e representantes de Daniel Dantas, antes mesmo de sua prisão.

Podemos suspeitar que a PF tenha sido usada com objetivo político pelo governo

Lula afasta cúpula da Abin por causa de escuta ilegal no Supremo

Mesmo sem culpar Lacerda pela espionagem, presidente determina afastamento em caráter temporário

Vera Rosa
Tânia Monteiro
Eugênia Lopes
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afastou ontem a cúpula da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), incluindo o diretor-geral, Paulo Lacerda, por causa da escuta ilegal nos telefones do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes. Na tentativa de contornar o problema, o governo divulgou que o afastamento será temporário, até o fim das investigações, mas o comentarista nos bastidores é de que dificilmente o atual comando da Abin – em guerra com a Polícia Federal – retornará às funções.

O desfecho da crise ocorreu à noite, depois de um dia tenso, marcado por várias reuniões no Palácio do Planalto. Mendes cancelou viagem que faria à Coreia do Sul e, logo pela manhã, disse a Lula que as providências não poderiam se resumir à abertura de um inquérito por parte da Polícia Federal. Estava nervoso e exigiu punição.

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, ficou ao lado de Mendes e discutiu com o general Jorge Felix, chefe do Gabinete Institucional da Presidência, que defendeu a Abin. Horas depois, na reunião de coordenação política, Felix chegou a pedir demissão, mas Lula não aceitou.

Mesmo sem culpar Lacerda pela espionagem, o presidente admitiu que a situação da cúpula da Abin era insustentável pela gravidade da crise institucional. Além de Lacerda, Lula afastou José Milton Campana, diretor-adjunto da Abin. Sob pressão, o presidente acabou convencido de que só uma solução desse tipo, como antecipou Estado, acalmaria o Judiciário e a oposição.

A Abin gravou pelo menos uma conversa telefônica entre Mendes e o senador Demóstenes Torres (DEM-GO), segundo a revista Veja, além de espionar vários parlamentares, o chefe do gabinete da Presiden-

cia, Gilberto Carvalho, e os ministros Dilma Rousseff (Casa Civil) e José Múcio Monteiro (Relações Institucionais).

Em nota divulgada à noite (*leia íntegra ao lado*), a Secretaria de Imprensa da Presidência afirma que o afastamento temporário da direção da Abin tem o objetivo de “assegurar a transparência do inquérito” da Polícia Federal. De acordo com o texto, Lula espera que o Congresso aprove “o mais rápido possível” o projeto que impõe maior controle às escutas telefônicas. Mais: determinou ao Ministério da Justiça que prepare, com o Supremo, projeto para aumentar a “responsabilidade administrativa e penal” de agentes públicos envolvidos com grampo.

Durante todo o dia, Lula tentou evitar o afastamento de Lacerda – homem da confiança do ex-ministro da Justiça Mário Thomaz Bastos –, mas acabou cedendo, diante da gravidade do quadro, considerado “extremamente grave”. Em três reuniões, o presidente reiterou a confiança no diretor-geral da Abin e destacou não acreditar que ela tenha mandado grampar Mendes. Alegou que ele era “um homem de bem”. De qualquer forma, para evitar o agravamento da crise entre os Poderes, determinou o afastamento.

Para Lula, o mais provável é que tenha havido disputa de poder entre a Abin e a PF – hipótese levantada em conversas reservadas no Planalto desde a deflagração da Operação Satélite, que resultou na prisão do banqueiro Daniel Dantas.

HIPÓTESES
Em conversa com Demóstenes, o general Felix disse que o governista trabalha com várias hipóteses para as escutas. Uma delas seria a “degeneração” de al-

O presidente da República, após ouvir a coordenação do governo sobre a denúncia de interceptação ilegal de telefonema do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, decidiu:

1. Referendar o pedido do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Felix, ao ministro da Justiça, Tarso Genro, de abertura de inquérito policial pela Polícia Federal para investigar os fatos;

2. Para garantir a transparência do inquérito, afastar temporariamente a direção da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) até o final das investigações;

3. Manifestar a expectativa de que o Congresso Nacional aprobe o mais rápido possível o PL 3272/08, de iniciativa do Poder Executivo, que regula e limita as escutas telefônicas para fim de investigação policial;

4. Determinar ao Ministério da Justiça a elaboração, em conversações com o Supremo Tribunal Federal, de projeto de lei que agrave a responsabilidade administrativa e penal dos agentes públicos que cometem ilegalidades no tocante a interceptações telefônicas e de qualquer pessoa que viola por meio de interceptação o direito de todo cidadão à privacidade e à intimidade.

Brasília, 1º de setembro de 2008
Secretaria de Imprensa da Presidência da República

gum setor da Abin, que teria agido sem o conhecimento de Lacerda. Também levantou a possibilidade de haver um grampo no Senado e, ainda, de o episódio ter sido planejado pelo próprio Dantas para desviar o foco das investigações. “Vocês repararam como Daniel Dantas saiu do noticiário?”, ressaltou o ministro Jorge Felix.

• Mais informações nas Páginas A5, A6 e A7

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “FARC e os e-mails que comprometem”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 06 de agosto do corrente.

A matéria destaca que arquivos apreendidos com a guerrilha mostram que a relação do PT com as Farc é maior do que se sabia e pode ter chegado ao Governo.

F@RC OS E-MAILS QUE COMPROMETEM

Arquivos
apreendidos
com a guerrilha
mostram que a
relação do PT
com as Farc é
maior do que se
sabia — e pode ter
chegado ao governo

DESCONTRAÇÃO SÓ APARENTE

Lula cumpriu visita à Colômbia, há duas semanas, e a capa da **VEJA** que revelou os tentáculos das Farc no Brasil há três anos: a ligação da guerrilha com o PT e o governo pode ser mais ampla do que se sabia

Álvaro Uribe na visita que Lula fez à Colômbia, há duas semanas. Embora nenhuma das mensagens divulgadas até agora tenha como interlocutor alguém do PT ou do governo, existem diversas referências a membros do partido e do governo brasileiro. A correspondência sugere vínculos das Farc com parlamentares, dirigentes petistas, cinco ministros e ex-ministros e três assessores pessoais do presidente Lula. As referências, em sua ampla maioria, revelam apenas tentativas de aproximação com o governo por meio de dirigentes e parlamentares petistas. Não haveria, portanto, nada que pudesse levar à conclusão de que há ou havia entre eles uma relação mais estreita. O problema é que, ao se verificarem alguns dos assuntos tratados, percebe-se que as ações de interesse dos narcoguerrilheiros foram bem-sucedidas — parte delas com apoio, segundo os relatos, de pessoas influentes do governo.

Um dos casos mais interessantes relatados nas correspondências apreendidas envolve o ex-ministro José Dirceu. Em junho de 2005, quando ele ainda era o todo-poderoso chefe da Casa Civil do governo, houve um misterioso encontro em Cuba entre um representante das Farc e o jornalista brasileiro Breno Altman. Em uma mensagem arquivada no dia 4 daquele mês, um guerrilheiro, chamado José Luis, faz um relato ao comandante Reyes: “Um jovem que se apresentou como Breno Altman me disse que vinha de parte do ministro José Dirceu e que, por motivos de segurança, eles tinham concordado que as relações não deviam passar pela Secretaria de Relações Internacionais, mas, sim, pelo ministro, com a representação de Breno”. Não se sabe que tipo de relações o guerrilheiro descreve, mas fica evidente que se trata de alguma coisa clandestina. O jornalista Breno Altman é um dos fundadores do PT e amigo do ex-ministro José Dirceu. Ele confirmou que esteve com o guerrilheiro em Havana, mas garante que não se apresentou em nome do ex-ministro. Dias depois do encontro, porém, Reyes relata o resultado da reunião com “o enviado de Dirceu”, afirmando que o governo Lula “aceita a presença discreta de Olivério no país”. Olivério é o padre Olivério Medina, guerrilheiro condenado na Colômbia por vários crimes e escondido no Brasil desde 1997. O padre é o personagem principal das conexões das Farc com o governo brasileiro.

Em março de 2005, três meses antes do encontro de Havana, **VEJA** publicou

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O ELO COM O GOVERNO

O ex-ministro José Dirceu é apontado como elo com o governo. Em e-mail enviado em junho de 2005, um dirigente das Farc, identificado como José Luis, conta ter se encontrado com um emissário de Dirceu, o jornalista Breno Altman, em Cuba. A partir daí, segundo a mensagem, os contatos passaram a ser feitos por intermédio de Dirceu

AJUDA NO PLANALTO
O chefe-de-gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, foi citado em um e-mail de Olivério Medina a Raúl Reyes, em fevereiro de 2007. Ele é retratado como um simpatizante que teria ajudado as Farc no governo. Nas mensagens divulgadas até agora, porém, não há nenhuma evidência de que Carvalho tenha ajudado a guerrilha. Ele nega qualquer relação com as Farc

REFÚGIO GARANTIDO

Em um e-mail recebido por Reyes em setembro de 2006, Olivério Medina faz menção a um telefonema que o secretário de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, teria dado para cumprimentar seu advogado pela obtenção do refúgio no Brasil. Graças a decisão do governo, Medina teve seu pedido de extradição para a Colômbia negado pelo STF

CONTRA OU A FAVOR?

As Farc tentaram usar o assessor internacional de Lula, Marco Aurélio Garcia, para se aproximar do governo petista. A tentativa de aproximação foi revelada por Medina: “Estive falando com a deputada federal Maria José Maninha. Combinamos que [ela] vai me abrir caminho rumo ao presidente via Marco Aurélio Garcia”. Ele diz ter trabalhado contra a guerrilha

uma reportagem revelando que agentes da Abin monitoraram uma reunião política comandada por Olivério Medina em uma chácara nos arredores de Brasília. Segundo o relato dos espionas do governo, que se infiltraram no encontro, além do padre, compareceram cerca de trinta pessoas, entre militantes petistas de Brasília e representantes de uma tal corrente Luís Carlos Prestes. Era 13 de abril de 2002. Em frente a uma bandeira das Farc, os convidados cantaram o hino da guerrilha, gritaram algumas palavras de ordem e, depois, sentaram-se e passaram a discutir as eleições presidenciais. Medina revelou que os guerrilheiros doariam 5 milhões de dólares à campanha de Lula. Os detalhes da reunião, incluindo a promessa da doação milionária, foram registrados em um documento da agência, classificado como secreto. A Abin não conseguiu descobrir se a promessa foi cumprida. Na época, Medina circulava tranquilamente por Brasília, participava de reuniões políticas e arregimentava simpatizantes para a organização. Era conhecido como o embaixador das Farc no Brasil.

O baú digital das Farc revela uma incrível coincidência entre a reunião testemunhada pelo espião oficial e os vestígios de ligações da guerrilha com o PT. Em julho de 2005, Olivério Medina, figura central nos

dois episódios, despachou uma mensagem para Raúl Reyes, listando apoios financeiros que as Farc vinham recebendo no Brasil. As cifras são irrelevantes, mas a lista apresenta pontos de contato com a reunião secreta flagrada pela Abin. Citada por Medina, a tal Corrente Comunista Luis Carlos Prestes teria doado 766,66 dólares. Um dos militantes da entidade era também proprietário da chácara onde Medina anunciou a doação milionária ao PT. É um paradoxo que o terrorista Medina faça questão de anotar apoios financeiros irrisórios ao mesmo tempo em que se vangloria de conseguir milhões de dólares para a campanha petista. Não é nem de longe, porém, tática estranha aos movimentos revolucionários. É célebre a proposta feita pelo cubano Fidel Castro ao escritor peruano Mario Vargas Llosa quando este, ainda militante de esquerda, ganhou um prêmio em dinheiro do Pen Club International, entidade sem filiação partidária de apoio a intelectuais. Llosa recebeu 9000 dólares. Fidel propôs a ele que doasse publicamente os 9000 dólares à Revolução Cubana com a promessa de que lhe daria 18 000 dólares, o dobro, por debaixo do pano. Vargas Llosa denunciou a manobra e desiludiu-se de Fidel e seus barbudos.

Apesar de o governo ter supostamente garantido a "presença discreta" de Medina no país — muito provavelmente devido à repercussão do caso da doação milionária —, em agosto de 2005 o padre foi preso pela Policia Federal, a pedido da Justiça colombiana, sob acusações de terrorismo, assassinato, seqüestro e extorsão. Dois anos depois, contudo, o Supremo Tribunal Federal (STF) negou seu pedido de extradição graças a uma decisão do governo que, um ano antes, concedeu a Medina a condição de refugiado político. Outra vez as mensagens apreendidas indicam que o governo e o PT estavam mesmo empenhados em proteger o terrorista. Em janeiro de 2007, o próprio Medina informa a Raúl Reyes que conseguiu um emprego no governo para a mulher,

Angela Slongo. "Para evitar que a direita em algum momento a importune, deixaram-na na Secretaria de Pesca, trabalhando no que chamam um cargo de confiança ligado à Presidência da República."

O correio eletrônico do ex-número 2 das Farc ainda revela contatos da organização com o chefe-de-gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho, e com o ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores. Em nota, o ministro da Comunicação Social, Franklin Martins, negou qualquer relação entre o governo brasileiro e os narcoterroristas.

"Não há interferência em assuntos internos da Colômbia nem qualquer tipo de apoio às Farc", afirmou. Informalmente, porém, assessores de Lula con-

O BUFÃO E O REI Chávez, ao lado do rei Juan Carlos, e a chácara em Brasília onde as Farc se reuniram com petistas: dólares da guerrilha

tam que a divulgação das mensagens que citam membros do governo brasileiro foi motivada por vingança do ministro da Defesa da Colômbia, Juan Manuel Santos, cuja família controla o grupo de comunicação que publicou a reportagem naquele país. O governo colombiano, segundo a teoria oficial, seria contrário à adesão do país ao Conselho de Defesa Sul-Americano. Na visita de Lula à Colômbia, há duas semanas, Uribe teria mudado de idéia após ouvir os argumentos do presidente brasileiro. Em retaliação, os militares colombianos teriam divulgado apenas as mensagens supostamente comprometedoras, deixando de lado outras que provariam exatamente o contrário — o distanciamento dos petistas em relação à guerrilha. Se isso for verdade, bastará ao governo divulgar a íntegra do material, que foi recebido há três meses e guardado a sete chaves.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) — Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "A candidata que não sabia", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 16 de outubro de 2008.

A matéria destaca que apanhada no contrapé pela condenação praticamente unânime ao golpe baixo desferido contra o oponente Gilberto Kassab, na propaganda levada ao ar no domingo que pergunta retoricamente ao eleitor se sabe se ele é casado e tem filhos, a candidata petista à Prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, recuou da sua posição inicial de justificar

a propaganda como importante e agora alega que não sabia do fato. A matéria ironiza: "Será que os líderes do PT nunca sabem o que os seus liderados fazem?"

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A candidata que ‘não sabia’

Apanhada no contrapé pela condenação praticamente unânime ao golpe baixo desferido contra o oponente Gilberto Kassab, na propaganda levada ao ar no domingo que pergunta retoricamente ao eleitor se sabe se ele é casado e tem filhos –, a candidata petista à Prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, recuou da sua posição inicial de justificar a enormidade em nome de um suposto direito das pessoas de conhecer tudo de quem lhes pede o voto. Em evento de sua campanha, no Centro Pastoral São José, na zona leste da cidade, na terça-feira, a ex-prefeita ouviu de um padre que, tendo sido ela “vítima de muitos preconceitos” ao longo da vida, “não poderia concordar com a veiculação de um comercial altamente preconceituoso contra o seu adversário”. Ao responder, Marta manteve a versão de que não conhecia a inserção – criticada inequivocamente no próprio PT, entre outros, pelo ex-marido da candidata, senador Eduardo Suplicy. E completou: “Se tivesse conhecido antes, não teria autorizado.”

A reiterada invocação da própria ignorância é uma desesperada tentativa da candidata de mitigar os prejuízos que o ultraje infligiu à sua campanha – e que continuará a causar se, como parece, o assunto permanecer à tona até a reta final da disputa. Além do seu impacto em setores do eleitorado de classe média que ela corteja – até aqui em vão, segundo as pesquisas –, aos quais a apelação repugna até por ter partido de quem partiu, a peça publicitária já foi qualificada de

“injúria indireta” pelo juiz eleitoral Marco Antonio Martin Vargas, da 1ª Zona Eleitoral, que deu a Kassab direito de resposta no horário gratuito. As “indagações dúbihas”, como as definiu o juiz, “de modo subliminar induzem o eleitor à conclusão de que o candidato ofendido possa ter algo de grave na sua vida pessoal”. A inocência proclamada por Marta, de todo modo, ficou ainda menos crível agora que um dos seus principais interlocutores neste segundo turno – esquecido, quem sabe, de combinar primeiro com ela – veio a público para justificar a ignomínia.

Será que os líderes do PT nunca sabem o que os seus liderados fazem?

Numa entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, o chefe de gabinete (licenciado) do presidente Lula, Gilberto Carvalho, que despacha no comitê da companheira, disse que “vamos, sim, continuar na campanha convidando a população a conhecer melhor os dois candidatos, em todas as suas dimensões, pessoais e políticas”. Para ele, que acha “muito difícil” separar o particular e o público quando se entra na vida pública, as perguntas não só não configuram nenhum deslize, por serem “naturais”, como também foram superdimensionadas na imprensa. Isso ainda não é tudo, porém, para reduzir a zero a credibilidade do “eu não sabia” de Marta – porque não se trata de um caso único de alegado alheamento do que se passa no cerne de

sua campanha. Um panfleto distribuído pela equipe martista acusa Kassab de querer “derrubar o presidente da República”. (O panfleto também sugere sibilinamente que o prefeito tem preconceitos raciais, pois “reduziu o pré-natal da gestante negra, em 22 das 31 subprefeituras”.)

Confrontada com a delirante acusação a Kassab de conspirar contra Lula, a candidata se fez de espantada. “Deus me livre. Eu não sabia disso, não”, garantiu. E se defendeu: “Como você pode acompanhar milhares de panfletos feitos pela campanha?” Talvez não possa (embora não sejam milhares). Mas o fato é que, em apenas 48 horas, duas vezes Marta disse desconhecer iniciativas de seus colaboradores que não deixam dúvidas sobre o vale-tudo em que mergulhou a sua candidatura depois que o eleitorado a surpreendeu, dando a Kassab a vitória no primeiro turno. A anatômia dos resultados, mostrando o confinamento do voto martista, e as sondagens de intenção de voto que se seguiram só fizeram aumentar o desespero da ex-prefeita. Mas isso não muda as implicações de suas juras de desinformação. A serem verdadeiras, lançam um ponto de interrogação sobre a capacidade administrativa de uma aspirante ao governo da megalópole que não controla o que se passa no seu quintal.

A serem falsas, Marta estaria apenas reproduzindo a conduta daquele a quem apoiou “desde a primeira hora”, como diz a sua propaganda. Lula, afinal, quis que se acreditasse que, apesar de todos os indícios em contrário, desconhecia por completo o mensalão.

O SR. CÍCERO LUCENA ((PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Para promessa de metrô, Marta precisa de 2 PACs”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 06 de setembro de 2008.

A matéria destaca a candidata do PT à prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, precisaria de quase dois PACs dedicados exclusivamente a ela para poder concretizar promessa de construir 60 quilômetros de metrô na capital até 2014, ano da Copa do Mundo;

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Para promessa de metrô, Marta precisa de 2 PACs

União não usou nem metade dos R\$ 17,9 bi do programa;
só projeto petista custa R\$ 30 bi

Sérgio Gobetti

BRASÍLIA

A ex-ministra e atual candidata do PT à Prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, precisaria de quase dois PACs dedicados exclusivamente a ela para poder concretizar a promessa de construir 60 quilômetros de metrô na capital até 2014, ano da Copa do Mundo. O PAC é a sigla utilizada pelo governo federal para se referir ao Programa de Aceleração do Crescimento, que destina verbas federais para os projetos prioritários do País.

Em 2008, o governo chegou a reservar R\$ 17,9 bilhões de seu

Orçamento para os investimentos do PAC, mas ainda não utilizou nem metade disso.

A construção de 60 quilômetros de metrô pode custar cerca de R\$ 30 bilhões, se considerado o gasto médio na construção do trecho Alto do Ipiranga-Vila Prudente, que está sendo feita pelo governo do Estado.

A construção dos 4,8 quilômetros desse trecho é orçada, segundo números do Banco Nacional de Desenvolvimento Eco-

nômico e Social (BNDES), que financia a obra, em R\$ 2,1 bilhões. Ou seja, são aproximadamente R\$ 489 milhões para cada quilômetro. Do valor total dessa obra, o BNDES deve contribuir com R\$ 1,57 bilhão, mas só foram liberados até agora R\$ 64,1 milhões.

A Companhia Brasileira de Transportes Urbanos (CBTU), estatal dependente da União, também está participando do esforço de construção desse trecho do metrô paulistano.

Neste ano, a empresa já liberou R\$ 229,5 milhões a fundo perdido e deve liberar mais R\$ 40,5 milhões até o final do ano, segundo a diretoria financeira. Ou seja, faltariam R\$ 256 milhões a serem bancados diretamente dos cofres estaduais.

De acordo com a CBTU, esta

é a primeira vez que o metrô de São Paulo recebe recursos do Orçamento da União via estatal. Na verdade, os valores foram previstos em 2007 e só começaram a ser pagos efetivamente neste ano.

No Orçamento de 2008 não há nenhuma previsão de mais dinheiro para o metrô de São Paulo. E o Orçamento de 2009,

embora enviado ao Congresso, ainda não foi dividido entre os vários metrôs.

Atualmente, a CBTU administra os metrôs de Recife (PE), Belo Horizonte (MG), João Pessoa (PB), Natal (RN) e Maceió (AL) e faz investimentos espo-

rídicos nos de Fortaleza (CE), Salvador (BA) e São Paulo.

O BNDES, por sua vez, já aprovou três diferentes financiamentos para o metrô paulistano desde 2002, num total de R\$ 2,1 bilhões, dos quais R\$ 661 milhões libera-dos até agora.

Ou seja, em seis anos, o governo federal – por meio do BNDES ou da CBTU – transferiram menos de R\$ 1 bilhão para as obras de metrô na capital paulista, o que representa 30 vezes menos do que Marta precisa para atingir sua meta até 2014. •

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o preço do petróleo entrou num ciclo de alta irracional, rumo aos US\$150,00 o barril. As cotações das *commodities* agrícolas e não-agrícolas dispararam nos mercados mundiais. O mundo está diante de um cenário em que a inflação aumenta a cada dia. Aqui, andamos perto dos 6% anuais, um índice ainda baixo, se comparado com a média das demais economias em desenvolvimento, que está por volta dos 8%. Mas nem por isso menos preocupante.

Entre os países desenvolvidos, os índices também estão acima do recomendável. Nos Estados Unidos, o índice de preços ao consumidor registrou 4,2% no acumulado dos últimos 12 meses. Na Zona do Euro, a inflação subiu para 3,7% em 12 meses, e a variação no Reino Unido passou para 3,3% no mesmo período.

Para tentar segurar a inflação, México e Uruguai decidiram adotar políticas de congelamento de preços. No México, onde a inflação está em 4,95%, quase dois pontos acima da meta, 150 alimentos ficarão com os preços estáveis até o final do ano. O Uruguai, por sua vez, congelou os preços de três cortes de carne bovina, reduziu os percentuais de aumento dos demais e pretende negociar outras baixas nos preços dos alimentos.

A tentação é grande, e muitos governos sucumbem a ela. O Brasil já assistiu a esse filme em várias ocasiões, e sabe muito bem qual é o enredo e como ele acaba: primeiro os produtos com preços congelados começam a desaparecer das prateleiras dos supermercados. Torna-se cada vez mais difícil encontrá-los. O congelamento persiste, até que se torna insustentável devido à escassez. Aí vem a liberação dos preços, que simplesmente disparam. Os produtos voltam às prateleiras, mas seu custo é tão alto que se tornam inacessíveis à maioria da população.

Felizmente, o pragmatismo tem prevalecido até agora na atuação da equipe econômica, que resiste à adoção de medidas populistas, comprovadamente ineficazes, como tabelamento, congelamento ou fiscalização de preços. A inflação, dizem os economistas, veio para ficar, pelo menos por algum tempo, ancorada na demanda mundial por alimentos, que cresce a cada dia, e no aumento dos preços dos insumos agrícolas, devido à alta do petróleo.

Já convivemos, anos atrás, com uma inflação de mais de 2 mil por cento ao ano. São tempos que não deixaram saudades, e devemos mobilizar todos os nossos esforços para evitar o seu retorno. Não necessitamos de congelamento, e, sim, de estímulos fortes à produção, complementados por uma política de importações que tire proveito do dólar baixo. Como disse o Diretor de Política Monetária do Banco Central, Mário Torós, temos uma balança de pagamentos em bom estado, os fluxos de capital continuam fortes e nosso crescimento deixou de ser volátil.

Mas não estamos imunes à crise mundial, como provam os alarmantes indicadores de preços divulgados nos últimos dias. A inflação é a principal ameaça a ser enfrentada de agora em diante. Sem recorrer, entretanto, a medidas que podem até resultar em ganho de popularidade no curto prazo, mas causam danos de grande porte mais adiante.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos,

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 42 minutos.)

ATA DA 192^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2008

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 166, de 17 de outubro de 2008)

RETIFICAÇÃO

Na página 40003, 1^a coluna, por omissão gráfica no texto da ementa do PARECER Nº 1.062, DE 2008,

Onde se lê

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Substitutivo da Câmara, ao Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1995 (nº 434/95, naquela Casa), que altera dispositivo da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos – para tornar obrigatória a menção da cor no assento de nascimento, e dá outras providências.

Leia-se

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Substitutivo da Câmara, de autoria da Senadora Benedita da Silva, ao Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1995 (nº 434/95, naquela Casa), que altera dispositivo da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos – para tornar obrigatória a menção da cor no assento de nascimento, e dá outras providências.

Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 445**, adotada em 6 de novembro de 2008 e publicada no dia 7 do mesmo mês e ano, que “Dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal”:

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
Deputado Antonio C. Magalhães Neto (DEM)	002, 004, 005
Deputado Antonio C. Mendes Thame (PSDB)	001, 014
Deputado Antonio C. Pannunzio (PSDB)	017, 018
Deputado Arnaldo Jardim (PPS)	012
Deputado Bruno Araújo (PSDB)	003
Deputado Fernando Coruja (PPS)	006
Deputado Gustavo Fruet (PSDB)	007, 013
Deputado Hugo Leal (PSC)	008, 009
Deputado Milton Monti (PR)	016
Deputado Nelson Pellegrino (PT)	011
Senador Romero Jucá (PMDB)	015
Deputado Sandro Mabel (PR)	010

TOTAL DE EMENDAS: 018

MPV - 445
00001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
13/11/2008

proposição
Medida Provisória nº 445, de 06 de Novembro de 2008

Autor
Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME

nº do prontuário
332

1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se ao § 1º, do art. 1º da MP a seguinte redação:

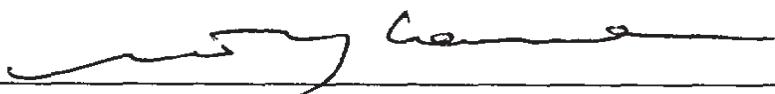
"Art. 1º

§ 1º O montante a ser definido na forma do caput será utilizado para a cobertura de trinta e cinco por cento do risco de crédito de novas operações de empréstimo de capital de giro, destinadas às empresas de construção civil e aos prestadores de serviços turísticos.
....."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda inclui como beneficiário de empréstimo de capital de giro pela CEF os prestadores de serviços turísticos, uma vez que este setor vem demandando um grande número de mão de obra especializada ou não. Assim, neste momento de crise é fundamental incentivar os setores que possam garantir a renda e o emprego para os trabalhadores.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 445
00002DATA
12.11.2008proposição
Medida Provisória nº 445, de 2008autor
Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto-DEM

Nº do prontuário

1 Supressiva 2. substitutiva 3. X modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página Artigo Parágrafo Inciso alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se nova redação ao § 1º e acrescente-se o §2º ao art. 1º da MP 445/08, remunerando-se os demais:

"Art. 1º.....

§1º O montante a ser definido na forma do **caput** será empregado para a constituição de um fundo de aval e será utilizado para a cobertura de trinta e cinco por cento do risco de crédito de novas operações de empréstimo de capital de giro, destinadas às empresas de construção civil.

§2º O fundo de aval, nos termos do § 1º, será remunerado, mensalmente, pela incidência, sobre o ativo do fundo, da taxa de juros SELIC.

....."

JUSTIFICAÇÃO

A MP não define a constituição do fundo de aval, mas meramente as funções de avalista. Importante essa definição para que se possa acompanhar os desenvolvimentos das aplicações, as recuperações e a remuneração do capital que, quando não aplicado na função de avalista, receberá juros de aplicação financeira ordinária. Quando empregado na cobertura de inadimplências, o fundo deve cobrar juros SELIC do beneficiário do aval.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 445
00003proposição
Medida Provisória n.º 445, de 06/11/2008**Deputado Bruno Araújo**

autor

n.º do prontuário
1461 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. Xaditiva 5. Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafos****Inciso****alínea**

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se um novo parágrafo ao art. 1º da Medida Provisória nº 445, de 06 de novembro de 2008, com a seguinte redação:

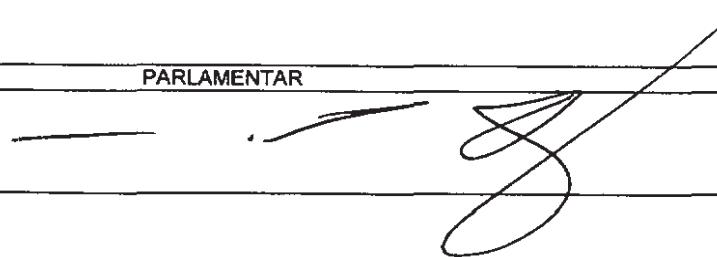
"Art. 1º

§ A Caixa Econômica Federal deverá recolher ao Tesouro Nacional, até 31 de dezembro de 2011, o saldo não utilizado dos recursos previstos no caput, corrigido pela TR mais 3% aa, data que poderá ser prorrogada por mais um ano, caso permaneçam as condições macroeconômicas que justificaram a edição desta medida.

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda apresentada tem por objetivo garantir que a Caixa Econômica Federal efetue, até o final de 2011, o recolhimento do saldo de dividendos e juros sobre capital próprio, referentes aos exercícios de 2008 e 2010, que não tenha sido utilizado para cobrir eventual inadimplência de operações de capital de giro de que trata essa Medida Provisória, prazo que poderá ser prorrogado por mais um ano caso persistam as condições macroeconômicas de falta de liquidez que justificaram a adoção da medida.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 445
00004DATA
12/11/2008proposição
Medida Provisória nº 445, de 2008autor
Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto - DEM/BA

Nº do prontuário

1 Supressiva 2. substitutiva 3. X modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
		TEXTO / JUSTIFICAÇÃO		

Acrescente-se a seguinte redação ao §1º e inclua-se o §2º ao art. 1º da MP 445/08, renumerando-se os demais.

"Art. 1º.....

§ 1º O montante a ser definido na forma do caput será empregado para a constituição de um fundo de aval e será utilizado para a cobertura de trinta e cinco por cento do risco de crédito de novas operações de empréstimo de capital de giro, destinadas às empresas de construção civil.

§ 2º Em 2011, os recursos e os haveres do fundo de aval devem ser transferidos ao Tesouro Nacional, incluindo juros equivalentes ao período.

....."

JUSTIFICATIVA

A MP não define a constituição do fundo de aval, mas meramente as funções de avalista. Importante essa definição para que se possa acompanhar as aplicações, as recuperações e a remuneração do capital.

Findo o prazo estabelecido pela MP (de 2010), é importante definir o destino dos recursos totais do fundo. Como os valores que lhe dão origem pertenceriam ao governo federal, é natural que sejam creditados em favor do Tesouro Nacional.

PARLAMENTAR

MPV - 445
00005

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA

-12 11.2008

proposição

Medida Provisória nº 445, de 2008

autor
Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto - DEM

Nº do prontuário

<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> substitutiva	<input checked="" type="checkbox"/> modificativa	<input type="checkbox"/> aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se a seguinte redação ao §1º e inclua-se os demais §§ ao art. 1º da MP 445/08, renumerando-se os demais:

"Art. 1º.....

§ 1º O montante a ser definido na forma do **caput** será empregado para a constituição de um fundo de aval e será utilizado para a cobertura de trinta e cinco por cento do risco de crédito de novas operações de empréstimo de capital de giro, destinadas às empresas de construção civil.

§2º O fundo de aval, nos termos do § 1º, será remunerado, mensalmente, pela incidência da taxa de juros SELIC sobre o ativo do fundo.

§ 3º Em 2011, os recursos e os haveres do fundo de aval devem ser transferidos ao Tesouro Nacional, incluindo juros equivalentes ao período.

§ 4º Em caso de utilização dos recursos do fundo de aval, este se creditará junto ao devedor pelo prazo de cinco anos, a contar da data do contrato, a uma taxa de juros SELIC mais cinco pontos de percentagem ao ano.

"

JUSTIFICATIVA

A MP não define a constituição do fundo de aval, mas meramente as funções de avalista. Importante essa definição para que se possa acompanhar as aplicações, as recuperações e a remuneração do capital.

Findo o prazo estabelecido pela MP (de 2010), é importante definir o destino dos recursos totais do fundo. Como os valores que lhe dão origem pertenceriam ao governo federal, é natural que sejam creditados em favor do Tesouro Nacional.

Em caso de cobertura da inadimplência, a MP não estabelece os termos de recuperação do capital pelo fundo de aval. A presente emenda estabelece estas condições. Fixa um prazo de cinco anos e taxa de juros SELIC, acrescida de 5 pontos de percentagem ao ano, como forma de inibir a possibilidade de arbitragem financeira, por parte do devedor, em relação aos recursos do fundo de aval.

PARLAMENTAR

MPV - 445

00006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
09/10/2008proposição
Medida Provisória nº 445 de 2008Autor
Dep. Fernando Corujanº do prontuário
478

1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. X Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 1º da MP nº 455, de 2008, o seguinte parágrafo:

"Art. 1º.....

§ 4º A Caixa Econômica Federal, com relação às novas operações de empréstimos de que trata o § 1º, à medida em que essas forem efetuadas, deverá disponibilizar em seu sítio na internet as seguintes informações:

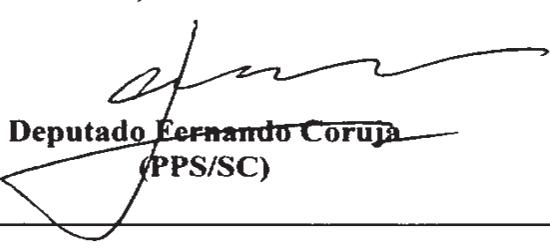
- I - o valor total das operações realizadas;
- II - as empresas para as quais foram concedidos empréstimos;
- III - o valor de cada operação realizada, identificada a empresa para a qual foi concedido o respectivo empréstimo."

JUSTIFICATIVA

A MP autoriza a União a dispensar a Caixa Econômica Federal do recolhimento de parte dos dividendos e dos juros sobre capital próprio que lhe cabe, de forma a aumentar o montante do capital próprio daquela instituição alocado para cobertura de risco, especialmente para novas operações de empréstimo de capital de giro, destinadas às empresas de construção civil.

Considerando que a União estará abrindo mão de recursos orçamentários para cobertura de risco de créditos destinados a empresas com problemas de liquidez, e algumas delas, provavelmente, com dificuldades estruturais, é necessário que esses empréstimos sejam absolutamente transparentes para a sociedade, de forma a garantir que a exposição da Caixa Econômica Federal aos riscos dessas operações esteja situada em nível adequado às melhores práticas de gestão de risco.

Sala das sessões, 13 de novembro de 2008.



Deputado Fernando Coruja
(PPS/SC)

MPV - 445**00007****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

proposição

Medida Provisória n.º 445, de 06/11/2008GUSTAVO FRUET autorn.º do prontuário
450

1. Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. Xaditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
--------	--------	------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o um § 4º ao art. 1º da Medida Provisória nº 445, de 06 de novembro de 2008, com a seguinte redação:

"Art. 1º

.....

§ 4º A Caixa Econômica Federal deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até o último dia útil do mês subsequente, relatório trimestral sobre as operações amparadas pela cobertura concedida pelos recursos de que trata esse artigo, apresentando o número de empresas beneficiadas, o valor médio e o saldo das operações e dos recursos previstos para a concessão da garantia, as taxas de juros e outros encargos, o prazo médio e a taxa média de inadimplência."

JUSTIFICAÇÃO

A crise financeira internacional requer condições especiais, para fazer face à escassez de crédito. Dessa maneira, em caráter excepcional, está sendo autorizada a utilização de recursos fiscais para a cobertura de operações pela Caixa Econômica Federal destinadas a suprir de capital de giro as empresas de construção civil em seus empreendimentos voltados para a construção habitacional. A Emenda tem por objetivo permitir que o Congresso Nacional possa acompanhar a eficácia e o custo das operações que envolvem recursos de toda a sociedade.

PARLAMENTAR

MPV - 445**00008****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**data
11/11/2008

proposição

Medida Provisória nº 445/2008autor
Deputado Hugo Leal

nº do prontuário

1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea**

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

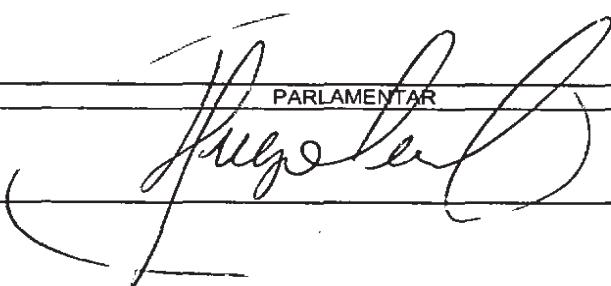
Dê-se a seguinte redação ao art. 2º da Medida Provisória 445, de 6 de novembro de 2008, renumerando-se os demais dispositivos:

Art. 2º – Fica autorizada a Casa da Moeda do Brasil a adquirir a participação no capital de empresas públicas ou privadas, com vistas ao cumprimento de atividades inerentes ao seu objeto social, aplicando-se lhe, no que couber, as demais disposições desta Medida Provisória.

JUSTIFICATIVA

A participação da Casa da Moeda do Brasil no capital de empresas públicas ou privadas abre caminho principalmente, para concluir associações visando à participação o mercado externo por meio de exportação e garantir o fornecimento de insumos para sua produção industrial.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 445
00009data
11/11/2008proposição
Medida Provisória nº 445/2008autor
Deputado Hugo Leal

nº do prontuário

1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º da Medida Provisória 445, de 6 de novembro de 2008, renumerando-se os demais dispositivos:

Art. 2º – O art. 24-A da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24-A O Poder Executivo operacionalizará o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH segundo os termos da Lei nº 10.998, de 15 de dezembro de 2004.”

JUSTIFICATIVA

O Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) é um programa habitacional do Governo Federal que, em parceria com estados e municípios tem produzido excelentes resultados para os países. Mesmo assim é grande o risco de que ele venha a ser extinto ao final deste ano, o que será uma grande perda.

Acabar com o PSH seria concentrar na Caixa todas as operações públicas na área da habitação popular, o que, em um momento em que a instituição encontra-se sobrecarregada de trabalho, se constitui em uma temeridade.

PARLAMENTAR

X

MPV - 445
00010

APRESENTAÇÃO DE EMENDASDATA
11/11/2008PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA N° 445/2008AUTOR
DEP. SANDRO MABEL

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Acrescente-se à Medida Provisória
445 de 06 de Novembro de 2008, onde couber, o seguinte artigo:

Art. A. Ficam prorrogados para 31 de dezembro de 2009, os prazos de que tratam o § 3º do artigo 5º e o artigo 30, ambos da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

JUSTIFICATIVA

A prorrogação do prazo de um ano para a realização do recadastramento efetuada pela MP 417/08, mostrou-se insuficiente, pois na prática, o procedimento não foi viabilizado por falta de regulamentação. Embora a MP tenha sido publicada em janeiro e em meados de junho tenha sido convertida na Lei 11.706/08, a regulamentação até a presente data não ocorreu.

Assim, tendo em vista essa demora, nada mais justo do que restabelecer o prazo original de um ano, conforme o espírito da MP 417/08.

ASSINATURA

MPV - 445

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00011

DATA 12-11-2008	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 445, de 2008			
AUTOR Deputado Nelson Pellegrino		Nº PRONTUÁRIO		
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se à MP nº 445, de 7 de novembro de 2008, onde couber, os artigos abaixo, renumerando-se os demais:

Art. 1º Os contratos de financiamento habitacional formalizados até 5 de setembro de 2001, no âmbito do SFH, sem a cobertura do FCVS bem como os contratos de financiamento que originariamente contavam com esta cobertura mas que a tenham perdido ou vierem a perdê-la, que apresentem o desequilíbrio financeiro de que trata o art. 2º, poderão ser renegociados, de comum acordo entre as partes contratantes, nas condições desta lei, no prazo de:

I - doze meses contados da data da entrada em vigor desta lei, no caso dos contratos sem a cobertura do FCVS e dos que originariamente contavam com esta cobertura mas que já a tenham perdido até a data da entrada em vigor desta lei;

II - 180 (cento e oitenta) dias contados da data da comunicação formal, pelo agente financeiro ao mutuário, a ser enviada pelo correio, para o endereço do imóvel financiado, com aviso de recebimento, informando da possibilidade de renegociação do saldo devedor remanescente, no caso dos contratos que originariamente contavam com a cobertura do FCVS mas que vierem a perdê-la em data posterior à da entrada em vigor desta lei.

§ 1º A renegociação de que trata o caput deste artigo fica facultada:

ASSINATURA



DATA 12-11-2008	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 445, de 2008		
AUTOR Deputado Nelson Pellegrino		Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO

a) aos mutuários adimplentes ou não;

b) ao atual ocupante do imóvel, após a transferência para si do respectivo contrato de financiamento, pela simples substituição de mutuário, mantidas as mesmas condições e obrigações do contrato em vigor;

c) aos mutuários cujos contratos tenham sido objeto de execução já concluída com procedimento judicial que inviabilize a transferência ou a venda do imóvel.

§ 2º A renegociação dos contratos de financiamento habitacional de que trata este artigo está condicionada à extinção dos procedimentos ou medidas judiciais ou extrajudiciais promovidos pelos mutuários, mediante acordo nos autos ou desistência das respectivas ações ou dos seus efeitos e, também, à anuência do agente financeiro, aceitando todas as condições da renegociação estabelecidas nesta lei, caracterizando-se esta aceitação pela simples assinatura por parte de seu representante legalmente constituído, no aditivo contratual de renegociação da dívida.

§ 3º A transferência de que trata a alínea "b" do § 1º deste artigo fica condicionada ao atendimento, pelo cessionário, dos requisitos exigidos para a assunção do financiamento, inclusive capacidade de pagamento e idoneidade cadastral.

Art. 2º Considerar-se-á em desequilíbrio financeiro, para efeito desta lei, o contrato cujo valor da prestação de amortização e juros, na data da renegociação, atualizada desde a data do último reajuste contratual, com base nos mesmos índices de correção dos saldos devedores, for insuficiente para quitar o saldo devedor do financiamento, também atualizado até a data da renegociação, considerando-se a taxa de juros, o prazo remanescente da

ASSINATURA

DATA 12-11-2008	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 445, de 2008		
AUTOR Deputado Nelson Pellegrino		Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

operação e o sistema de amortização pactuados em contrato.

Parágrafo único. Para efeito da constatação de eventual desequilíbrio financeiro, do saldo devedor, de que trata o *caput* deste artigo, serão expurgadas as incorporações de débitos em atraso, que tenham ocorrido ao longo do prazo contratual.

Art. 3º A renegociação prevista nesta lei será formalizada mediante a assinatura de aditivo contratual que obedecerá às seguintes condições:

I – o saldo devedor constante do aditivo contratual, que constituirá o novo valor de financiamento do mutuário e servirá de base para a apuração da prestação de amortização e juros, será apurado mediante aplicação do percentual obtido entre o valor do financiamento e o valor de avaliação do imóvel, ambos na data da concessão original do empréstimo, sobre o valor de avaliação atual do imóvel, a ser apurado na forma desta lei, desconsiderando-se, na apuração da avaliação atual, eventuais melhorias ou ampliação no respectivo imóvel posteriores à assinatura do contrato original, e deduzindo-se do novo saldo apurado, as amortizações extraordinárias positivas.

II – a adoção de plano de reajuste da prestação e de sistema de amortização do financiamento que assegurem a quitação integral do saldo devedor constante do aditivo contratual de que trata o inciso I deste artigo, respeitado o novo prazo de amortização ajustado na renegociação e observado o limite máximo de 30% (trinta por cento) de comprometimento da renda familiar, apurada na data da renegociação, para definição do valor inicial do encargo mensal, a idade máxima para efeito de cobertura securitária e o prazo de validade da garantia hipotecária anteriormente constituída;

III – quando o prazo de validade da hipoteca relativa ao

ASSINATURA

DATA 12-11-2008	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA N° 445, de 2008		
AUTOR Deputado Nelson Pellegrino		Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

financiamento original não for suficiente para a aplicação do disposto no inciso anterior, nova contratação, a critério das partes, poderá ser efetuada, com a prorrogação do prazo da hipoteca ou sua substituição pela alienação fiduciária, cabendo ao mutuário os respectivos custos;

IV – manutenção das coberturas securitárias do contrato original;

V – taxa de juros do financiamento renegociado limitada a do financiamento original, admitindo-se, a critério dos agentes financeiros, a sua redução;

VI – manutenção dos critérios de atualização monetária do saldo devedor previstos no contrato original de financiamento;

§ 1º Na renegociação, a garantia da operação será a mesma adotada no contrato original do financiamento imobiliário, observado o disposto no inciso III deste artigo.

§ 2º Ficarão mantidas as demais cláusulas do contrato original.

§ 3º Ao saldo devedor apurado na forma do inciso I deste artigo poderão ser incluídos os encargos em atraso acrescidos de atualização monetária, juros contratuais e das cominações previstas contratualmente, o valor das custas judiciais e dos honorários advocatícios de responsabilidade do mutuário, quando da existência de ação judicial que envolva a operação, e os custos relativos à nova contratação de que trata o inciso III deste artigo, quando for o caso.

Art. 4º A avaliação do imóvel de que trata o inciso I do art.

ASSINATURA

DATA 12-11-2008	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA N° 445, de 2008		
AUTOR Deputado Nelson Pellegrino		Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

3º será realizada pelo agente financeiro ou por quem este designar.

§ 1º Quando o mutuário não concordar com o valor de avaliação do imóvel apresentado pelo agente financeiro, poderá contratar, às suas custas, avaliador independente para a realização de nova avaliação.

§ 2º No caso de valores divergentes entre as avaliações efetuadas pelo agente financeiro e pelo avaliador independente, uma nova avaliação será realizada pela Caixa Econômica Federal, a pedido do agente financeiro, cujo valor será adotado em definitivo para fins da renegociação de que trata esta lei.

§ 3º O custo das avaliações de que trata este artigo, com exceção da referida no § 1º deste artigo, poderá compor o saldo devedor do aditivo contratual, limitado o valor de cada uma dessas avaliações ao valor usualmente cobrado para as operações de concessão de financiamento imobiliário.

Art. 5º Fica dispensado o registro de averbação ou arquivamento, no Registro de Imóveis e no Registro de Títulos e Documentos, do aditivo contratual de que trata o art. 3º.

Art. 6º Os contratos renegociados, nos termos desta lei, poderão ser transferidos, mediante acordo entre as partes, com anuência expressa da instituição financeira credora, mediante a simples substituição do devedor.

Art. 7º As alterações necessárias ao ajustamento das posições de direcionamento obrigatório dos recursos captados em depósitos de poupança, quando houver redução dos saldos das aplicações habitacionais em decorrência dos descontos concedidos na renegociação prevista nesta lei, bem

ASSINATURA

DATA 12-11-2008	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 445, de 2008		
AUTOR Deputado Nelson Pellegrino		Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

como os mecanismos necessários para a compensação dos valores relativos aos descontos concedidos em decorrência da aplicação desta lei serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional, conforme atribuição dada pela Lei n.º 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

Art. 8º Os imóveis residenciais, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, adjudicados ou arrematados, quando recolocados à venda pelos agentes financeiros, serão preferencialmente ofertados ao ex-mutuário, pelo preço de mercado, com a possibilidade de financiamento pelo SFH e nas mesmas condições de revenda regularmente utilizadas pelos agentes financeiros para venda a terceiros, ficando os agentes financeiros públicos, apenas para o disposto neste artigo, desobrigados de cumprir as determinações contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

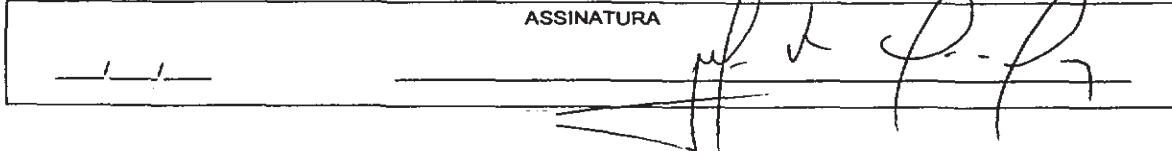
§ 1º O preço de mercado de que trata o **caput** será obtido mediante avaliação promovida pelo agente financeiro ou por quem este designar.

§ 2º O ex-mutuário poderá exercer o direito de preferência de que trata o **caput** deste artigo uma única vez para o mesmo imóvel.

§ 3º Para efeito do **caput** o ex-mutuário, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da adjudicação ou arrematação do imóvel, deverá formalizar junto ao agente financeiro seu interesse na recompra do imóvel, informando, necessariamente, nesta ocasião, o endereço onde poderá vir a ser notificado conforme o disposto no § 4º.

§ 4º Antes de recolocar o imóvel à venda para terceiros, o agente financeiro notificará o ex-mutuário, mediante, no mínimo, correspondência, com aviso de recebimento, dirigida ao endereço de que trata o § 3º e, também, caso não seja o mesmo, para o endereço do respectivo imóvel,

ASSINATURA



DATA 12-11-2008	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 445, de 2008		
AUTOR Deputado Nelson Pellegrino		Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

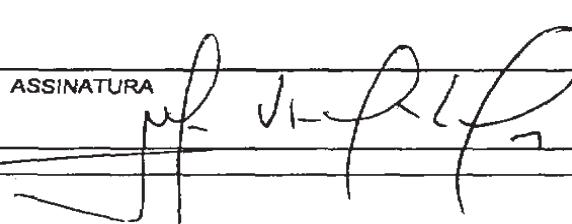
informando-o do seu direito de preferência, em função desta lei, para a recompra, das condições e exigências básicas para a negociação, e solicitando a sua presença em local claramente definido, em prazo não inferior a 10 (dez) dias corridos, contados da data do recebimento desta comunicação, para a concretização do negócio sob pena de perda do direito de preferência de que trata este artigo.

§ 5º A revenda de que trata o **caput** somente será formalizada se o ex-mutuário se enquadrar nas condições do SFH, comprovar, inequivocamente, renda familiar suficiente para a nova aquisição, a inexistência de restrições cadastrais nos órgãos de proteção ao crédito, bem como a inexistência de qualquer outra ação ou execução judicial ou extrajudicial contra a sua pessoa, com exceção da que lhe foi movida pelo próprio agente financeiro com vistas à retomada do imóvel que financiou.

§ 6º Tendo o ex-mutuário formalmente se interessado pela recompra do imóvel mas não podendo realizá-la exclusivamente pela sua incapacidade financeira de arcar com o preço de mercado estipulado na forma do § 1º deste artigo, ainda assim permanecerá com o direito de preferência, a ser exercido na forma do disposto neste artigo, caso o agente financeiro, posteriormente, para viabilizar a venda do respectivo imóvel a terceiros, entenda necessária a redução do seu preço inicialmente estipulado.

Art. 9. Os índices, para fins da atualização monetária de que trata esta lei, serão os mesmos utilizados para a atualização do saldo devedor do contrato de financiamento.

ASSINATURA



DATA 12-11-2008	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA N° 445, de 2008			
AUTOR Deputado Nelson Pellegrino		Nº PRONTUÁRIO		
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

JUSTIFICAÇÃO

Muitas têm sido as iniciativas parlamentares da Câmara dos Deputados no sentido de apresentar adequada solução para os financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação formalizados sem a cobertura do FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais e que ainda hoje se encontram desequilibrados financeiramente.

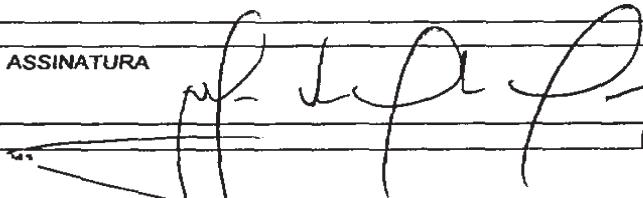
A presente emenda reflete um entendimento a respeito dessa questão que é fruto de inúmeros debates ocorridos nos últimos anos tanto na Comissão de Desenvolvimento Urbano como na de Finanças e Tributação com a participação, inclusive, a convite desta Casa, de representantes e técnicos da Caixa Econômica Federal, do Poder Executivo e dos agentes financeiros privados.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2008.

Deputado Nelson Pellegrino

(PT/BA)

ASSINATURA



MPV - 445**00012****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**data
09/10/2008proposição
Medida Provisória nº 445 de 2008

Autor

Dep. Arnaldo Jardimnº do protocolo
339

1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. X Aditiva 5. Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICACÃO

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

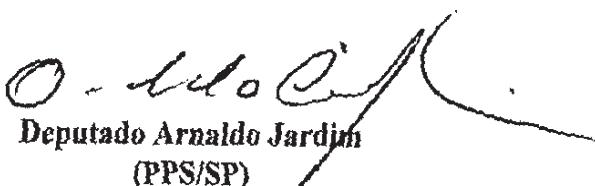
"Art. Ficam o Poder Executivo da União, e os dos Estados, Distrito Federal e Municípios autorizados a estabelecer normas para regular procedimento administrativo no sentido de estimular a iniciativa privada a apresentar, por sua conta e risco, estudos e projetos relativos à concessão de serviços públicos, concessão de obra pública ou parceria público-privada."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo estabelecer condições legais para que o poder público, no âmbito de todos os entes federados, possa receber da iniciativa privada projetos com vistas a concessões de obras públicas, a exemplo do que já se observa em países da América do Sul, tais como o Chile, Argentina, Colômbia, Peru e Uruguai.

A autorização expressa no artigo que se pretende incluir no texto da MP nº 445, de 2008, deverá estimular empresas prodigas nas áreas de arquitetura e engenharia a apresentarem estudos e projetos direcionados para obras públicas, em especial no setor de infra-estrutura, sem custos para o erário, compensando a dificuldade do setor público para elaborar projetos do tipo em função dos entraves burocráticos.

Sala das sessões, 11 de novembro de 2008.



Deputado Arnaldo Jardim
(PPS/SP)

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 445

00013

data
13/11/2008

proposição
Medida Provisória nº 445, de 06 de Novembro de 2008

Autor
Deputado Gustavo Fruet

nº do prontuário
450

1. Supressiva **2.** substitutiva **3.** modificativa **4.** aditiva **5.** Substitutivo global

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se, onde couber, à presente Medida Provisória, o seguinte artigo:

“Art. Fica a União autorizada a abrir linha de crédito no Banco do Brasil S.A, em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda, para ser utilizado na abertura de linhas de crédito para o setor do agronegócio.

Parágrafo único. Para fazer frente aos recursos de que trata o *caput*, a União poderá emitir, sob a forma de colocação direta em favor do Banco do Brasil S.A, títulos da dívida pública mobiliária federal, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda possibilita a abertura de linha de crédito no Banco do Brasil para o setor do agronegócio que, junto com a construção civil, garante a maior parte dos empregos no País. Segundo avaliação de especialistas, o emprego será afetado gravemente em consequência da crise financeira.



PARLAMENTAR

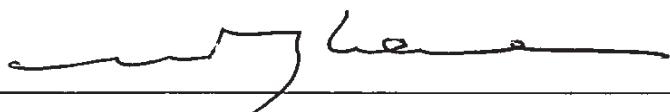
MPV - 445**00014****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****data**
13/11/2008**proposição**
Medida Provisória nº 445, de 06 de Novembro de 2008**Autor****Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME****nº do prontuário**
332**1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global****Página****Art.****Parágrafo****Inciso****Alinea****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Acrescente-se, onde couber, à presente Medida Provisória, o seguinte artigo:

"Art. A Caixa Econômica Federal deverá encaminhar semestralmente ao Congresso Nacional relatório contendo informações sobre as operações de empréstimos de capital de giro efetuadas com base nesta Medida Provisória."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo dar maior transparência ao processo de concessão de empréstimos de capital de giro pela CEF. Especificamente, a dispensa do recolhimento dos dividendos e dos juros sobre capital próprio pertencentes à União deve ser feita com total transparência.

PARLAMENTAR

**MPV - 445
00015**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
13/11/2008

proposição
Medida Provisória nº 445, de 2008

autor

Senador Romero Jucá

nº do prontuário

1 Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. X aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Inclua-se onde couber:

O artigo 10, inciso XX, da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passará a vigorar com a seguinte redação:

"XX – as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, até 31 de dezembro de 2012."

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº. 10.833, de 29 de dezembro de 2003, através seu artigo 10, inciso XX, introduzido pelo artigo 21, da Lei nº10. 685, de 30 de abril de 2004, determina:

"Art. 10. Permanecem sujeitas às normas da legislação da COFINS, vigentes anteriormente a esta Lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 8º.

XX – as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, até 31 de dezembro de 2008;"

Levando-se em consideração a intenção do legislador de não gerar impactos relevantes no custo tributário das empresas do setor de construção civil, o mesmo concedeu prazo determinado, até 31 de dezembro de 2006, prorrogado posteriormente para 31 de dezembro de 2008, para que as receitas oriundas dessas atividades permanecessem sujeitas ao regime de tributação cumulativo do PIS e da COFINS.

Nota-se, contudo, que diversos outros setores da econômica, dentre eles os de transporte coletivo de passageiros, edição de periódicos, call center, operadoras de rodovias, serviços de informática, telecomunicações, entre outros, possuem a mesma prerrogativa de tributação (manutenção na sistemática de tributação cumulativa), mas com uma grande diferença, não possuem qualquer tipo de prazo determinado para sua manutenção no sistema da cumulatividade.

A introdução do princípio da não-cumulatividade para fins de apuração das bases de cálculo do PIS e da COFINS, com consequente majoração das alíquotas desses tributos, em aproximadamente 154% (cento e cinquenta e quatro por cento), muito embora seja considerado em uma análise geral, salutar e positivo para o Sistema Tributário Nacional, passou a representar, dentro dos novos critérios de créditos a serem descontados da base de cálculo, significado ônus para as empresas que realizam obras de construção civil pesada, cuja tributação pelo imposto de renda se dá, em sua expressiva maioria, pela sistemática de apuração pelo lucro real.

Pelas suas características de utilização de insumos primários (areia, pedra, cimento, aço, etc.) sem ciclo anterior de produção que permita deduções (cadeia de produção curta), mas também principalmente pela utilização intensiva de mão-obra própria (o custo do trabalho agraga valor significativo ao produto final), a sistemática não-cumulativa de apuração do PIS e da COFINS, estará implicando em pesado ônus adicional para as empresas do segmento de construção pesada, sejam estas de pequeno, médio ou grande porte, como podemos nos depreender da análise do quadro abaixo (análise da alíquota efetiva projetada – sistema não-cumulativo x sistema cumulativo):

Descrição	Sistema não-cumulativo	Sistema cumulativo
Receita	1.000.000,00	1.000.000,00
Custo (com direito a crédito)	(450.000,00)	(450.000,00)
Custo (sem direito a crédito - principalmente mão de obra)	(300.000,00)	(300.000,00)
Resultado	250.000,00	250.000,00
PIS e COFINS	(50.875,00)	(36.500,00)
Resultado Final	<u>199.125,00</u>	<u>213.500,00</u>
Aliquota Efetiva sobre resultado	20,35%	14,60%
Aliquota Efetiva sobre faturamento	5,09%	3,65%

O resultado dessa distorção acarretará no aumento do custo das obras, inclusive públicas, com a consequente redução da capacidade de investimento, tanto da iniciativa privada quanto da administração pública, em programas de obras sociais e de infra-estrutura, tão necessárias ao desenvolvimento do país e na geração e manutenção dos postos de trabalhos.

Vale ainda destacar, que os procedimentos administrativos necessários à implementação e controle dos créditos gerados para fins de abatimento dos valores devidos do PIS e da COFINS, além de acarretarem em ônus adicionais ao setor, dificultarão demasiadamente os trabalhos das autoridades tributárias, tendo em vista a pulverização da composição dos créditos a serem descontados.

Ora, no momento em que o Governo Federal e a iniciativa privada buscam firmar parcerias, com o objetivo de suprir as limitações dos investimentos públicos e também quando o País busca introduzir políticas e programas geradores de empregos, a implementação da sistemática não-cumulativa para fins de apuração do PIS e da COFINS, na maneira apresentada para o setor de construção pesada, representa a contra-mão desses objetivos.

Com base no todo exposto, será fundamental para o setor de construção pesada, sua manutenção na sistemática de apuração cumulativa do PIS e da COFINS, regulamentada pela Lei nº 9.718/98, agregando-se a situação das demais pessoas jurídicas que se mantiveram nessa sistemática de tributação, contempladas no artigo 10º, da Lei nº 10.833 de 29 de dezembro de 2003.

Destaca-se que pelas regras atuais, as empresas do setor possuem grandes dificuldades de efetuarem seus orçamentos, principalmente quando o contratante é um ente público, tendo em vista não terem a segurança quanto a que parcelas das suas receitas serão realizadas (recebidas) até 31 de dezembro de 2008 e que parcelas serão realizadas após essa data, quando estará em vigor a sistemática de tributação não-cumulativa.

Vale ainda ressaltar que a legislação que trata do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) (Instrução Normativa nº 758/07), determina que somente poderão se co-habilitar ao referido regime programa a pessoa jurídica sujeita ao regime de apuração cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, que aufera receitas decorrentes da execução por empreitada de obras de construção civil, contratada diretamente pela pessoa jurídica habilitada ao Reidi, poderá requerer co-habilitação ao regime, ou seja, caso não seja prorrogada a manutenção do setor de construção civil no sistema de tributação cumulativo do PIS e da COFINS, a legislação do REIDI perderá sua eficácia comprometendo principalmente o equilíbrio econômico dos projetos relacionados ao Programa de Aceleração da Economia – PAC de grande interesse para a nação.

PARLAMENTAR

MPV - 445

00016

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data
05/11/2008proposição
Medida Provisória nº 445, de 06 de novembro de 2008Autor
Dep. Milton Monti (PR/SP)

nº do prontuário

1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. XX Aditiva 5. Substitutivo globalPágina
01 de 01

ANEXO

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclua-se o seguinte Artigo nesta Medida Provisória:

"Art.... Para fins de apoio à transferência definitiva do domínio da Malha Rodoviária Federal para os Estados, que estava prevista na Medida Provisória no 82, de 7 de dezembro de 2002, fica o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT autorizado a utilizar recursos federais para executar obras de conservação, recuperação, restauração, construção, adequação e sinalização das rodovias transferidas e para supervisionar e elaborar os estudos e projetos de engenharia que se fizerem necessários.

Parágrafo único – A autorização objeto deste artigo independe de solicitação prévia dos respectivos Governos Estaduais ou da natureza regular ou emergencial caso exigidas, e vigorará até que definitivamente concluídos os processos de transferência dos trechos rodoviários aos Estados contemplados com a efetiva assunção da sua administração."

JUSTIFICATIVA

O artigo 19, da Lei nº 11.314 de 03.07.2006, estabelece a possibilidade do DNIT aplicar recursos federais para executar obras de conservação, recuperação, restauração, construção, sinalização, supervisão e elaboração de estudos e projetos de engenharia referentes aos trechos das rodovias federais transferidos aos Estados por meio da Medida Provisória nº 82/2002.

O referido dispositivo legal prevê como data limite para atuação do DNIT o dia 31.12.2008, pelo que sugiro que aquela autorização legal seja prorrogada até que sejam efetivamente concluídos os processos de transferência dos trechos federais aos Estados contemplados e efetiva assunção da sua administração, bem assim que a autorização seja dada independentemente da solicitação de apoio pelo Estado membro.

Caso não se promova a referida prorrogação até o dia 31.12.2008, o DNIT estará impedido, a partir de 01.01.2009, de aplicar os recursos federais de que dispõe para aqueles fins, ainda que as respectivas obras ou serviços tenham sido contratados anteriormente.

Releva considerar que foram inúmeras as iniciativas do DNIT no âmbito da sua atuação institucional desde que foi autorizado a atuar nos referidos trechos rodoviários, cujos efeitos estão se produzindo e irão se produzir para além de 31/12/2008, sem que se saiba ao certo quando estarão concluídos os respectivos processos de transferência.

Assim, a fim de garantir o direito dos usuários ao trânsito seguro, como tal estabelecido no Código Nacional de Trânsito, é absolutamente necessário e urgente a autorização ora proposta.

PARLAMENTAR

Brasília – DF, 12 de novembro de 2008.

Dep. Milton Monti (PR/SP)

MPV - 445**00017****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**data
13/11/2008proposição
Medida Provisória nº 445, de 06 de Novembro de 2008Autor
Deputado Antônio Carlos Pannunzio

nº do prontuário

<input type="checkbox"/> 1. Supressiva	<input type="checkbox"/> 2. substitutiva	<input type="checkbox"/> 3. modificativa	<input checked="" type="checkbox"/> 4. aditiva	<input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, à presente Medida Provisória, o seguinte artigo:

“Art. Fica reaberto o prazo de opção ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, ao Parcelamento Especial - PAES, de que trata a Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, e aos parcelamentos de que tratam os arts. 10 a 15 da Lei nº 10.522, de 2002, ao art. 10 da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004 e ao art. 79 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Parágrafo único. A opção aos programas poderão ser formalizados até noventa dias, contados a partir da data de publicação desta lei.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda possibilita a reabertura de prazo para que as empresas, inclusive, as pequenas e médias, possam renegociar seus débitos junto à Fazenda Nacional relativos aos impostos e contribuições devidos que não foram parcelados em ocasiões anteriores, com vista à obtenção da regularidade fiscal das mesmas.

Atualmente, estamos enfrentando um momento de crise internacional que poderá prejudicar o fluxo de receitas das empresas, bem como implicar falências, concordatas e fechamento de atividades com a consequente diminuição da oferta de emprego no país.

PARLAMENTAR

MPV - 445**00018****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**data
13/11/2008proposição
Medida Provisória nº 445, de 06 de Novembro de 2008

Autor

Deputado Antônio Carlos Pannunzio

nº do prontuário

- 1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página

Art.

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, ao art. 1º novo § 3º, renumerando-se os demais, como se segue:

"Art. 1º

.....
§ 3º Fica autorizado o Poder Executivo, a utilizar recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES pelo o prazo de dois anos para a complementação da linha de crédito destinada ao financiamento de capital de giro das empresas.
....."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa garantir linha de crédito para financiamento de capital de giro pela Caixa Econômica Federal, ao mesmo tempo, que estará assegurando a permanência das atividades empresariais e os postos de trabalhos existentes.

PARLAMENTAR

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2531, de 2008**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 016238/08-7,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea “a”, da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a LEANDRO REIS, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento) dessa totalidade, dos proventos que percebia a ex-servidora ADALGISA XAVIER REIS, matrícula 13307-ERGON, a partir da data do óbito, 14/10/2008.

Senado Federal, 14 de novembro de 2008.

JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO

Diretor-Geral Adjunto

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2532 , de 2008**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 016182/08-1,

RESOLVE, fundamentado nos artigos 215 e 217, inciso II, alínea “a”, da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão temporária a LUIGGI MONTEIRO REFFATTI, na condição de filho menor, no percentual de 100% (cem por cento), dos proventos que percebia a ex-servidora MARIA DO PRANTO MENEZES MONTEIRO, matrícula 15407, a partir da data do óbito, 04/11/2008.

Senado Federal, 14 de novembro de 2008.

JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO

Diretor-Geral Adjunto

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiase*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁶⁾	

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virginio de Carvalho (PSC-SE) ⁽¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾
Magno Malta (PR-ES)	
 Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1.	
2.	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
1.	
2.	
Maioria (PMDB)	
1.	
2.	
PTB	
1.	
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**Maioria (PMDB)**

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

Finalidade: Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador João Pedro (PT)

Maioria (PMDB)

PSDB

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,13)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ^(1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁹⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(12,15)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(8,11)	1. Ada Mello ⁽¹⁴⁾
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

- O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
- Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
- Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
 9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
 10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
 11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
 12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
 13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
 14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
 15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
- Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB) 2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹³⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,17)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgílio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).

2. Eleito em 8.8.2007.

3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
10. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
16. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
17. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,9)	6. VAGO ^(15,17)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹³⁾	5. Kátia Abreu (DEM) ^(14,18)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁷⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: juloric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: juloric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: juloric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1.

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
 10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
 11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marconi Perillo (PSDB)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽³⁾	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) (1)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹⁰⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽²⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽²⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) ⁽¹⁷⁾
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) ^(14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁶⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽²⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹³⁾	3. Kátia Abreu (DEM) ^(18,22)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽¹²⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Ada Mello (8,9,10,11,20,21)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia ⁽¹⁵⁾

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
9. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
22. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. n° 174/2008-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,6,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO (3,4,8)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
7. Em 07.10.2008, vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
8. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: socomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO ^(8,10)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽²⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(5,12)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM) ^(10,13)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgílio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹¹⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPDt).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).
12. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾
Kátia Abreu (DEM) ^(9,11)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

11. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
- O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,8)	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virgílio de Carvalho (PSC) ⁽⁴⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antônio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽⁹⁾
PTB⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

9. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR **(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **4^a Eleição Geral:** 13/03/2003

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽¹⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽²⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹³⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹¹⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁰⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹²⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 19/07/2008

Notas:

1. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

2. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Shhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

3. Eleito em 30.05.2007, na 1^a Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5^a Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

MEMBROS

PMDB

Roseana Sarney (MA)

DEM

Marco Maciel (PE) ⁽²⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR

PDT

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP

PSOL

Atualização: 16/10/2008

Notas:

1. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

2. Indicado para ocupar a vaga do DEM em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, conforme OF. nº 098/08 - GLPFL, lido na Sessão do dia 16.10.2008.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)

Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ⁸ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. (VAGO) ⁷
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 05.11.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Vago tendo em vista que a Deputada Íris de Araújo passou a ocupar a vaga de titular, conforme Of/GAB/I/Nº 928, do Líder do PMDB, Deputado Henrique Eduardo Alves, datado de 30.10.2008, lido na Sessão do SF de 05.11.2008.

⁸ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado por 123 (cento e vinte e três) dias, a partir de 10.09.2008.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	LÍDER DA MAIORIA VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA MÁRIO COUTO PSDB-PA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 130 PÁGINAS